

**THIAGO FIDELIS**

*Tostão contra o milhão: a trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de São Paulo (1947/1955)*

**FRANCA  
2013**

THIAGO FIDELIS

***TOSTÃO CONTRA O MILHÃO: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JÂNIO  
QUADROS PELO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1947/1955)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Teresa Maria Malatian, como requisito para obtenção do título de mestre.

**Área de Concentração:** História e Cultura

**Linha de Pesquisa:** História e Cultura Política

FRANCA  
2013

Fidelis, Thiago

Tostão contra o milhão : a trajetória de Jânia Quadros pelo jornal O Estado de São Paulo / Thiago Fidelis. –Franca : [s.n.], 2013

164 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Teresa Maria Malatian

1. Imprensa e política. 2. Cultura política. 3. Quadros, Janio da Silva – 1917-1992. 4. O Estado de São Paulo (jornal). I. Título.

CDD – 981.66

**THIAGO FIDELIS**

***TOSTÃO CONTRA O MILHÃO: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JÂNIO QUADROS PELO  
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1947/1955)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresa Maria Malatian, como requisito para obtenção do título de mestre.

**Área de Concentração:** História e Cultura

**Linha de Pesquisa:** História e Cultura Política.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresa Maria Malatian (UNESP – Franca)**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.**

*Aos meus pais Suely e Valdeci, ao meu irmão Henrique e à Flávia: meus amores*

## **Agradecimentos**

À profa. Dra. Teresa Maria Malatian, pelos momentos de orientação, amizade e incentivo durante o tortuoso caminho da pesquisa acadêmica.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior) pelo financiamento da pesquisa, de extrema importância para a realização desta.

Aos professores integrantes do exame geral de qualificação profa. Dra. Marisa Saenz Leme e prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, pelos apontamentos extremamente significativos para o bom andamento do trabalho.

Aos funcionários do Arquivo do jornal O Estado de São Paulo, do CEDAPH da Unesp/Franca e do CEDAP da Unesp/Assis, por toda a dedicação nas horas de maior necessidade com o trato das fontes.

Aos meus pais Suely e Valdeci e ao meu irmão Henrique, por todo o carinho e toda a paciência durante o caminho da escrita; tenho certeza de que há uma parte significativa de cada um nas linhas que se seguem.

Aos meus amigos em geral, por todas as contribuições (sejam acadêmicas ou não), que nos fortalecem e nos incentivam a continuar sempre.

À Flávia, companheira de todas as horas, de beleza única e de personalidade irradiante, por fazer com que minha vida tenha mais cor e sabor.

*O papel do jornal é ser necessário. As instituições jornalísticas, na realidade, não existem. As entidades que pretendem representá-la são ficções. A imprensa consiste na soma dos desempenhos dos veículos de informação.*

*Albert Dines*

*Poder é toda chance, seja ela qual for, de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a relutância dos outros.*

*Max Weber*

*A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista (...) – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações.*

*Nelson Werneck Sodré*

FIDELIS, Thiago. *TOSTÃO CONTRA O MILHÃO: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JÂNIO QUADROS E O JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1947/1955)*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

## RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender a organização da política paulista durante o período democrático entre o *Estado Novo* e a *Revolução de 64*, enfatizando as formas usadas pelo político paulista Jânio Quadros para manter a sua imagem ao longo de sua trajetória política no período estudado, bem como suas escolhas políticas e seus modos de administração. Aliado a esse aspecto e entendendo a imprensa como um veículo que, além de noticiar algo procura formar opiniões sobre os mais variados assuntos, o objetivo da dissertação é confrontar a análise do político com o discurso do jornal *O Estado de São Paulo*, periódico com maior circulação no período e que possuía em seus meios jornalistas e profissionais envolvidos em várias atividades ligadas à organização social, procurando interação tanto com seus leitores como com o resto da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política e Imprensa; Jânio Quadros; Jornal *O Estado de São Paulo*; Cultura Política.

FIDELIS, Thiago. *The penny against the million: the political trajectory of Jânio Quadros and the journal O ESTADO DE SÃO PAULO (1947/1955)*. 2013. 164 f. Dissertation (MA History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

### ABSTRACT

This work has as objective understand the political organization of São Paulo during the democratic period between the *Estado Novo* and the *Revolução de 64*, emphasizing the ways which the politic of São Paulo Jânio Quadros used to maintain its image throughout his political career during the study period, as well as their political choices and their modes of administration. Allied to this aspect and understanding the press as a vehicle what publishing something to strive to form opinions about various subjects, the objective of this work is confront the political analysis with the speech of the journal *O Estado de São Paulo*, the greater periodical of the São Paulo what has journalists and professionals involved with politics, searching interaction with the readers and the rest of society.

**KEYWORDS:** Political and Press; Jânio Quadros; Journal *O Estado de São Paulo*; Political Culture.

**LISTA DE SIGLAS**

AI	Ato Institucional
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
APSP	<i>A Província de São Paulo</i>
CMTC	Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo
CP	<i>Correio Paulistano</i>
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ED	Esquerda Democrática
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
OESP	<i>O Estado de São Paulo</i>
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PDC	Partido Democrata Cristão
PPS	Partido Popular Sindicalista
PRP	Partido da Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SAB	Sociedade de Amigos do Bairro
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da primeira edição de <i>A Província de São Paulo</i> .....	32
Figura 2 – Capa de 06 de julho de 1924, um dia após o início da revolta tenentista de 1924 em São Paulo .....	34
Figura 3 – <i>A Jornada da Democracia</i> , do dia 07.01.1947, com apoio de Almeida Prado .....	49
Figura 4 – Um dos desenhos da campanha com um texto explicativo. Fonte: OESP, 08.01.1947.....	50
Figura 5 – coluna da Câmara Municipal, da edição de 13.03.1948 .....	60
Figura 6 – destaque do jornal para a agressão sofrida por Jânio .....	71
Figura 7 – Capa do OESP, edição de 03.10.1950 .....	80
Figura 8 – capa em destaque, do dia 01.06.1951, sobre a escassez do açúcar em São Paulo .....	92
Figura 9 – Publicação do dia 25.01.1953, evocando os mitos fundadores de São Paulo.....	101
Figura 10 – imagem do primeiro Boletim da UDN .....	102
Figura 11 - Imagem que aparecia no rodapé das folhas do jornal nos últimos dias antes das eleições .....	106
Figura 12 – Propaganda estampada em uma das primeiras páginas do OESP dias antes das eleições .....	109
Figura 13 – Propaganda publicada no dia 19 de março de 1953 .....	110
Figura 14 – outra propaganda, um dia antes da eleição .....	111
Figura 15 – Texto condenando o atentado a Lacerda, publicado em 06.08.1954 .....	135
Figura 16 – destaque do jornal <i>A Última Hora</i> sobre o suicídio do presidente .....	137
Figura 17 – Propaganda favorável a Prestes Maia, no dia 23.09.1954 .....	139
Figura 18 – “lembrete” do OESP a Adhemar e a população .....	140
Figura 19 – ideia de responder ao questionário, contra a esperteza (Jânio) e a demagogia (Adhemar) .....	141
Figura 20 – maior ênfase nas críticas de Adhemar à Getúlio. Publicação do dia 07.09.1954 .....	141
Figura 21 – nota do jornal pedindo a prisão de Adhemar, em 11.09.1954 .....	142
Figura 22 – Adhemar fica de fora da comparação; a parcialidade fica clara. Publicado no dia 23.09.1954 .....	143
Figura 23 – Uso da lógica para justificar não votar em Adhemar – 01.10.1953 .....	143
Figura 24 – imagem do dia 28.09.1954 .....	144
Figura 25 – pequena nota fazendo propaganda de Jânio e de sua coligação .....	145
Figura 26 – OESP incitando uma “dobradinha” entre Jânio e Prestes Maia .....	146

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E O SURGIMENTO DE JÂNIO QUADROS.....</b>	<b>30</b>
1.1 <i>O Estado de São Paulo: origem e consolidação.....</i>	30
1.2 Jânio e Jânios – diversas faces, diversos retratos.....	37
1.3 A Assembleia Nacional Constituinte e o “surgimento de Jânio Quadros”.....	43
1.4 Jânio Vereador.....	57
<b>CAPÍTULO 2 JÂNIO QUADROS POLÍTICO X JÂNIO QUADROS NOTÍCIA: AS REPRESENTAÇÕES DO POLÍTICO NO OESP.....</b>	<b>74</b>
2.1 As eleições para a Assembleia Legislativa.....	74
2.2 A despedida da Câmara Municipal e o início dos trabalhos na Assembleia Legislativo.....	82
2.3 Resultado do pleito e conjuntura paulista.....	110
<b>CAPÍTULO 3 ENSAIANDO VOOS MAIORES: RUMO AOS CAMPOS ELÍSEOS...117</b>	
3.1 Primeiras movimentações enquanto prefeito.....	117
3.2 Conjuntura nacional e estadual: a crise política brasileira.....	129
3.3 Governo do estado.....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

Pensar a imprensa como um objeto de estudo é algo relativamente recente na historiografia brasileira, bem como nas ciências humanas de maneira geral. Os primeiros estudos sobre a imprensa foram fomentados pelo centenário de sua implantação oficial no país em 1908, através de uma edição especial da Revista *do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), que publicou uma série de artigos sobre a data comemorativa embora, no fim do século XIX, o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP) já tivesse publicado um volume especial, com um registro de mais de 1.500 impressos desde o início do século XIX até então.<sup>1</sup> No entanto, a imprensa em si ainda não tinha sido objeto de estudo, pois as publicações citadas não possuíam caráter analítico, ou seja, eram descritivas, compreendidas como fontes de uma época, e não como um objeto próprio de estudo, algo que dialogasse com seu contexto, ressignificando-o.

Os primeiros estudos específicos ocorreram a partir da década de 1930, quando parte dos órgãos de imprensa passou a ter um caráter mais empresarial, visando um grande número de tiragem e de anúncios publicitários para aumentar seus lucros.<sup>2</sup> O lançamento, em 1941, da obra *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*, do jornalista Gondin da Fonseca, é um indicador bastante interessante dessa mudança de foco, uma vez que há uma maior preocupação, nessa obra, em problematizar a imprensa enquanto agente social, e não meramente como uma expositora de informações do cotidiano à sociedade.

Há três obras bastante emblemáticas que marcaram o início do estudo sistemático da história da imprensa no Brasil. Em 1945, o acadêmico Hélio Vianna publicou a obra *Contribuições à História da imprensa brasileira: 1812-1869*, fazendo um minucioso levantamento sobre os principais periódicos publicados no período. No ano seguinte, o jornalista Carlos Rizzini lançou a obra *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*, fazendo um amplo levantamento dos periódicos no Brasil, não se limitando apenas à produção no próprio país, mas sim da circulação destas publicações no território antes da chegada da Família Real em 1808. E, no caso da imprensa paulista, em 1950, o também jornalista José de Freitas Nobre publicou *História da Imprensa de São Paulo*, fazendo um amplo levantamento sobre a imprensa paulista até meados da década de 1940, destacando o caráter combativo e cultural de boa parte dessas publicações.

Em 1966, foi lançada a obra que abrangeu o maior esforço sistemático de um pesquisador em relação à imprensa brasileira. A publicação de *História da Imprensa no Brasil*, do militar e historiador Nelson Werneck Sodré, sintetizou um estudo de aproximadamente 10 anos do autor sobre o tema, fazendo um levantamento detalhado sobre a imprensa brasileira, não se limitando

---

<sup>1</sup> MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. de (org). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 14-15.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson W. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 449-471.

apenas a discutir os temas tratados nos periódicos, mas sim as próprias publicações dentro das relações socioeconômicas existentes na sociedade brasileira. O autor interessou-se em refletir sobre quando o jornal foi criado, quais foram seus principais investidores, seus interesses, quem eram as pessoas que escreviam e para quem escreviam. A partir desse estudo, as pesquisas sobre a imprensa ganharam novos contornos, uma vez que um periódico passou a ser visto não apenas como a publicação de textos e notícias que relatam o cotidiano. O jornal em si é o produto final do processo, sendo que para os textos chegarem até ali há toda uma estruturação anterior, uma vez que a notícia não brota espontaneamente mas sim é construída; e é exatamente o processo de construção dessa notícia (que é endereçada a grupos sociais específicos) que passou a ser o foco de estudo. Portanto, tal obra tem um impacto fundamental na historiografia da imprensa exatamente por trazer essa nova perspectiva, entendendo esta imprensa não como um relato dos fatos ocorridos, mas sim como uma instituição atuante, com objetivos e fins bastante específicos e direcionados.<sup>3</sup>

Vários outros trabalhos foram publicados nos anos seguintes, sendo que no fim da década de 1980 o interesse pelo estudos de revistas aumentou consideravelmente.<sup>4</sup> Até então, os jornais tinham a preferência em relação às análises sobre imprensa, pois eram considerados objetos mais “sérios”, com maior credibilidade; embora fosse espalhado aos quatro ventos que o metodismo e o positivismo estavam ultrapassados, a seleção de fontes ainda obedecia critérios baseados em pressupostos muito próximos aos historiadores do século XIX, naquilo que era digno de se estudar e aquilo que era visto apenas como futilidade, como banalidade. As influências da *Nova História* e da *História Cultural* fizeram com que esse interesse pelas revistas (cuja maioria tratavam de assuntos não ligados a política ou a economia) estabelecesse-se não como estudos de curiosidades, mas sim como pesquisas de extrema importância histórica, demonstrando que essas publicações também dialogavam incessantemente com sua realidade, descrevendo-a e modificando-a a todo momento.<sup>5</sup>

No fim da década de 1970, uma publicação bastante substancial trouxe uma perspectiva muito interessante para o estudo da imprensa. As historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Prado Coelho sintetizaram partes de suas dissertações e lançaram a obra *O Bravo Matutino*, fazendo um levantamento sobre o conteúdo político do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) do início do século XX até o fim da década de 1920. Essa obra é bastante original por conter uma abordagem inovadora, uma vez que as autoras procuraram relacionar o conteúdo político que pautava a escrita do jornal (ou seja, sua ideologia, o conjunto de ideias as quais o grupo editorial do jornal partilhava) com o que era noticiado e como esses acontecimentos eram transformados em notícia. Assim, se com Nelson Werneck Sodré houve um levantamento geral da imprensa (e sua problematização) como um todo, as autoras fizeram uma análise bastante detalhada

<sup>3</sup> SODRÉ, op. Cit., p. 7-9.

<sup>4</sup> MARTINS; LUCA, op. Cit., p. 17-18.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 11-12.

não somente das notícias ou do formato de um jornal em específico, mas sim qual foi o seu papel, naquele contexto, dentro da sociedade na qual a publicação existiu.

Nessa mesma época, uma outra obra significativa contribuiu bastante para pensar não somente as publicações em si, mas também a forma como a imprensa visualizava certos grupos ou alguns políticos. O livro *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista – História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*, da historiadora Vavy Pacheco Borges, foi de extrema importância para a historiografia da imprensa até então, por fazer um levantamento de como a imprensa (especificamente a imprensa paulista mantida pelos líderes políticos e econômicos do estado) retratava a imagem de um político, neste caso, em ascensão: de um bem visto presidente do Rio Grande do Sul, passando por um renovado nome na presidência da república e, por fim, o inimigo do povo paulista, aquele que retirara totalmente a autonomia de São Paulo, procurando destruir o estado mais rico e próspero do Brasil<sup>6</sup>. Embora distinto em inúmeros aspectos, o presente trabalho é bastante devedor a essa obra.

Com essa nova dimensão, os estudos mais específicos sobre a imprensa, sejam revistas, jornais ou, mais recentemente, a televisão e a internet (em especial os blogs) tiveram uma grande expansão na década de 1990 e início do século XXI, com vários estudos voltados para essa área. A pesquisa aqui empreendida parte dessa linha, cuja principal indagação resume-se à forma como a ascensão política de Jânio Quadros foi retratada nas edições do OESP, considerando essa relação através de duas culturas políticas distintas, com campos de atuação, *habitus* e capitais políticos distintos. O recorte escolhido, de 1947 a 1955, percorre desde o início da carreira de Jânio (seu primeiro cargo, de vereador paulistano) até sua posse e primeiros atos como governador do Estado de São Paulo. O objetivo é compreender como OESP, jornal já consolidado e com um histórico bastante importante na política paulista, compreendeu a ideia de uma nova cultura política consolidando-se a partir da ascensão de Jânio Quadros, político que não fazia parte da elite paulista e, como disse Viriato de Castro, foi um fenômeno eleitoral, vencendo todas as disputas em um período de 14 anos (chegaria a Presidência da República, em 1961).

Como base teórica e metodológica do trabalho, serão discutidos alguns aspectos relevantes ao tema. Vários estudos dedicados ao recorte temporal entre 1930 e 1964 no Brasil utilizaram como base para a sua análise o conceito de *populismo*. Bastante discutido e discutível, o conceito trouxe em seu bojo a problemática da definição de uma nova forma política que surgira, fruto de uma região em processo de industrialização e com baixa participação política da população; a partir do desenvolvimento econômico (desenvolvimento este que teria se consolidado com o início do governo de Getúlio Vargas, em 1930) esses grupos passaram a buscar cada vez mais políticos ou

---

<sup>6</sup> BORGES, Vavy P. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista – História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 185-192.

partidos que se identificassem com seus anseios e problemáticas, não se associando, necessariamente, aos grupos políticos tradicionais, uma vez que esses não o representavam. De maneira geral, o populismo pode ser definido como *fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes.*<sup>7</sup>

As primeiras reflexões ocorreram por conta do uso da palavra *populismo* tanto dentro da própria política como na imprensa da época. Vários jornais utilizaram o termo com conotações, muitas vezes, díspares: toda a associação entre determinado político e a população era considerada um ato populista e no OESP, o termo geralmente era utilizado sempre em assuntos relacionados a Vargas, embora não houvesse, em suas páginas, uma definição clara sobre o que era o populismo de fato:

O populismo presidencial seria a condenação dos que possuíam alguma coisa e a sublimação dos que não possuíam coisa alguma. Houve quem tremesse pela sorte dos que não eram operários, maxime quando o candidato anunciou que procedería, no governo, a uma reforma de base nas instituições políticas e sociais.<sup>8</sup>

Embora na década de 1950 alguns artigos já esboçassem algumas colocações acerca do assunto, o estudo sistematizado do populismo ganhou força na década seguinte, contexto de grande crise política institucional, deflagrada com a renúncia do então presidente Jânio Quadros e o turbulento governo de João Goulart, que terminaria de maneira abrupta com o golpe de Estado em 1964. A grande questão para boa parte dos autores era analisar exatamente o porquê do golpe, e o esgotamento da política populista foi pensada como um dos principais (se não o principal) fatores para esse acontecimento.

Duas obras são fundamentais para pensar essa questão, e serão comentadas de maneira bastante sucinta. Em 1968, uma coletânea de artigos foi lançada, tendo como autor o cientista social Francisco Weffort, cuja obra foi intitulada *O Populismo na Política Brasileira*. Nessa obra, o pesquisador fez uma ampla análise sobre o populismo em si, considerando-o como uma política de massas; o grande desafio da democracia brasileira seria a inserção dessas massas na política nacional pós-*Estado Novo* (1937-1945), trabalho o qual teria sido feito de maneira competente por Getúlio Vargas, ao dar significado às demandas dos trabalhadores e da população que vinha concentrando-se cada vez mais nos centros urbanos, abandonando o meio rural.

A democracia iniciada em fins de 1945 teria como principal marca o personalismo, pois o voto seria orientado por pessoas, e não pelas novas agremiações políticas. Logo, o populismo

<sup>7</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º ed. 2007, v. 2, p. 980.

<sup>8</sup> OESP, 14.02.1951.

ganharia cada vez mais força, pois investir na própria imagem para um político era mais importante do que fortalecer as bases partidárias, uma vez que a primeira opção era mais viável do ponto de vista eleitoral. Partindo desse princípio, os partidos políticos nunca conseguiriam se consolidar como grandes forças no cenário nacional, ficando todos eles reféns de personalidades que “puxavam” votos, sendo estes políticos apontados como populistas.

No fim da década de 1950, o sistema partidário brasileiro começou a entrar em um acentuado declínio, pois essas agremiações possuíam cada vez menos características próprias, orientando-se única e exclusivamente pela questão do voto e de como chegar ao poder. Tal contradição também ocorreu no aspecto social: o populismo foi beneficiando cada vez mais a burguesia (principalmente a média e pequena) em detrimento das classes populares, cada vez mais distantes de melhorias em suas condições de vida.

Esse beneficiamento seria uma das heranças varguistas, pois ao estimular o desenvolvimento industrial e regularizar as leis referentes aos trabalhadores o político contribuiu para uma maior racionalização do trabalho, aumentando a produtividade e concedendo mais crédito à burguesia, o que fez com que algumas empresas de pequeno e médio porte expandissem-se rapidamente, não mudando significativamente a vida dos trabalhadores.

Weffort colocou que o Estado teria se sobreposto à economia a partir de 1930, com o fim do estímulo à produção do café e a tendência de Vargas à centralização do poder desde então. O Estado, dessa forma, seria o principal meio para a propagação das mudanças sociais: o político deveria estar à serviço da população, e não o contrário. Tal dinâmica teria se esgotado com o suicídio de Vargas, em 1954; embora Juscelino Kubitschek (presidente eleito após o suicídio, bastante conhecido como JK) não estivesse dentro do “modelo” populista, também mudou bastante a sociedade brasileira com grandes investimentos embora tenha sacrificado o Estado, a tal ponto de praticamente inviabilizar economicamente o curto mandato de Jânio Quadros, dando início à séria crise política no governo de João Goulart.

O populismo é visto, dentro dessa perspectiva, como um paradoxo: ao mesmo tempo em que permitiu uma maior participação popular na política, também organizou essa participação de modo a não ultrapassar certos limites, que garantiriam a manutenção das classes dominantes no comando político do país. Assim, Weffort atestou que a população não foi, em um primeiro momento, totalmente manipulada, pois essas pessoas (em especial a classe operária) já tinham suas demandas por maior participação política, mas não eram contemplados até 1930. Com a ascensão do chamado estado de massas e com a construção da imagem de Getúlio Vargas, essa população passou a identificar-se não com a política de uma maneira geral mas sim com o “Pai dos Pobres”, aquele que era “diferente dos outros”, que deveria continuar no poder mesmo no período de democratização em

1945 através do movimento *queremista*<sup>9</sup> e que voltou ao poder sem grandes problemas em 1950 (dessa vez pelo voto direto). No entanto, a ausência de um político que mobilizasse nacionalmente as multidões (Jânio Quadros poderia ter sido esse nome, mas acabou não se adaptando à política nacional, tentando aplicar seus métodos desenvolvidos em São Paulo) fez com que o sistema democrático entrasse em colapso, uma vez que não existia uma classe no Brasil que tivesse uma hegemonia social. Essa política vacilante acabou deixando um vácuo, ocupado pelos militares em 1964.

Por perspectiva parecida, o trabalho de Octávio Ianni *O Colapso do Populismo no Brasil* (também publicado em 1968) partiu da afirmação de que as mudanças no país que teriam dado origem ao populismo haviam começado com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a indústria desenvolveu-se (mesmo que de maneira bastante tímida) por conta da falta de abastecimento no período do conflito. Assim, as manifestações políticas da década de 1920 reuniram grupos que buscavam espaço político, pois não se sentiam contemplados; o golpe de 1930 teria representado, na verdade, um projeto reformista visando a reequilibrar as novas tendências políticas no Brasil e, a partir daí, o populismo ganhou força enquanto modelo para abarcar essas tendências.

De maneira mais explícita, Ianni datou o início do colapso do populismo com o governo de JK, que teria liquidado o modelo de desenvolvimento nacionalista de Getúlio Vargas para instalar um modelo também desenvolvimentista mas altamente dependente do capital estrangeiro, fazendo com que o país entrasse em um paradoxo: maior desenvolvimento econômico e maior dependência política, contradição que seria fatal para o populismo, uma vez que este visava a uma ampliação cada vez maior do contato entre os políticos e o povo, medida que se tornou de difícil execução através da dependência política ao capital econômico, que visava à manutenção da ordem sem a participação das massas na política.

Getúlio teria sido quem consolidou o populismo exatamente por ter atendido, ao mesmo tempo, os industriais e seus empregados; favoreceu burguesia e proletariado, atendendo algumas demandas desses dois grupos sem deixar transparecer as contradições que esse processo trazia. Embora deposto em 1945, Vargas continuou bem visto tanto pelos dominantes quanto (principalmente) pelos dominados.

No entanto, já no início da década de 1950, a fórmula populista sofreu desgaste devido, sobretudo, às mudanças mundiais tendo em foco a *Guerra Fria* (1947-1991), bem como de forças

---

<sup>9</sup> FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3), p. 35-39.

políticas no Brasil consideradas antipopulistas, como frequentemente é citada a União Democrática Nacional (UDN). Vargas não conseguiu exercer a política do fim do *Estado Novo* da mesma forma em seu último mandato; a perda de apoio dos dominantes deveu-se, sobretudo, às tentativas do então presidente de concorrer contra o capital estrangeiro, favorecendo o Estado e aqueles que dependiam dele e, não necessariamente, grande parte da burguesia, que estava mais dependente desse capital do que do capital estatal no período.

O populismo tornou-se inviável a nível nacional a partir desse aspecto, pois suas lideranças não conseguiram dar conta dessa contradição aparente. Nos estados, inúmeras lideranças políticas populistas surgiram não tendo, necessariamente, grande reconhecimento fora de suas regiões, como os casos de Adhemar de Barros (São Paulo), Leonel Brizola (Rio Grande do Sul) e Miguel Arraes (Pernambuco), entre outros. O único exemplo que teria transcendido a esfera estadual foi Jânio Quadros; no entanto, seu estilo populista, em contraste com o estilo de JK, não conseguiu conciliar as contradições políticas do Brasil, e seu efêmero governo aprofundou essas contradições a ponto dos grupos políticos não conseguirem administrar o país no governo João Goulart, culminando com o fim da democracia e ao dito colapso do populismo.

Assim, ambos os autores trabalharam com a hipótese de que o populismo teria esgotado suas possibilidades no início da década de 1960, chegando ao seu fim em 1964. Além disso, ambos partiram do princípio de que a manipulação do povo era essencial para a manutenção da ordem populista: sem esta, o equilíbrio nacional deixaria de existir, passando a períodos turbulentos, como a crise dos governos de Jânio e Jango. Logo, o populismo, se não fosse o modelo ideal, seria pelo menos o mais satisfatório; ou, no nosso linguajar cotidiano, *ruim com ele, pior sem ele*.

Ao pensar a relação do OESP com Jânio Quadros, o presente trabalho não partilhará do conceito de populismo, embora o termo tenha sido utilizado muitas vezes em relação a ele. E o trabalho não partilhará por não partir do mesmo ponto de vista contido no conceito: o da relação de manipulação entre dominantes e dominados, e as implicações que essa relação traz.

Algumas questões foram levantadas, as quais o conceito populismo não deixa claro: em todos os momentos essa relação de manipulação ocorre? Não houve nenhum questionamento dessa relação em nenhum momento? Todos os burgueses eram realmente conscientes que manipulavam as massas a seu favor, ou estavam em disputas políticas que até poderiam envolver essas massas, mas cujo foco era a conquista do poder, levando em conta outros aspectos que não fossem a manipulação dessas pessoas?

O conceito passou por ampla revisão no fim do século XX, inaugurando o século XXI com questionamentos bastante densos em relação a sua validade. A publicação *O populismo e sua*

*história: debate e crítica*, organizada pelo historiador Jorge Ferreira e escrita por vários pesquisadores das ciências humanas, trouxe em seu bojo as inquietações que o termo carrega, bem como o histórico do conceito:

convém observar que se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população.<sup>10</sup>

A grande problemática do termo reside, exatamente, em um Estado ativo, com políticos bem coordenados e focados em suas teias de dominação contra uma massa desamparada, desorganizada e sem sentido algum, seguindo os passos de seu messias populista, que a guiaria para a salvação. O termo, utilizado para analisar movimentos específicos nos Estados Unidos e na Rússia no século XIX, passou a ser utilizado para explicar não somente as relações políticas no Brasil, mas de toda a América Latina, pois o processo de inserção dos trabalhadores na política teria ocorrido da mesma forma nesses países: de uma economia tradicional com participação política quase nula para uma economia aberta, de mercado, com maior participação política (ou com grupos políticos que dessem mais voz aos trabalhadores na representação política do país).<sup>11</sup> Durante o período em que o populismo teria se estabelecido no território brasileiro, os trabalhadores não tinham muito para onde escapar: ou aceitavam passivamente o governo daqueles que o enganavam e mascaravam o engodo ou se revoltavam contra a situação, fomentando processos e movimentações para destituir esses governantes, sendo reprimidos e desmantelados. No entanto, o golpe de 1964 teria marcado exatamente o esfacelamento dessa relação, pois os políticos não conseguiram mais manter uma estrutura de manipulação dessas massas e o povo não estaria mais satisfeito em ser mais manipulado, exigindo melhorias não só paliativas, mas sim estruturais.<sup>12</sup>

Para não alongar a discussão sobre o conceito neste breve espaço introdutório, é interessante citar um trabalho fundamental para compreender bem as relações entre políticos e cidadãos no período “populista”: a obra *A Invenção do Trabalhismo*, da historiadora Ângela de Castro Gomes, originou-se de sua tese de doutorado da década de 1980, trabalhando com o princípio de que a relação entre Vargas e a população não foi, necessariamente, só de dominação, mas sim uma espécie

<sup>10</sup> GOMES, Angela C. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.** In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 20.

<sup>11</sup> FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.** In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 64-82.

<sup>12</sup> REIS FILHO, Daniel A. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.** In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 343-349.

de troca entre os anseios populares e os anseios do próprio político, em uma espécie de simbiose que remete ao conceito de *circularidade cultural* do historiador Carlo Ginzburg, no qual este colocou que a relação entre cultura popular e erudita não possui um limite nem uma relação igual, mas elas dialogam entre si, ou seja, não é uma troca justa ou solidária, mas uma luta constante de dominação, de sobreposição (não podendo, assim, deixar de analisar as relações de poder para compreender a relação cultural).<sup>13</sup>

A possibilidade de explicar o período não partindo da premissa populista é real, e a partir do trabalho de Ângela de Castro Gomes outras obras começaram a partilhar desse princípio (sendo boa parte dos autores da coletânea de Jorge Ferreira devedores do trabalho da historiadora, como reconheceram em seus artigos), o qual não há, necessariamente, apenas relações de cima para baixo, de mando e desmando, mas sim relações de reciprocidade, em que cada grupo encara a realidade de acordo com sua cultura e com seus anseios, não desprezando sua própria história:

consideramos que o processo de constituição de um ator coletivo é um fenômeno histórico que tem características específicas em cada sociedade, não podendo ser enquadrado em nenhum modelo prévio. Por outro lado, se a constituição da classe trabalhadora como ator político guarda muitos contatos com o ritmo do desenvolvimento econômico de cada nação – com o papel desempenhado pelas relações de produção –, a própria “classe trabalhadora” não é um sujeito unívoco e/ou harmônico cuja identidade política decorre de posições experimentadas apenas ao nível das relações de produção. Por esta razão, estudamos o processo de formação da classe trabalhadora como um fenômeno histórico estreitamente ligado à vida política do país e às tradições culturais desenvolvidas ao longo da história das condições de vida e luta dos trabalhadores brasileiros.<sup>14</sup>

Tanto OESP quanto Jânio Quadros serão analisados buscando alternativas fora do conceito de populismo. Para isso, é importante refletir melhor tanto em relação à publicação quanto ao político. No primeiro caso, foi o jornal de maior tiragem do estado de São Paulo até fins da década de 1950, sendo criado em 1875 com o nome *A Província de São Paulo* (APSP), e possuía em seus quadros nomes ligados à defesa de princípios liberais, pregando a autonomia e o fortalecimento do estado de São Paulo como a principal região do país; em 1889, pouco tempo após a proclamação da república, passou a ter a denominação atual. No período anterior a 1930, o jornal foi opositor dos grupos que estavam no poder político vigente, tendo várias afinidades com o Partido Democrático (agremiação opositora ao Partido Republicano Paulista, ligado aos políticos que dominavam o cenário nacional).<sup>15</sup> O periódico apoiou a Revolução de 1930 louvando a libertação da política daqueles que faziam seu mau uso; no entanto, o apoio foi por pouco tempo, uma vez que São Paulo

<sup>13</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 13-14.

<sup>14</sup> GOMES, Ângela C. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 300.

<sup>15</sup> CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino - Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980 (Coleção Política), p. 23-40.

não conquistou a autonomia buscada e as tensões foram aumentando, chegando à Revolução de 1932 com OESP na oposição novamente.

A instalação do *Estado Novo* em 1937 foi mais um motivo de rusga entre boa parte dos políticos e da imprensa paulista com Vargas, uma vez que o governador de São Paulo Armando Sales de Oliveira seria um dos nomes que concorreriam ao cargo de presidente na eleição que ocorreria em 1938.<sup>16</sup> E a desconfiança foi acentuada quando foi nomeado como interventor o médico e ex-deputado Adhemar de Barros, figura de pouco destaque entre a política paulista da época.

A nova política de Vargas afetara em cheio as vozes dissonantes, sendo o cerco à imprensa cada vez maior. Embora OESP tenha apoiado algumas iniciativas desse novo período, logo o grupo acabou sendo afetado pelas medidas de exceção tomadas e, em 1940, a mando de Adhemar de Barros, o jornal sofreu intervenção estatal, não tendo mais seu controle próprio<sup>17</sup> (situação esta mantida até o fim do período ditatorial, em 1945).

Após o fim do *Estado Novo*, mudanças significativas ocorreram na edição, sendo que o periódico voltou a ser controlado, de fato, pelos seus donos. Em relação a democratização do país, embora tenham apoiado o processo eleitoral que culminou com a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidente do Brasil no fim de 1945, o periódico apoiou o candidato derrotado, Eduardo Gomes. Lamentando o resultado, OESP enfatizou em suas páginas que o brasileiro não sabia votar: a democracia no país não seria plena enquanto a população não fosse alfabetizada (mais da metade da população do país era analfabeta), pois assim teriam melhores condições para escolher seus representantes, votando de maneira “correta”:

Apesar de admitir que as escolhas eleitorais da maioria deveriam ser respeitadas, *OESP* acreditava que as massas ainda não estavam preparadas para escolher seus candidatos nem viver dentro da legalidade constitucional. Como forma de superar esse despreparo, o jornal paulista avaliava que “a conquista das massas era o problema dos nossos dias”, pois deveriam ser educadas para a democracia e para o exercício do voto [...].<sup>18</sup>

Quanto a Jânio Quadros, sua trajetória é ligada, no início, à embates contra os ditos populistas, sobretudo ao considerado seu grande arquirrival: Adhemar de Barros. Em seus cargos legislativos (vereador e deputado estadual), Jânio fizera oposição ferrenha tanto a Adhemar quanto ao seu sucessor, o engenheiro Lucas Garcez. No entanto, ao chegar à prefeitura e, posteriormente, ao governo, Jânio passou a ser apontado também como um populista, pois possuía algumas características próximas aos líderes políticos que tanto combatera, tais como: grande proximidade

<sup>16</sup> SODRÉ, op. Cit., p. 423. Armando Sales de Oliveira também era um dos proprietários do OESP.

<sup>17</sup> CAPELATO; PRADO, op. cit., p. 54-71.

<sup>18</sup> SILVA, Héber R. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 126-128.

com a população, promessas que não eram consideradas possíveis de serem realizadas, desvalorização das instituições políticas, etc.

No entanto, a trajetória de Jânio difere bastante da trajetória de qualquer político dito populista, uma vez que, entre outros aspectos, Jânio nunca teve ligação com um grupo político específico, nem negociava apoios políticos com trocas de cargos (pelo menos não aparentemente); assim, embora a aproximação do político com a população fosse bastante evidente, seus métodos eram distintos dos métodos populistas.

De origem mato-grossense, Jânio viveu sua infância e adolescência em locais diferentes, devido à profissão e às posições políticas de seu pai, o médico e farmacêutico Gabriel Quadros. Após passar parte da infância em Curitiba, a família Quadros mudou-se para São Paulo no início da década de 1930, pois Gabriel não apoiou a Revolução que colocou Vargas no poder e acabou ameaçado de prisão no estado paranaense. Jânio concluiu seus estudos secundários em São Paulo e iniciou em 1935, aos 18 anos, sua graduação em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP).

Para sustentar seus estudos, começou a dar aulas de Português e Geografia no Colégio Dante Alighieri, também na capital. Com temperamento forte e um comportamento considerado extremo, participou de algumas movimentações políticas na faculdade (cujo grupo era opositorista à Getúlio Vargas), além de discutir bastante sobre política com seus alunos, pais e funcionários da escola, tanto dentro como fora do ambiente escolar.

Assim foi que, incentivado por seus alunos e pelos professores, candidatou-se a vereador, em 1947. Com uma campanha bastante modesta financeiramente, foi eleito para a Câmara Municipal de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC)<sup>19</sup>. Assumiu o cargo com um comportamento bastante distinto do que era esperado para um político: vestimenta desregrada, aparência cansada e pronunciamentos virulentos foram suas características mais marcantes:

Naquele dia, naquela hora, ingressou na Câmara Municipal de São Paulo um homem magro, alto, de olhos grandes, embaciados, tristes, cabelos compridos, bigodes caídos pela boca, à semelhança do filósofo Nietzsche, malvestido, exaltado, descabelado, barba sempre por fazer, quase sempre com um capote surrado, para assumir uma cadeira de vereador [...].<sup>20</sup>

Além da aparência, Jânio demonstrava também ter práticas distintas de grande parte dos políticos eleitos até então. Em quase todos os dias da semana, percorria vários bairros paulistanos, apresentando na tribuna da Câmara Municipal os problemas encontrados entre a população:

---

<sup>19</sup> ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: O Prometeu da Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004 (Avenida Paulista), p. 51 a 54.

<sup>20</sup> CASTRO, Viriato de. **O fenômeno Jânio Quadros**. São Paulo: 1959, p. 30.

Já no exercício de mandato de vereador, Jânio dedicava-se ao contato direto com as organizações de moradores dos bairros da capital paulista, apresentando depois na tribuna da Câmara paulistana as queixas e demandas da periferia e elaborando discursos e projetos pautados pela defesa da moralização administrativa, dos usos e costumes. A repercussão dessa prática tornava Jânio conhecido nas classes populares, garantia-lhe certo destaque na imprensa e, ao mesmo tempo, o posicionava como opositor do governador, dado que suas constantes denúncias de corrupção na administração pública atingiam a gestão de Adhemar de Barros.<sup>21</sup>

Embora haja inúmeros aspectos a serem abordados das práticas políticas de Jânio (os quais serão problematizadas ao longo do trabalho), as questões acima demonstram a dificuldade em pensar esse político e OESP dentro de um corpo teórico específico. Assim, o trato desses temas, marcados pelas divergências entre ambos, foi baseado em concepções teóricas distintas, porém bastante significativas para o escopo do trabalho.

Muito caro à historiografia, o termo cultura política foi problematizado nas ciências sociais estadunidenses da década de 1960, através dos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba. Preocupados em analisar como foi possível existir o totalitarismo (no qual incluem fascismo, nazismo e comunismo) em uma cultura herdeira do Iluminismo do século XVIII, esses autores buscaram um conceito que levasse em conta a política não como um ato institucional exercido só por aqueles que estão dirigindo a instituição, mas pelos que não participam diretamente (ou estão excluídos) desse processo. A própria associação entre os termos política e cultura já era um indicativo importante, uma vez que o termo cultura era problematizado e discutido, prioritariamente, na Antropologia<sup>22</sup>, não tendo relação direta com a Ciência Política. A ideia básica dos autores foi a de demonstrar que a política faz parte da sociedade como um hábito, e não somente como algo externo ao cotidiano das pessoas:

The term “political culture” thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system. We speak of a political culture just as we can speak of an economic culture or a religious culture. It is a set of orientations toward a special set of social objects and processes.<sup>23</sup>

Ao estudarem a política de cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México) os autores buscaram pesquisar a compreensão de política que havia entre a população desses países – ao todo, mais de 5000 pessoas foram entrevistadas e, a partir das respostas às questões formuladas, a pesquisa foi “ganhando corpo”. Embora ambos partissem do princípio de

<sup>21</sup> BUSETTO, Aureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 90-91.

<sup>22</sup> KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 61-64

<sup>23</sup> ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Newbury Park: Sage Publications, 1989, p. 12.

que a política era mais desenvolvida em um país do que em outro (em inúmeras partes do texto fica bem claro que a maior manifestação popular em relação à política nos Estados Unidos e Inglaterra que nos outros países demonstrariam maior maturidade de seus eleitores, que possuíam governos mais estáveis comparados com os outros três)<sup>24</sup>, as características colocadas nesse estudo evidenciaram que o conceito de cultura política não é uniforme, dependendo de uma série de fatores referentes à cada região, com cultura e história próprias. Além disso, a cultura política de um povo possui tanto permanências (que podem perdurar séculos) como rupturas, evidenciando que em cada local reside sua própria lógica, não cabendo ao pesquisador rotular vários países ou várias regiões com uma mesma cultura política:

La cultura política, por una parte, puede sufrir modificaciones relativamente rápidas; por otra, parece capaz de soportar duros embates sin cambiar mucho. ¿Qué podemos aprender de estas experiencias históricas, y de la investigación desarrollada en el transcurso de los últimos decenios acerca de dos de las principales interrogantes planteadas por la teoría de la cultura: política, primero, la estabilidad de la cultura política, su persistencia y autonomía, y de ahí su importancia para la explicación de fenómenos políticos; y en segundo lugar, la relativa importancia de los factores que afectan la cultura política, en particular la importancia relativa de la primera infancia, el ambiente laboral en la edad adulta, la comunidad, el contacto con los medios de comunicación masiva y la experiencia directa del desempeño político y gubernamental?<sup>25</sup>

O conceito de cultura política é entendido neste trabalho como um conjunto de práticas políticas, costumes e ideias e são variadas conforme a posição social e econômica que os envolvidos partilham. Como já evidenciado, OESP possui uma trajetória próxima à política, sendo que o próprio surgimento do jornal foi ligado à causa republicana, e seus primeiros 14 anos de existência (ainda como APSP) foram marcados pela luta para propagar as ideias republicanas e, conseqüentemente, para a implantação da República no Brasil. As pessoas envolvidas em seus editoriais tiveram parte (ou toda) sua formação acadêmica na Europa (em especial na França) e nos Estados Unidos, fator também que teve grande influência no periódico, identificado com os princípios do liberalismo e convergindo com a democracia desde que esta não ameaçasse a ordem estabelecida, ou seja, que mantivesse uma participação política restrita, sem contestações populares:

O projeto dos liberais era contra-revolucionário. Segundo afirmavam seus representantes, o liberalismo absoluto nunca existiu e as circunstâncias o obrigaram a restringir suas aspirações – o velho liberalismo tinha que ceder lugar a outro mais modesto e parcimonioso, renunciando ao propósito ilusório de proporcionar aos homens todas as liberdades, contentando-se em lhes assegurar umas poucas liberdades fundamentais.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> ALMOND; VERBA, op. cit., p. 35.

<sup>25</sup> ALMOND, Gabriel A. **Una disciplina segmentada: escuelas y corrientes en las ciencias políticas**. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 201.

<sup>26</sup> CAPELATO, Maria H. R. **Os arautos do liberalismo: 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 21-22. Parte desse trecho pode ser encontrado na edição do OESP de 03.02.1935.

Logo, esse liberalismo “brasileiro” pregava, sobretudo, medidas não tão liberais assim. O que aparentemente é uma contradição torna-se bastante compreensível através do conceito de cultura política, que ao mesmo tempo mantém as especificidades das pessoas envolvidas e agrega características em comum entre elas:

No que tange à compreensão da cultura política – noção de caráter plural -, cabe apontar que se trata de um elemento constitutivo da identidade de um dado grupo que, apesar de possuir tendências diversas e, até mesmo contraditórias, faz uso de códigos comuns, compartilhando significados e formas concretas de sociabilidade e linguagem, que se referem ao fenômeno político [...].<sup>27</sup>

No objeto do presente trabalho, há um diálogo entre duas culturas políticas que, aparentemente, são distintas: de um lado, um jornal com tradição crítica e que possui um corpo editorial voltado para os preceitos liberais, criticando a intervenção excessiva do Estado, focando a livre iniciativa e, ao mesmo tempo, a manutenção do estado de São Paulo como a região hegemônica do país. De outro lado, há um político que desponta com práticas bastante próximas da população, colocando em seus discursos que o Estado deveria cuidar para manter o bem-estar das pessoas, principalmente, das que possuíam condições socioeconômicas mais desfavoráveis e, levando em conta que São Paulo crescera rapidamente nos últimos anos, a desigualdade também era latente, além das precárias condições de saneamento básico e moradia destas pessoas.

Em um mesmo espaço (cidade e, posteriormente, estado de São Paulo) existiu esse conflito: embora houvesse elementos em comum entre ambos (tanto OESP quanto Jânio pregavam melhorias irrestritas para a região, por exemplo), as diferenças são mais acentuadas, pois são formas distintas de pensar-se a organização social; além disso, as maneiras de intervenção na sociedade também são diferentes, pois enquanto OESP não se envolveu diretamente com as instituições políticas (embora possuísse seu discurso convergente com o da UDN e de políticos liberais), Jânio Quadros envolveu-se cada vez mais com estas instituições políticas, tendo uma trajetória eleitoral extremamente vitoriosa.

Embora ambos não possuíssem poderes ilimitados, cada um a sua maneira buscaram influenciar e modificar o ambiente no qual viviam, seja pela influência da escrita, seja pela oralidade e atos eloquentes nas tribunas políticas. Essa capacidade (buscada e mantida) de influenciar e modificar o ambiente foi chamada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu de poder simbólico, em que os grupos tentam se consolidar ou manter seu status através de atos simbólicos, ou seja, atos que não possuem, a primeiro momento, nenhuma grande pretensão, nada fora de sua

---

<sup>27</sup> HISTORIOGRAFIA ATUAL – RUPTURA COM O MARXISMO E O ESTRUTURALISMO. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.; GOUVEA, Maria de F. S. (org). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 278.

abrangência, mas que, através dos agentes sociais que estão por trás desse poder acabam refletindo interesses específicos e promovem disputas para conquistar ou legitimar seu espaço perante outros grupos, ou outras pessoas. Logo, toda cultura política possui um ou mais poderes simbólicos que dialogam (ou tentam se impor), a todo momento, com a legitimidade do pensamento ou dos atos daquele ou de outros grupos. Como enfatiza Bourdieu:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração. (...) <sup>28</sup>

Esse poder é ligado a outros aspectos não necessariamente políticos: o econômico, o social e o cultural. Comparando as culturas políticas representadas pelo OESP e por Jânio, é notável que, do ponto de vista econômico, OESP já possuía uma estrutura consolidada em 1947, sendo o jornal de maior circulação do estado e um dos que mais vendiam em todo o país. Publicado há mais de setenta anos, possuía em seu editorial jornalistas e pessoas de outras profissões que escreviam regularmente no espaço do periódico, buscando abranger o maior número possível de assuntos dentro de sua publicação, tendendo a ser um jornal “completo”. Já no caso de Jânio, era um advogado recém-formado, que se sustentava como professor, além de ter um pequeno escritório na capital; possuía uma modesta residência, não tendo grande volume de dinheiro em suas mãos.

Do ponto de vista social, OESP já era uma “marca” consolidada na capital paulista e no país, possuindo número significativo de assinantes. Essas pessoas, embora não exista um levantamento oficial do jornal ou da época para definir seu perfil, eram possivelmente pessoas com uma renda razoável; em 1947, cerca de apenas 10% da população brasileira tinha acesso a leitura. Assim, não existia um número expansivo de leitores que tinham acesso ao jornal, embora seja necessário frisar que boa parte dessas pessoas transmitiam, se não integralmente pelo menos em parte, as notícias (e a ideologia) do jornal àquelas que não tinham acesso, atuando como “formadores de opinião”. Logo, o alcance do que era publicado, provavelmente, foi um pouco maior que o número de pessoas que assinavam o jornal.

Em relação a Jânio, seu círculo de contatos sociais constituía-se de alguns amigos da Faculdade de Direito, os alunos, ex-alunos, professores e funcionários da escola onde lecionava e dos clientes de sua assessoria jurídica. Embora lidasse com pessoas influentes, não possuía um capital social relativamente grande. No entanto, foram essas pessoas que proporcionaram a oportunidade do então professor e advogado de exercer seu primeiro cargo público, o de vereador

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Difel/Bertrand Brasil: Lisboa/Rio de Janeiro, 1989, p. 12.

de São Paulo. Durante seu mandato, Jânio foi conquistando cada vez mais o apoio dos grupos mais pobres da cidade e, posteriormente, do estado de São Paulo, com discursos e práticas que visavam à melhoria da situação dessas pessoas, mais desfavorecidas em inúmeros aspectos. Logo, através de um capital social relativamente pequeno, Jânio conseguiu expandi-lo de maneira intensa, chegando a inúmeras pessoas as quais não tinham contato com OESP.

As formas de exercer esse poder simbólico são estruturadas basicamente em dois conceitos: campo e *habitus*. O primeiro é considerado um espaço de disputas, em que agentes sociais com certa autonomia buscam, através de relações sociais, maior espaço de influência no local onde estão inseridos. Já *habitus* pode ser associado a um conjunto de práticas e percepções dessas práticas, adquiridas pelos agentes sociais conforme sua vivência e seus interesses. Ou seja, há uma relação intrínseca entre esses dois aspectos: o campo é formado por disputas que tem como origem o *habitus* dos agentes sociais envolvidos; ao mesmo tempo, o *habitus* é influenciado por aqueles que detêm maior capital dentro do campo. Assim, há uma relação dialética e intrincada entre ambos, sendo bastante difícil sua dissociação.<sup>29</sup>

OESP, embora não fosse ligado a nenhuma estrutura de poder, esteve sempre presente nas esferas políticas, seja através das relações de seu proprietário Júlio de Mesquita Filho com alguns políticos, seja a proximidade de alguns jornalistas também com estes políticos. Logo, o periódico estava inserido como agente social no campo político paulista e, de certa forma, no nacional, sendo seu valor simbólico muito forte.

Tal aspecto, como já foi salientado, não se aplica a Jânio Quadros. Antes de sua candidatura a vereador, Jânio era muito pouco conhecido no campo político paulista; participara dos comitês de campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN, mas não se integrou ao grupo; chegou a flertar com algumas lideranças, mas não se filiou à agremiação.

Assim, a indagação principal que percorre o trabalho é a de como um jornal inserido no campo político com significativo poder simbólico, passou a construir o perfil de um político com *habitus* distintos de grande parte dos outros, com um pequeno poder simbólico que, em pouco tempo, passou a conquistar cada vez mais o eleitorado paulistano, paulista e, posteriormente, o brasileiro.

No primeiro capítulo, será problematizada a transição pela qual o Brasil passou em meados da década de 1940 com o fim da *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945), marcando também o fim do período ditatorial do *Estado Novo* e o início de um período democrático, cujo símbolo principal foi a eleição realizada em fins de 1945, elegendo Eurico Gaspar Dutra (ex-ministro de Guerra de Vargas) como novo presidente, além de representantes para os cargos de senador e deputado federal. Em 1947, houve a eleição para os cargos de governador, deputado estadual, prefeito e vereador; é

---

<sup>29</sup> BOURDIEU, op. Cit., p. 60-61.

exatamente nesse certame em que aparece a figura de Jânio Quadros, que seria um dos vereadores eleitos pelo PDC.

O desempenho de Jânio como vereador chamou a atenção por inúmeros aspectos que o credenciaram a concorrer a uma cadeira como deputado estadual; o segundo capítulo abarcará este período de eleições, enfatizando como OESP portou-se durante o processo, em que também foram votados os cargos majoritários (presidente e governador) e os legislativos (senador e deputados); após eleito, suas ações como deputado estadual também chamaram a atenção de muita gente, o que acabou o credenciando para a disputa pelo executivo paulistano, chegando à vitória em 1953.

Por fim, o terceiro e último capítulo tratará da rápida passagem de Jânio a frente da Prefeitura de São Paulo, e todo o processo que culminou com a indicação de seu nome para o cargo de governador de São Paulo, tendo seu primeiro grande embate com o seu então maior inimigo, Adhemar de Barros, além da grande ênfase dada a essa disputa pelo OESP, se posicionando de maneira ambígua ao longo dessa trajetória.

## CAPÍTULO 1 A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E O SURGIMENTO DE JÂNIO QUADROS

*“Vou seguir, sem malícia ou temor, dizendo o que penso, somente o que penso”.*

*(Jânio Quadros – discurso de renúncia à Câmara dos Vereadores de São Paulo, 12.03.1951)*

*“Graças á união dos seus filhos mais devotados, São Paulo se libertará finalmente desse bando de exploradores de negocios publicos, de esbanjadores da Fazenda estadual e de obreiros da geral degradação dos costumes políticos que, neste momento, quebrando as nossas tradições de austeridade e compostura, rebaixam o exercício do poder público á mais infima categoria”*

*(OESP, Notas e Informações, 23.06.1950).*

### 1.1 O Estado de São Paulo: origem e consolidação

OESP surgiu em 1875, com o título *A Província de São Paulo*. A ideia da criação do periódico ocorreu em 1873, na famosa Convenção Republicana de Itu que culminou com a formação do Partido Republicano, em que um grupo envolvido no processo pensou a criação de um jornal que discutisse alguns temas sob a orientação da agremiação política, tais como o próprio republicanismo e o abolicionismo, questão que seria amplamente defendida pelos editores do OESP. Depois da tentativa de adquirir o *Correio Paulistano* (CP - jornal de grande prestígio na época, bastante envolvido com a política local) sem muito sucesso, alguns dos republicanos encamparam a ideia da criação de um novo periódico, principalmente Américo de Campos e Campos Sales, que foram os responsáveis por conseguir dinheiro o suficiente para adquirir os componentes necessários para as instalações físicas da nova publicação.<sup>30</sup>

Seus primeiros diretores foram Rangel Pestana, o próprio Américo de Campos e José Maria Lisboa<sup>31</sup>, sendo esses dois últimos empregados do CP. Em 1888 Júlio de Mesquita, colaborador do jornal, tornou-se diretor de redação junto com Pestana e, no início do século XX, assumiu o controle total do jornal (sendo que até os dias atuais a publicação pertence à família Mesquita)<sup>32</sup>.

O formato da primeira página era bastante distinto dos formatos contemporâneos, baseado principalmente nos modelos franceses: título do jornal destacado no lado superior da capa, de tamanho pequeno e com informações básicas sobre a publicação, indicando seus redatores. No restante da página, três textos espalhados em cinco colunas, com a fonte bem reduzida, sendo geralmente um texto de resumo das principais notícias do dia, um texto opinativo (espécie de

<sup>30</sup> OESP, 04.01.1952.

<sup>31</sup> BORGES, op. Cit., p. 31.

<sup>32</sup> BORGES, op. Cit., p. 32.

editorial) e um texto de folhetim (estes foram publicados até o fim do século XIX). APSP deixava bem claro seu caráter político na primeira capa: durante o período imperial, sempre haviam recados com esse cunho, como na primeira edição do jornal, ao lado do título: *A redação aceita informações justas e auctorizadas relativas a serviços publicos e desmandos da administração e governo.*<sup>33</sup>

Ainda nessa primeira edição, a publicação trazia um texto explicativo sobre o porquê desse jornal existir. Colocando-se apenas como uma “humilde contribuição” aos leitores, o texto sintetizou os objetivos nas seguintes palavras:

o novo jornal se apresente em condições de poder influir directamente no progresso do paiz e na educação do povo, e habilital-o a ser, como um escriptor distincto já definio o jornal, “ *o cuidadoso expositor de todos os productos da intelligencia humana, a escola em que entram todos aquelles que sabem soletrar*”.<sup>34</sup>

Além disso, a publicação procurou deixar bem claro que não estava a serviço de nenhum partido político, mas sim buscando apenas contribuir para a expansão da província de São Paulo, bem como para uma melhor administração por conta daqueles que estavam no poder:

Não sendo orgam de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer d' elles, e por isso mesmo collocando-se em posição de escapar ás imposições do governo, ás paixões partidarias e ás seducções inherentes aos que aspiram ao poder e seus proventos, conta a **Provincia de São Paulo** fazer da sua independencia o apanagio de sua força e a medida da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e criterio em que fundará o salutar prestigio a que destina-se a imprensa livre e consciente.<sup>35</sup>

No entanto, a primeira página do jornal trouxe inúmeras críticas à administração de D. Pedro II, mesmo não dizendo abertamente que tais escritos eram sobre o monarca. Embora não se colocasse identificado com nenhum partido, quase todos seus membros fundadores eram do Partido Republicano, o que evidencia que a mensagem de apartidarismo era, na verdade, uma forma de buscar leitores que não se identificassem, a primeiro momento, com a causa republicana e que, a partir da leitura do jornal, chegassem a conclusão de que as propostas apresentadas pelo periódico seriam as melhores para São Paulo e, conseqüentemente, para o Brasil; além disso, APSP logo entrou em conflito com as outras publicações paulistas, uma vez que os pontos defendidos eram bem diferentes desses outros periódicos, de caráter conservador e monarquista.<sup>36</sup> Uma inovação bastante importante foi a venda de exemplares avulsos, iniciada em 1876 pelo francês Monsieur Gregoire, que passou a distribuir os jornais (mediante pagamento) nas vias públicas<sup>37</sup>. Em 1880, já

---

<sup>33</sup> OESP, 04.01.1875

<sup>34</sup> OESP, 04.01.1875.

<sup>35</sup> OESP, 04.01.1875.

<sup>36</sup> CAPELATO; PRADO, op. Cit., p. XIX-XX.

<sup>37</sup> OESP, 04.01.1952. Sua imagem é lembrada nas edições atuais, sendo o principal ícone do OESP.

era o periódico de maior circulação em São Paulo, embora passasse por grave crise financeira, pois atraía poucos anúncios, em função de suas posições políticas.



Figura 1 – Capa da primeira edição de A Província de São Paulo

Durante mais de duas décadas, o jornal publicou inúmeros textos combativos contra a escravidão

e o governo monárquico, mesmo que sob o signo da “neutralidade”. No entanto, na edição de 15.05.1888 o jornal deu amplo destaque para a abolição da escravatura e, na capa da edição de 16.11.1889, não houve texto na primeira página, mas apenas um letreiro imenso, dizendo VIVA A REPUBLICA. O jornal participou da implantação de dois de seus principais objetivos, mudando seu título para *O Estado de São Paulo* e passando a conter textos mais voltados para o cotidiano de seus leitores, embora sempre acompanhando a conjuntura política do estado e do país; quanto à República, várias pessoas ligadas ao periódico estiveram no governo, entre eles o próprio proprietário, que tornou-se secretário de Governo de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente brasileiro do período republicano.

Em relação ao conteúdo do jornal, as notícias internacionais ganharam maior destaque, e o volume de textos aumentou consideravelmente. Em fins do século XIX, a edição geralmente trazia na primeira página textos divididos em cerca de oito colunas, sendo que nos primeiros anos do século XX este número aumentou para dez colunas, com fontes ainda menores e mais textos opinativos, evidenciando o crescimento da importância do jornal através de suas vendas e de seu raio de influência. As questões nacionais continuaram a receber destaque, principalmente, após a cobertura das movimentações no arraial de Canudos (1896-1897), para o qual foi enviado um repórter com o intuito de acompanhar as movimentações do local, ficando até o fim do arraial através da ação do Exército Brasileiro; este enviado especial foi Euclides da Cunha, cujos artigos seriam publicados posteriormente na obra *Os Sertões*.

A abrangência política mundial ficou bastante evidente com a cobertura do periódico sobre a *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), onde Júlio de Mesquita, proprietário do OESP, escreveu semanalmente sobre o tema<sup>38</sup>; além disso, vários outros autores discutiram sobre o assunto, bem como sobre a *Revolução Russa* (1917), com uma proposta de governo baseada nas ideias políticas de Karl Marx e Friederich Engels (além dos escritos de Vladimir Lênin, principal ideólogo e líder da Revolução).

Nesse contexto também o jornal passou a estampar propagandas em sua capa. Desde o início, o periódico tinha amplo espaço para a publicidade, mas apenas em suas páginas internas. A primeira página era reservada somente aos textos, opinativos nas primeiras edições e lado a lado com notícias a partir do início do século XX. A publicação do espaço publicitário na capa também foi um indicativo importante, demonstrando a expansão e a importância que o jornal ia conquistando junto a seus leitores e na sociedade, de maneira geral.

Na agitada década de 1920, o periódico manteve sua formatação e também suas ideias no sentido de valorizar São Paulo como o grande estado da nação e defender seus interesses perante outros grupos. O jornal já vinha há algum tempo criticando severamente a política vigente no país,

<sup>38</sup> MESQUITA, Julio. **A guerra: (1914-1918)**. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Terceiro Nome, 2002, 4 v. Esse livro é uma compilação de todas as publicações de Júlio de Mesquita sobre o conflito.

refutando o domínio dos partidos republicanos paulista e mineiro no cenário nacional. A publicação apoiou os focos oposicionistas ao governo, como por exemplo o ataque dos militares revoltosos ao governo de São Paulo em 1924, bem como o apoio à criação do Partido Democrático, em 1926<sup>39</sup>, que era opositor do Partido Republicano Paulista. Assim, o jornal rompia com o partido que, embora não se considerasse representante oficial, fora formado (mesmo não admitido oficialmente) para difundir ideias bastante discutidas dentro da agremiação política:



Figura 2 – Capa de 06 de julho de 1924, um dia após o início da revolta tenentista de 1924 em São Paulo.

<sup>39</sup> PRADO, Maria L. A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934. São Paulo: Ática, 1986.

Foi assim que, em suas páginas, o jornal defendeu o golpe que depôs Washington Luís e colocou Getúlio Vargas (que o jornal apoiara tanto na sua gestão como Presidente do Rio Grande do Sul desde 1928 quanto na sua campanha para presidente contra Júlio Prestes, representante dos republicanos paulistas, em 1930)<sup>40</sup> como presidente da República. O apoio foi circunstancial, uma vez que o jornal via nessa mudança política novos ares para a sociedade paulista:

O Brasil respira. Desde hontem, está liberto do pesadelo que o sufocava. Cessou, hontem, no território nacional a matança de irmãos. A intervenção brusca de altas patentes do exército e da armada junto ao chefe da nação para obrigar-o a abandonar a luta e o poder, pondo termo á sua inútil resistência á tremenda onda revolucionaria que desabou sobre a Republica é que a família brasileira, é que as mães, as pobres, as aflictas, as desoladas mães brasileiras devem essa dadiva abençoada.<sup>41</sup>

No entanto, o jornal não tardou a se voltar contra Vargas, uma vez que São Paulo não foi prioridade para a nova administração. Logo Júlio de Mesquita Filho (novo diretor do periódico após a morte do pai, em 1927), membros do PD e do PRP uniram-se em oposição ao governo, iniciando um levante que ficou conhecido na historiografia como *Revolução Constitucionalista de 1932*.<sup>42</sup> Mesmo com a revolta de 9 de julho não sendo vitoriosa, Vargas convocou a Assembleia Constituinte (considerada a principal reivindicação dos revoltosos), sendo que o jornal demonstrava, uma vez mais, sua força enquanto agente de transformação social.

A ascensão do totalitarismo na Europa e as mudanças políticas no Brasil também foram acompanhadas pelo periódico, que se opôs à decretação do *Estado Novo* por Vargas em 1937, além de noticiar com muitos detalhes o início da *Segunda Guerra Mundial* em 1939, publicando vários documentos do período cedidos por agências internacionais de jornalismo, como o primeiro sinal do exército polonês em relação à invasão dos alemães:

Urgente – o Ministério das Relações Exteriores expediu o seguinte comunicado: “Pouco depois das 7 horas da manhan os alemães iniciaram a acção militar em diferentes pontos da fronteira. Isso significa, indubitavelmente, uma aggressão da Allemanha contra a Polonia. A acção militar continua a desenvolver-se”.<sup>43</sup>

Em 1940, no entanto, o jornal acabou sofrendo intervenção do governo federal. Logo após a instalação do *Estado Novo*, Vargas destituiu todos os governadores eleitos (com exceção de Minas Gerais, cujo administrador, Benedito Valadares, era bastante próximo do presidente), instituindo

<sup>40</sup> BORGES, op. Cit., p. 100-108.

<sup>41</sup> OESP, 25.10.1930

<sup>42</sup> LIMA, Soraia H. C. **Julio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política. O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008, p. 13-38.

<sup>43</sup> OESP, 01.09.1939.

pessoas de seu círculo político como interventores nos estados (medida bastante parecida com o que fizera em 1930). Em São Paulo, foi escolhido um político pouco expressivo até então, o médico e ex-deputado Adhemar de Barros, figura que fizera oposição a Vargas mas que, após receber o convite para assumir o estado, acabou aderindo ao governo. Tal escolha foi uma tática de Vargas para não colocar nenhum político tradicional no poder, mantendo um nome pouco conhecido e que não representava, de fato, nenhuma das elites paulistas, não atendendo às principais forças tanto do PRP quanto do PD.<sup>44</sup> Adhemar, cuja interventoria era frequentemente criticada pelo OESP, acionou o governo federal, que declarou o jornal sob intervenção em março de 1940. Embora Adhemar tenha deixado o cargo em 1941, OESP permaneceu sob intervenção até outubro de 1945, pouco antes de Vargas renunciar à presidência. Nesse período, os donos do periódico não tiveram poder decisório no que seria publicado ou não; por conta disso, atualmente o jornal não contabiliza 138 anos de formação, mas sim 133, por conta desses cinco anos considerados “fora” da história do impresso.

O jornalismo brasileiro, no período de transição política no país (fim do *Estado Novo*) também passava por uma fase de transição, em que a grande influência do jornalismo francês dava lugar à influência do jornalismo estadunidense. Embora essas mudanças não se fizessem sentir de maneira direta no OESP a primeiro momento, algumas diferenças já eram claras desde fins da década de 1930, como a constante utilização de imagens nas capas, bem como uma maior presença de anúncios publicitários, que ganhavam cada vez mais importância para o financiamento do jornal. Além disso, desde quando assumiu o controle do periódico Júlio de Mesquita buscou uma aproximação com o jornalismo estadunidense, procurando evitar a caracterização do jornal como um representante partidário buscando a chamada “imparcialidade” jornalística<sup>45</sup>, pois este modelo possuía uma maior preocupação em relação ao assunto, diferentemente das publicações francesas, utilizando como técnica principal nas notícias o formato da “pirâmide invertida”, ou seja, as informações mais importantes do texto concentradas no primeiro parágrafo e os detalhes no restante do texto, deixando a opção para o leitor em aprofundar ou não sua leitura do assunto abordado na escrita.<sup>46</sup>

No início desse período de democratização, OESP pode ser identificado pelas seguintes características: ideias bastante próximas do liberalismo, como a defesa da propriedade privada, valorização da livre iniciativa, exaltação do trabalho e da instrução (formação profissional); visão contrária ao comunismo, exaltando a ordem do país e as ideias liberais em relação à política; conservadorismo, pautado na valorização das tradições e nas desconfianças em relação a tudo que

---

<sup>44</sup> SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Ed., 1982 (Teses, 5), p. 39-41.

<sup>45</sup> BORGES, op. Cit., p. 30-35.

<sup>46</sup> SILVA, Carlos E. L. da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sunnus, 1991, p. 108.

era novo, tudo que ameaçasse os costumes vigentes; e, por fim, a valorização da cidade e do estado de São Paulo, vistos desde o início do jornal como o principal estado do país e espécie de “motor” da nação, sendo a região que fazia com que o Brasil se desenvolvesse e evoluísse.

## 1.2 Jânio e Jânios – diversas faces, diversos retratos

A figura política de Jânio Quadros despertou grande interesse de inúmeros analistas desde a sua ascensão política até os dias atuais. No fim de seu mandato de governador de São Paulo em 1958, a probabilidade da candidatura de Jânio à presidência da República (cuja eleição ocorreria dois anos depois) era muito forte, uma vez que o político paulista despertou simpatia e interesse em inúmeros grupos políticos de várias regiões do país, além de sua grande popularidade entre os trabalhadores de baixa e média renda. A partir dessas movimentações, a seção paranaense do PTB lançou sua candidatura a deputado federal, fazendo uma espécie de “experiência” visando medir a popularidade do político fora do estado de São Paulo. Mesmo sem ter participado da eleição (Jânio não foi nenhuma vez ao Paraná durante este período), o governador paulista foi o deputado mais votado do estado, sendo esse fato um termômetro bastante importante para voos possivelmente mais altos na política.

Desde então, a discussão sobre a candidatura à presidência de Jânio tornou-se cada vez mais presente nos meios políticos, sendo considerado o candidato mais forte para a sucessão de JK. Em 1959, o ex-integrante dos círculos políticos do adhemarismo e novo apoiador de Jânio Viriato de Castro publicou a obra *O fenômeno Jânio Quadros*, escrevendo sobre a trajetória política com ênfase em seus “grandes” feitos, destacando todos os pontos positivos dos cargos ocupados até então. As edições da obra foram pagas pelo próprio Viriato, sendo considerada sua colaboração para a estruturação da futura campanha a presidência, divulgando para todo o Brasil quem era Jânio Quadros.

A partir dessa publicação, seguiram-se textos em periódicos debatendo sobre a figura do político; no ano seguinte, o deputado e apoiador do adhemarismo Hilário Torloni publicou a obra *A verdade nua e crua sobre a administração Jânio Quadros (1955 a 1958)*, fazendo um levantamento dos dados referentes ao período do político à frente do Executivo paulista. Tal publicação foi bastante simbólica, uma vez que o principal ponto positivo da administração de Jânio (que fora reconhecido até por alguns opositores) foi a organização financeira de São Paulo, já que no início de seu governo as finanças paulistas estavam com o saldo devedor, e no final havia dinheiro em caixa, com todas as despesas sendo pagas regularmente (Torloni levantou a hipótese desses dados serem manipulados, o que nunca foi confirmado ou desmentido).

Na eleição de 1960, Jânio sagrou-se vitorioso, deixando para trás o candidato oficial do

governo, o general e ministro de Guerra Henrique Lott, e o rival paulista Adhemar de Barros. Sua ascensão foi bastante significativa, pois além de ser o primeiro presidente a ser empossado na recém-inaugurada capital Brasília, também marcava a chegada de um fenômeno eleitoral ao cargo máximo da política nacional, sendo o primeiro desde Getúlio Vargas que foi eleito também com expressiva votação.

No entanto, sua curta passagem pelo Executivo (de 30 de janeiro a 25 de agosto de 1961) foi solapada pela renúncia e pela expansão da crise política no Brasil, que culminou com o golpe militar que derrubaria João Goulart do poder quase três anos depois. Assim, as publicações relacionadas a Jânio passaram a girar apenas em torno deste conturbado período.

Pouco tempo depois de sua renúncia, o deputado federal pernambucano Giléno de Carli lançou o livro *JQ, Brasília e a grande crise*, expondo suas impressões a partir daquilo que observou diretamente, e suas análises sobre o que levou Jânio Quadros a renunciar. Vivenciando os acontecimentos *in loco*, o autor ainda voltou ao mesmo assunto em mais três outras obras: logo em 1962, publicou *Anatomia da Renúncia* e, na década de 1980, lançou as outras duas: *Visão da crise* e *Os tempos de Jânio Quadros*, enfatizando sempre a relevância que tal figura teve para a política brasileira, bem como seus defeitos que levaram ao desencadeamento da crise e ao fim do período democrático, comentando que a estrutura política já estava combalida, e os acontecimentos referentes ao conturbado governo de Jânio teriam maximizado seu processo de deterioração.

Essa mesma década também foi marcada por publicações que tinham o caráter de ataque ou defesa da imagem do político, que tentou se eleger governador de São Paulo em 1962 mas acabou não sendo o mais votado, perdendo a eleição para Adhemar de Barros, o qual já havia vencido duas vezes. Também em 1962 um dos organizadores de sua campanha, o político Castilho Cabral, publicou uma obra exaltando a figura do candidato a governador, cujo título é *Tempos de Janio e outros tempos*. Em relação às publicações de críticas negativas, tem-se como exemplo a obra *Janio, a Face Cruel*, do jornalista David Nasser, e *5 anos que abalaram o Brasil*, de Mário Vitor, polemizando as características pessoais do político com ênfase em seus aspectos negativos, buscando possíveis “falhas” em sua personalidade e, conseqüentemente, em seus governos:

Se houvesse coragem neste País para trazer a público tôdas as patifarias cometidas pelo Senhor Fujânio na manipulação dos dinheiros públicos – há muito êle estaria completamente revelado aos olhos dos inocentes que ainda acreditam nas suas falsas pregações (...) Desde *A Face Cruel* e outros artigos – procurava advertir ao povo brasileiro – e mais especialmente ao povo paulista – que se tratava de um hipócrita, de um farsante e de um ditador em perspectiva (...) Prego apenas a necessidade de uma consciência antijanista para que os bilhões dos planos de ação não caíam nas mãos de um grupo voraz, inescrupuloso e comandado por um dos demagogos mais imundos – de corpo e de alma – que já transitaram pelo govêrno de São Paulo.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> NASSER, David. **Jânio, a face cruel**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966, p. 173-174.

O recrudescimento contra a oposição nos governos militares de Castelo Branco e Costa e Silva, culminando com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, ocasionou um forte cerco a vários pensadores, sendo que os estudos do período giraram em torno de temas ligados à política (sobretudo a institucional, relacionados também à organização social) no período anterior ao golpe militar, sobretudo a imagem de Jânio Quadros, diminuíram consideravelmente. É possível indicar apenas alguns estudos dedicados ainda ao tema da renúncia como, por exemplo, a obra dos pesquisadores Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, *A Renúncia de 1961*, e a obra do cientista social Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré-64*, lançadas em 1975 e que trouxeram uma perspectiva distinta das que eram debatidas até então, colocando Jânio como um político popular que, por conta de suas excentricidades e do isolamento no meio dos outros em Brasília, não teria conseguido construir pontes para governar e, recrudescendo seu estilo autoritário, acabou por renunciar e dar início a uma crise de imensas proporções.

Somente no fim da década de 1970, com o fim do bipartidarismo imposto pelo A.I. nº 2 de 1965 e com a movimentação para a realização da eleição para governador, senador e deputados com os novos partidos, o assunto Jânio Quadros voltou à tona, uma vez que o próprio também voltara: depois de ficar distante da vida pública (teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em 1964), voltou à ativa na política, sendo candidato a governador de São Paulo em 1982 pelo PTB. Mesmo sendo derrotado (ficou em terceiro lugar, atrás do vitorioso e antigo companheiro partidário Franco Montoro e de Reynaldo de Barros, candidato do governo ditatorial), tal exposição foi o suficiente para trazer à tona um maior interesse em relação à trajetória política de Jânio, não levando em conta apenas a sua renúncia.

No ano da eleição para governador, o jovem jornalista João Mellão Neto lançou o livro *Jânio Quadros: 3 estórias para 1 história*, fazendo um levantamento das três formas como Jânio havia sido abordado até então, em sua opinião: a forma “positiva”, na qual Jânio teria sido um grande herói que fora vencido pela resistência daqueles que queriam mudar o Brasil; a forma “negativa”, na qual Jânio teria sido um megalomaniaco que buscava apenas as melhores condições possíveis para si; e, por fim, uma terceira forma, que seria uma espécie de equilíbrio entre as duas primeiras (mas que, na visão do autor, pendia mais para a segunda visão, pois o ato da renúncia ainda era muito lembrado e muito questionado pela imprensa de maneira geral). O autor, integrante da Juventude Janista (movimento iniciado após a Lei de Anistia, em 1979, a favor da volta de Jânio para a política), inovou na escrita para demonstrar o quanto a imagem do ex-presidente ainda suscitava discussões, e que sua volta à disputa de cargos eleitorais era, portanto, totalmente viável.

Em 1985, Jânio novamente entrou na disputa de um cargo eletivo e, desta vez, foi eleito prefeito de São Paulo, entrando como uma espécie de “terceira via” que venceu os dois candidatos

com melhores estruturas de campanha: o sociólogo e senador Fernando Henrique Cardoso, candidato da situação, e o economista e deputado federal Eduardo Suplicy, como candidato da oposição. A partir desse fato, a frequência de publicações sobre Jânio aumentou e, no início da década de 1990, foram concluídos dois trabalhos que, de fato, buscaram identificar não só a trajetória política de Jânio a partir da presidência, mas sim suas primeiras movimentações políticas e os aspectos que tanto chamaram a atenção e fizeram sucesso entre seus eleitores.

Tais obras foram as dissertações *A liderança política de Jânio Quadros (1947/1990)*, da cientista social Vera Chaia, e *A Origem do Janismo*, da historiadora Silvana Walmsley, que deram duas dimensões bastante significativas para uma melhor compreensão da trajetória política de Jânio Quadros.

Na dissertação de Chaia, a cientista social fez uma análise bastante ampla de Jânio, abarcando todo o período em que ele esteve envolvido no campo político (desde sua posse como vereador em 1947 até o fim de seu segundo mandato como prefeito da capital, em 1990). Durante a descrição de cada um dos mandatos (com farta análise de fontes, tanto as consideradas “oficiais” como a imprensa e arquivos pessoais), a autora foi construindo a imagem de Jânio conforme seus atos em cada um de seus mandatos. Enquanto vereador e deputado (cargos legislativos), Jânio chamou a atenção pelo seu estilo combativo, por não medir palavras para defender aquilo que considerava correto e pelo seu estilo excêntrico e espalhafatoso. Esse tipo de atuação criou um vínculo, uma forte identidade com aqueles também considerados “fora dos padrões” na sociedade: os operários, e grupos mais pobres que não se sentiam representados na política passaram a ver em Jânio alguém próximo, em quem poderiam confiar, pois esse político representava seus anseios perante os outros; além disso, Jânio visitava constantemente os bairros mais pobres de São Paulo (sendo que a Vila Maria passou a ser considerada seu “reduto”), e também recebia as pessoas tanto na Câmara quanto na Assembleia, trabalhando de forma bastante parecida com Getúlio Vargas, que também possuía esse hábito.<sup>48</sup>

No entanto, ao assumir cargos no Executivo, Jânio teria mudado sua postura, passando a exercer seu autoritarismo de maneira mais exacerbada: se antes era defensor do Legislativo, passara a bater de frente cada vez mais com este; se antes valorizava a voz da oposição (sendo ele mesmo uma das principais), agora defendia cada vez mais o silêncio da mesma, utilizando até de instrumentos jurídicos para calar aqueles que não concordavam com suas ações. Chaia conduziu sua pesquisa no sentido de demonstrar que o Jânio que legislava não era o mesmo Jânio que executava, e esta sua postura teria sido a principal responsável pela sua saída da presidência em 1961.

Em *A Origem do Janismo*, Walmsley relatou a trajetória política de Jânio Quadros de 1948 a 1953, indo do ano em que foi vereador até sua eleição para prefeito da capital. A principal intenção

---

<sup>48</sup> CHAIA, Vera L. M. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991, p. 51.

do estudo foi de identificar o que era o *janismo*, e como essa corrente política conseguiu ter respaldo na população da cidade e, posteriormente, do estado de São Paulo. A autora fez um levantamento bastante minucioso sobre as condições da cidade no período, destacando as mudanças pelas quais São Paulo passara: o forte acúmulo de capital, a rápida expansão industrial e o surgimento de um novo grupo de cidadãos na capital paulistana (os trabalhadores oriundos desta expansão industrial) foram apontados como os principais aspectos de mudança na cidade durante o período de democratização do país, pós-*Estado Novo*.

Surgiram então novas lideranças políticas no estado, que procuraram representar as demandas a partir desta nova realidade. A autora situou esse grupo como a *geração de 1948*, que teve em Jânio Quadros seu principal expoente (mas não o único), tendo outros nomes como Anacleto Campanella (duas vezes deputado estadual e duas vezes prefeito de São Caetano do Sul, pelo PTN), Cid Franco (vereador eleito com Jânio e depois deputado estadual por 4 mandatos consecutivos, pelo PSB) e Lino de Matos (partidário de Adhemar, foi deputado estadual por duas vezes, senador e prefeito de São Paulo; no fim da década de 1950, rompeu com o ex-governador e filiou-se ao PTN, passando a apoiar Jânio Quadros, ex-desafeto político):

Tratamos, nesta digressão, deste grupo de políticos da “geração de 48”, que construíram suas carreiras “apelando ao povo” e que galgaram cargos expressivos sem possuir os pré-requisitos: não estavam vinculados a clãs familiares com tradição de mando político; não eram representantes de interesses de grupos econômicos estabelecidos e não possuíam, sequer, os requisitos do notório saber ou da experiência acadêmica. (...) <sup>49</sup>

A autora elencou, a partir de sua análise do mandato de vereador e de deputado estadual de Jânio, características importantes que atribuiu ao *janismo*: manutenção dos valores morais da família e da sociedade (aspecto que encontrava muito respaldo entre os trabalhadores católicos, de matriz mais conservadora); denúncia de injustiças cometidas por políticos, principalmente aqueles ligados ao governo; grande ênfase dada ao papel do Estado na vida da sociedade, colocando-o como um mantenedor do bem-estar social de todos; e declaração de “guerra” aos inimigos comuns, aqueles que queriam somente usurpar bens para si próprio da *res publica* (coisa pública), “varrendo” a corrupção e mantendo as coisas em seu devido lugar. <sup>50</sup>

As reeleições sobre Jânio não cessaram desde então e várias pesquisas passaram a dedicar-se ao tema. Na década de 1990, uma polêmica coletânea de análises e documentos foi organizada e lançada pelo familiar Jânio Quadros Neto e pelo jurista Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, trazendo

<sup>49</sup> WALMSLEY, Silvana M. de M. **Origens do janismo: São Paulo, 1948/1953**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 36.

<sup>50</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 44.

inúmeros documentos considerados inéditos até então (retirados de arquivos pessoais do político), com várias entrevistas e artigos de Jânio publicados na imprensa, sendo boa parte desses documentos referentes à renúncia:

É uma cruzada a favor do povo. O que cumpre é impedir que os reacionários, os corruptos, os comunistas levem-nos à tragédia, na obtenção dos postos-chaves da República. O que cumpre é impedir que o poder econômico continue a sua espoliação do País, desgraçando-o e desgraçando-nos. A isso me proponho. Devo-o a cava um de vós. Não apenas aos que me edificaram, ao operário, ao camponês, ao comerciário, ao estudante, à mãe de família, ao industrial confiante, ao meu irmão esmagado pelo ceticismo, pelo sofrimento. Nunca me senti mais forte do que nesta hora. E por isso mesmo a todos conclamo à obra ingente. O que asseguro aos incrédulos, aos indiferentes, aos egoístas é que, se não nos unirmos para dar pão aos que têm fome, água aos que têm sede, roupa aos desnudos e justiça aos perseguidos, quinhão legítimo que lhes cabe como participantes da nossa herança, todos nós mergulharemos nas trevas. E, brasileiros, se mergulharmos, elas serão as trevas sem fim<sup>51</sup>.

Completando, há uma série de livros publicados sobre a figura de Jânio pelo jornalista Nelson Valente, que trabalhou com o político pessoalmente e, desde o início da década de 1990, vem escrevendo obras voltadas à análise da figura política de Jânio, principalmente o aspecto da renúncia e as formas de comunicação do político. Em 2011, o lançamento da obra *Jânio da Silva Quadros: o estadista!* demonstrou como sua figura ainda influencia na política, pois o livro foi publicado por uma instituição criada em seu nome, que por sua vez é patrocinada por um partido político (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, que usou largamente a figura de Jânio nas eleições municipais de 2012, embora sem sucesso eleitoral):

Jânio Quadros fundou todo um prestígio sobre uma forma de comportamento que a população não conhecia: a falta de linha de irreverência consigo mesmo. Fazia questão de ser povo, de se parecer com o que há de mais povo nesta terra (...) O gesto em Jânio é um signo emitido com a intenção de comunicar, transferindo uma representação própria ou um estado interno para um outro ser (...) <sup>52</sup>

Entre as muitas polêmicas e desencontros em relação a sua imagem, Jânio ainda é motivo de discussão e possui influência política, sobretudo no tocante a alguns pontos que marcaram sua trajetória (e que serão melhor discutidos ao longo do trabalho): a moralidade, o combate à corrupção e o trabalho assíduo a frente de um cargo público.

O presente trabalho, embora com uma visão um pouco distinta em alguns aspectos, converge em vários pontos com a bibliografia do final do século XX, especialmente com os trabalhos de Chaia e Walsmsley, partindo do princípio de que Jânio não foi a única “novidade” do período, surgindo junto com políticos com *habitus* distintos e também com demandas distintas dos políticos

<sup>51</sup> QUADROS NETO, Jânio; GUALAZZI, Eduardo L. B. **Jânio Quadros: Memorial à História do Brasil**. São Paulo: Rideel, 1996, p.155.

<sup>52</sup> VALENTE, Nelson. **Jânio da Silva Quadros: o estadista!** São Paulo: Edicon, 2011, p. 382.

mais tradicionais. No entanto, suas práticas políticas levaram a traçar um caminho bastante diferente dos outros de sua geração, tendo grande destaque eleitoral e notoriedade no meio político, angariando amigos e, principalmente, inimigos.

### 1.3 A Assembleia Nacional Constituinte e o “surgimento de Jânio Quadros”

Após o processo eleitoral no fim de 1945, o sistema democrático tornou-se um objetivo a ser alcançado no Brasil, com a eleição do novo presidente e dos representantes para a Câmara e o Senado, sendo que estes trabalhariam juntos, em um primeiro momento, para a elaboração de uma nova Constituição, visando substituir a Carta Constitucional outorgada em 1937. No entanto, não havia grandes novidades entre os eleitos: boa parte deles estiveram no poder nos últimos anos, e alguns já estavam desde a década de 1920; poucos eram novatos em cargos públicos. Dos 297 deputados federais eleitos, 151 pertenciam ao Partido Social Democrático (PSD, agremiação que os interventores e inúmeros políticos ligados a Vargas filiaram-se), 81 à UDN (políticos que já haviam tido contato com Vargas mas que eram opositores, e alguns contrários a Vargas a todo tempo) e 22 ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, partido também idealizado por Vargas a partir das movimentações no Ministério do Trabalho, reunindo os anseios dos trabalhadores beneficiados por esse órgão); outros 6 partidos elegeram 32 representantes. No Senado, dos 41 senadores eleitos, 26 pertenciam ao PSD, 12 à UDN, 4 ao PTB e 2 senadores a 2 outros partidos<sup>53</sup>. Assim, o desenvolvimento da Assembleia Constituinte seria marcado, basicamente, por um embate entre os defensores de Getúlio (principalmente do período do *Estado Novo*) representados pelo PSD e PTB contra os opositores, reunidos em sua grande maioria na UDN.

Depois de nove meses de trabalho a Constituição ficou pronta, trazendo algumas inovações em relação às outras cartas constitucionais. Resgatou princípios da Constituição de 1934, como o voto direto e secreto, o regime presidencialista, criando um mandato de 5 anos para o Executivo e permitiu que existissem greves desde que estas não atentassem contra a ordem pública. No entanto, também manteve inúmeros dispositivos da Constituição de 1937, permitindo que o Executivo intervisse nos estados por motivos de má gestão pública dos governantes, dando amplos poderes ao presidente em situações de exceção (estado de sítio), entre outros. Por fim, essa Constituição possuiu mais manutenção dos aspectos referentes ao governo de Vargas do que rupturas propriamente ditas. Nascia a democracia, mas vestida com sobras do autoritarismo existente no Brasil.

A relação no país entre o Executivo e o Legislativo sempre foi bastante conturbada, em uma disputa bastante intensa no campo político que repercutiu em várias épocas distintas. Desde a

---

<sup>53</sup> BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998, p. 40.

divisão original dos três poderes de Montesquieu, a controvérsia sobre a independência destes foi alvo de discussão em inúmeras sociedades. No caso do Brasil, o *habitus* de Vargas no poder mudou essa relação, mantendo o vínculo (a submissão) do Legislativo e do Judiciário ao Executivo, mas sob outras feições: se até 1930 o poder Executivo era uma espécie de ponto de equilíbrio entre as oligarquias estaduais, que possuíam amplos poderes e davam margem às práticas coronelistas bastante típicas desse período, após alguns anos no poder Vargas inverteu a relação, fazendo com que os estados submetessem-se ao Executivo, centralizando o poder de maneira bastante intensa: *Os problemas sociais deveriam ser incorporados ao mecanismo estatal, para pacificá-los, dominando-os entre extremismos, com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas político-social.*<sup>54</sup>

Embora o comunismo fosse repellido, o Estado teria que se tornar forte, “sobre os outros”, para garantir a liberdade destes mesmos, através do conserto dos erros dos governos anteriores e da convocação da Assembleia Constituinte, garantindo assim a escrita da nova Constituição.<sup>55</sup> No entanto, a nova carta constituinte não coadunou com a perspectiva varguista de manutenção da ordem e garantias do cidadão, sendo o período do *Estado Novo* uma justificativa para a continuação do desenvolvimento do Brasil, onde o político gaúcho acabou subvertendo a ordem com o intuito de mantê-la, rasgando a carta constitucional vigente.

Com o fim do governo Vargas, a política brasileira passou a ter aspectos democráticos, embora coexistentes com características de períodos não democráticos, principalmente a forma dos políticos de tratarem a *coisa pública* de um modo bastante particular, prática definida por Max Weber como patrimonialista, ou seja, uma relação de dominação em que as pessoas que ocupam os cargos públicos nos três poderes tendem a tratar essas esferas como particulares, buscando sempre benefícios para si próprias em detrimento do interesse coletivo<sup>56</sup>.

E esta confusão entre o público e o privado foi um aspecto bastante comum da formação histórica do Brasil, uma vez que essa fronteira nunca foi muito bem determinada desde o início da colonização portuguesa. De maneira geral, o brasileiro possui a tendência de ter uma postura pública dúbia, pois ao mesmo tempo em que trata assuntos de interesses públicos (ou da vontade geral, utilizando o termo de Rousseau), ele relaciona-se com as outras pessoas de maneira bastante próxima, buscando construir uma intimidade que diminua o suposto abismo existente entre as fronteiras do público e do privado, demonstrando à população que o homem público procura tratar o Estado como se fosse uma extensão de sua casa. Ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, o cidadão brasileiro tende a ser um homem cordial, com um duplo interesse:

---

<sup>54</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 3º ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001, p. 821.

<sup>55</sup> FAORO, op. Cit., p. 825.

<sup>56</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, v. 2, p. 302-322.

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções<sup>57</sup>.

As disputas políticas não seriam intensas apenas a nível nacional, mas também em outras esferas. No mesmo ano da promulgação da Constituição Federal as movimentações eleitorais nos estados ganharam força, pois seria realizada a eleição para os cargos de governador e deputado estadual, que também realizariam Assembleias Constituintes em seus estados. Embora o cenário da política nacional já estivesse formado, os estados não seguiram a lógica dos partidos a nível nacional, uma vez que cada região possuía suas peculiaridades, não tendo, necessariamente, uma orientação preestabelecida a seguir.

No caso de São Paulo, essa diferenciação era mais evidente, pois nenhum dos três principais partidos criaram grandes bases no Estado. O PSD perdeu seu principal articulador, o ex-interventor Fernando Costa, morto em 1946; o PTB, embora estivesse na cidade com maior concentração de operários do Brasil, não conseguia se articular devido a disputas no comando nacional, uma vez que Vargas temia que a seção paulista dominasse o partido em todo o país, diminuindo sua influência; a UDN não conseguiu agregar os vários grupos diversos em seu reduto, e muitos acabaram saindo para formar outros partidos, enfraquecendo a seção paulista.

E um dos “desertores” da UDN foi o ex-interventor Adhemar de Barros. Durante seu período a frente do estado, o político paulista realizou algumas viagens pelo interior, buscando conhecer melhor a realidade daquelas regiões e estabelecer bases políticas em várias cidades até então pouco visitadas por políticos da capital. Assim como Jânio, participou da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para presidente; no entanto, não conquistou espaço o suficiente dentro da legenda para fortalecer seu nome como opção para o cargo de Governador de São Paulo. Já no fim de 1945, Adhemar afastou-se da UDN e criou o Partido Republicano Progressista (PRP), buscando agregar seus antigos contatos políticos e procurando resgatar a “tradição” do PRP anterior à ascensão de Vargas ao poder.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia Constituinte em 1946, o político paulista selou um acordo com outras duas pequenas agremiações. Houve uma fusão entre o PRP, de Adhemar, com o Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido Agrário Nacional (PAN), ambos com bases em São

---

<sup>57</sup> HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 146.

Paulo: daí nasceu o Partido Social Progressista (PSP)<sup>58</sup>, que viria a ser uma das principais agremiações políticas do estado até a extinção dos partidos, em 1965.

Com a maior concentração industrial do país, São Paulo possuía um histórico de amor e ódio com Vargas: a ascensão do político gaúcho ao poder em 1930 tirou a oligarquia paulista do poder, prometendo democratizar a política estadual dando voz a outros grupos (principalmente ao Partido Democrático)<sup>59</sup>. No entanto, os interventores colocados por Vargas nem paulistas eram, não representando grupo algum no estado. A Revolução de 1932 acabou tendo grupos inimigos no passado unidos em torno do “resgate” de São Paulo para a democracia. Embora no período constitucional as relações tinham sido razoáveis (principalmente com Armando Sales de Oliveira como governador), elas voltaram a ficar complicadas novamente com o *Estado Novo*, uma vez que Armando Sales seria um dos candidatos a sucessão presidencial. Além disso, a escolha de Adhemar de Barros não agradou boa parte da elite paulista, que não considerava o médico como seu representante.

No entanto, o apoio dos trabalhadores em São Paulo crescia à medida que o governo voltava-se para as leis trabalhistas e a consolidação da estrutura industrial no país, conquistando assim boa parte do operariado. Com os comunistas impedidos de uma ação coordenada frente a esses trabalhadores, Vargas soube utilizar bem os recursos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para construir a imagem de amigo dos trabalhadores, procurando minar cada vez mais o papel dos comunistas frente ao operariado.<sup>60</sup>

O contexto da política paulista girava em torno dessa questão – um candidato forte seria aquele que conseguisse apoio tanto da elite quanto dos trabalhadores, agora com maior expressão política. Este era o grande desafio dos partidos de uma forma geral; dos três maiores a nível nacional, o PTB era o partido que mais aproximava-se deste “equilíbrio”, embora possuía resistência de parte da elite do estado (opositora de Vargas) e da cúpula nacional.

As candidaturas e as coligações foram se formando. O PSD, mesmo tendo consciência de não ser tão competitivo em São Paulo em vista de sua pequena organização estrutural, optou por uma candidatura própria, lançando o nome do presidente da seção estadual e empresário Mário Tavares, que contou com apoio do Partido Republicano (PR) e do Partido da Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado (líder do integralismo, de base nazifascista). Os dois outros grandes partidos também movimentaram-se: após alguns desencontros na escolha de um nome para a disputa, a UDN acabou lançando como candidato o professor de Medicina da USP Antônio de Almeida Prado, e o PTB “fechou” com a candidatura de Hugo Borghi, empresário e principal nome

---

<sup>58</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 51.

<sup>59</sup> BORGES, op. Cit., p. 91-120.

<sup>60</sup> CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 177-198.

do trabalhismo no estado<sup>61</sup>. No entanto, o empresário acabou tendo sua candidatura esvaziada em uma movimentação nos bastidores incitada, principalmente, por Vargas, que temia perder totalmente o controle do PTB paulista e, conseqüentemente, o controle nacional do partido; a candidatura de Borghi acabou sendo registrada pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), uma das várias agremiações paulistas que giravam em torno de demandas relacionadas ao trabalhismo<sup>62</sup>.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), marcado pela perseguição dos anticomunistas e pelas dificuldades em compor alianças, possuía receio em lançar candidatura própria pelas constantes ameaças de cassação do partido. Assim, o foco dos dirigentes era apoiar algum candidato, firmando um acordo em que seus representantes pudessem trabalhar no governo, mesmo se a licença do partido fosse extinta. As conversações giraram em torno de duas candidaturas: Hugo Borghi e Adhemar de Barros. No caso de Borghi, o PTB não viu com bons olhos a presença dos comunistas em sua campanha, temendo perder o voto dos trabalhadores católicos; quando este deixou o PTB a negociação acabou se encerrando, uma vez que os dirigentes comunistas consideraram muito difícil Borghi ter uma boa estrutura de campanha em um partido pouco representativo, como era o PTN na época. Por um outro lado, a aliança com Adhemar de Barros, a primeiro momento bastante estranha, pode ser apontada como uma espécie de complementação: Adhemar, embora popular em alguns bairros em São Paulo, não possuía vínculos com os trabalhadores industriais, e o apoio do PCB significaria conquistar votos entre esse grupo, disputando eleitores em potencial da candidatura de Borghi. Por um outro lado, Adhemar era o único dos candidatos que possuía bases políticas sólidas no interior: os outros três, bastante conhecidos na grande São Paulo e no litoral, eram nomes praticamente estranhos no restante do estado. Os comunistas viam com bons olhos a aproximação com Adhemar para difundir mais suas ideias no interior paulista, já que estariam dentro da administração estadual sem se identificarem, necessariamente, como comunistas, mas mesmo assim com espaço para divulgação (e execução) de suas ideias.<sup>63</sup>

Embora não defendesse formalmente nenhum partido, OESP deu grande espaço e cobertura à candidatura de Almeida Prado. O apoio era estampado praticamente todos os dias desde seu anúncio, em fins de 1946. Em relação às outras candidaturas, pouca abordagem existiu em relação a elas: Hugo Borghi e Mário Tavares foram muito pouco citados, e Adhemar de Barros teve um pouco mais de destaque, embora este fosse negativo, uma vez que a memória da intervenção no início da década de 1940 continuava bem viva para os proprietários do jornal.

Dentro do encarte do OESP, em 1947, no período anterior às eleições para governador havia algumas páginas dedicadas à cobertura da campanha, chamada de *Jornada da Democracia*. Do lado

---

<sup>61</sup> GOMES, 2005, op. Cit., p. 289-291.

<sup>62</sup> BENEVIDES, 1989, op. Cit., p. 148-149.

<sup>63</sup> SAMPAIO, op.cit, p. 54.

desse título, havia um quadro com as seguintes palavras: *Para Governador de São Paulo Prof. Antonio de Almeida Prado*, com notícias sobre esse candidato e a divulgação de sua campanha, bem como dos pontos onde ele estaria durante o período pré-eleitoral. Também havia publicado quem fazia parte do Comitê Central da campanha, sendo Júlio de Mesquita Filho seu secretário geral. Além dessas características, no canto inferior da página, sempre aparecia uma frase atribuída a Almeida Prado, que teria sido dita em 1936: “*Todo mundo tem direito a um mínimo de saúde, de conforto e de bem-estar físico*”. Essa parte do jornal também trazia, na parte central da página (acima da frase de 1936, na mesma direção) desenhos que traduziam algumas características do candidato frente aos problemas do Estado, como a questão da emancipação dos municípios, que sempre era um tema bastante caro durante as épocas de eleição, mas pouco discutido durante os mandatos até então:

PARA GOVERNADOR DE SAO PAULO Prof. Antonio de Almeida Prado

JORNADA DA DEMOCRACIA

SÃO PAULO, 7 DE JANEIRO DE 1947 - N. 16

COMITÊ CENTRAL... Presidente - José Ramos... Secretário - João de Deus...

JAÚ OUVIRÁ HOJE A PALAVRA DO PROF. ALMEIDA PRADO

Materias primas minerai

PLANO DE LIMA... Quando se trata de matérias primas, a situação é sempre a mesma...

O candidato das forças democraticas percorrerá a seguir a Alta Paulista e a Sorocabana - O programa das proximas visitas - O regresso a S. Paulo no dia 14

Em viagem de propaganda... O candidato das forças democraticas percorrerá a seguir a Alta Paulista e a Sorocabana...

UM ERRO POLITICO

PAULO DE ALMEIDA TOLEDO... Não se poderia afirmar... Um erro político cometido pelo candidato...

ASSISTÊNCIA A LAVOURA!... QUE SE GASTA hoje, com a agricultura, no Estado, é simplesmente irrisório... ANTONIO DE ALMEIDA PRADO

CEDULAS DOS CANDIDATOS DA U. D. N. E DA ESQUERDA DEMOCRATICA... A fim de que possam ser atendidos os pedidos de cedulas encaminhadas diretamente a sede central da U. D. N. e da Esquerda Democratica...

OS HOMENS NA NECESSIDADE NÃO SÃO HOMENS LIVRES... MOACYR NAVARRO... O egoísmo é a força negativa, que nada cria e tudo destrói...

ANTONIO DE ALMEIDA PRADO É O CANDIDATO DA U. D. N. ANTONIO DE ALMEIDA PRADO É O CANDIDATO DA ESQUERDA DEMOCRATICA. ANTONIO DE ALMEIDA PRADO É O CANDIDATO DA DEMOCRACIA E DO POVO LIVRE DE S. PAULO.

"TODO MUNDO TEM DIREITO A UM MINIMO DE SAUDE, DE CONFORTO E DE BEM-ESTAR FISICO" (ANTONIO DE ALMEIDA PRADO - Discurso na Cidade dos Menores. - S. Paulo, 1936)

Figura 3 - A Jornada da Democracia, do dia 07.01.1947, com apoio de Almeida Prado.

**EMANCIPAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DOS MUNICÍPIOS**

ELA DEMOCRACIA!  
\*\*\* UM HOMEM DE PRINCIPIOS PARA MANTER PRINCIPIOS \*\*\*

**N**ÃO PODE TER Estado rico se os Municípios são pobres. Por isso Antônio de Almeida Prado considera a autonomia dos Municípios uma questão de interesse crucial. Providos de recursos financeiros bastantes, os municípios terão estradas, energia elétrica e todos os requisitos para incremento da produção.

Bastaria este ponto para justificar uma candidatura! Vote, pois,

**ESTADO  
UNIAO  
DEPARTAMENTO**

**PARA GOVERNADOR DO ESTADO**  
**ANTÔNIO DE ALMEIDA PRADO**  
ACIMA DOS INTERESSES PARTIDÁRIOS, UM GOVERNO DE AÇÃO SOCIAL

Figura 4 – Um dos desenhos da campanha com um texto explicativo. Fonte: OESP, 08.01.1947.

Assim, era bastante óbvia a preferência do periódico, mesmo que este não se colocasse como o órgão oficial da UDN, mas sim um jornal a serviço de São Paulo e do Brasil. Além da candidatura majoritária e dos outros candidatos da UDN, também havia vários anúncios de candidatos de dois partidos: a Esquerda Democrática (ED) e o PDC. O primeiro era uma dissidência da UDN, que era socialista mas não se identificava, necessariamente, com os comunistas, estando dentro de um liberalismo mais “socialitário”<sup>64</sup>. O outro grupo foi formado conforme os preceitos de vários partidos democrata cristãos espalhados pelo mundo, com base, principalmente, nas lições do teólogo e filósofo francês Jacques Maritain.<sup>65</sup> Embora o PDC não apoiasse diretamente a candidatura de Almeida Prado (estando mais próximo da candidatura de Adhemar), os princípios cristãos eram uma das bases da cultura política do OESP, sendo bastante importante a valorização desse aspecto, permitindo a abertura para a propaganda de candidatos tanto a deputado federal como a deputado estadual pelo partido.

Um outro aspecto importante a ressaltar é o caráter “antipartidário” da campanha. OESP defendia que a candidatura de Almeida Prado não tinha fins político-partidários, mas visava única e exclusivamente a melhoria de São Paulo, que seu trabalho seria uma espécie de martírio, uma vez que o estado precisava de alguém que o colocasse “nos eixos”:

O CANDIDATO DA U.D.N. A GOVERNADOR DO ESTADO IMPÕE-SE AO RESPEITO E A PREFERENCIA DOS PAULISTAS PELO SEU DIGNO PASSADO DE HOMEM RETO E DE SINCERIDADE DEMOCRATICA:- NUNCA ANDOU DE BRAÇOS DADOS COM O ESTADONOVISMO DITATORIAL; NUNCA PRATICOU FALCATRUAS ELEIÇOEIRAS (sic); NUNCA SE ENVOLVEU EM NEGOCIATAS.<sup>66</sup>

Também uma outra forma de divulgar a proibidade do candidato era a desqualificação dos outros três: Adhemar pela interventoria; Borghi por ser aliado de Getúlio Vargas e Tavares por ter sido membro do antigo PRP, que teria sido a causa do surgimento de Vargas enquanto liderança nacional:

### **TRÊS PERIGOS AMEAÇAM SÃO PAULO!**

Os erros dos partidarios do sr. Mario Tavares levaram o Brasil á revolução de 1930.

Os crimes da ditadura tiveram como instrumento, em São Paulo, o sr. Adhemar de Barros.

Os remanescentes do getulismo querem voltar ao governo paulista com o sr. Hugo Borghi.

Paulista! Está nas tuas mãos evitar esses perigos para São Paulo! Vota, pois, em  
**ANTONIO DE ALMEIDA PRADO**

<sup>64</sup> HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945/1965)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 61-72.

<sup>65</sup> BUSSETO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002, p. 36-44.

<sup>66</sup> OESP, 05.01.1947.

que assegura ao nosso Estado uma nova era de paz e de prosperidade, dentro do regimen democrático e do respeito a todas as liberdades!<sup>67</sup>

*A Jornada da Democracia* foi publicada pela última vez no dia da eleição, em 19 de janeiro, dando a entender que a candidatura de Almeida Prado era um sucesso, uma vez que recebera homenagens em quase todos os cantos do Estado. No entanto, o resultado não refletiu tais manifestações: Adhemar de Barros foi eleito com mais de 390.000 votos, seguido de Hugo Borghi, com mais de 340.000 votos; Mário Tavares recebeu cerca de 290.000 votos, e Almeida Prado ficou em último lugar, com pouco mais de 90.000 votos.<sup>68</sup>

A votação demonstrou, de certa forma, o perfil do eleitorado do estado: os trabalhadores das cidades mais industrializadas ligados às forças trabalhistas (fracionadas entre PTB, PCB, PTN e outras agremiações menores) e os eleitores do interior, na maioria rural e que se identificaram com Adhemar exatamente pelo seu contato direto com eles, viajando muito por esses locais e confraternizando com esse eleitorado em potencial, que nunca havia recebido um político da capital em suas cidades de origem. Assim, o PSP qualificou-se como o principal partido do Estado, ganhando certa força nacional, pois São Paulo possuía o maior eleitorado do Brasil, com pouco mais de um milhão e seiscentos mil eleitores (cerca de 20% do eleitorado brasileiro).

No mesmo ano, os eleitores também escolheram seus vereadores e prefeitos, em eleições que seriam realizadas nos últimos meses<sup>69</sup>. Na capital paulista, 45 nomes seriam escolhidos para ocupar a Câmara Municipal; com a cassação do registro do PCB nesse ano, vários nomes ligados aos comunistas reuniram-se no pequeno Partido Social Trabalhista (PST), que contou com o apoio de Hugo Borghi e parte do PTB. Após a divulgação do resultado em 09 de novembro, a maioria das cadeiras foi conquistada por esse partido: 15 no total, seguido de 8 do PSP, 6 da UDN, 4 do PSD, 3 do PTB, PDC e PR (cada um), além de 3 de outros partidos. A maioria da Câmara Municipal de São Paulo seria formada, basicamente, por comunistas ou simpatizantes, em um período em que o PCB já fora cassado e o mundo via o início da *Guerra Fria*. OESP divulgou o resultado sem realizar grandes análises, e Jânio foi o segundo vereador mais votado do PDC, com pouco mais de 1.700 votos<sup>70</sup>.

Na diplomação de 26 de novembro, os 15 eleitos pelo PST perderam seus mandatos, pelas

<sup>67</sup> OESP, 14.01.1947.

<sup>68</sup> OESP, 28.01.1947.

<sup>69</sup> O artigo 28 da Constituição de 1946 delimitava que todas as regiões consideradas como bases militares ou de interesse para a defesa do país seriam vinculadas diretamente à União; no estado de São Paulo, a capital e Santos eram regiões consideradas como prioritárias para defesa nacional, não possuindo autonomia para escolher seu representante no Executivo. Portanto, estas duas cidades possuíam eleições apenas para vereadores, sendo o prefeito indicado pelo governador do estado.

<sup>70</sup> MAGALHÃES, Felipe S. **Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951)**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 271-290, dez. 2007. Embora praticamente toda a bibliografia sobre Jânio aponte que ele foi eleito suplente de vereador, os dados divulgados pelo TSE e pelo próprio OESP colocam que, mesmo antes da cassação dos eleitos pelo PST, Jânio já aparecia como vereador eleito, pois foi o segundo mais votado do PDC, que conquistara 3 vagas após o resultado da apuração, e não depois da cassação.

supostas ligações com o PCB (em 1948, o senador Luís Carlos Prestes e os deputados eleitos pelo PCB ou acusados de ter algum tipo de ligação com o partido cassado também perderiam seus cargos). Assim, o quadro partidário mudou substancialmente após a diplomação: a maioria agora era do PSP, com 17 vereadores (mais que o dobro que o número das urnas); a UDN com 7 (um a mais), o PSD com 5 (também um a mais), 4 do PTB e PDC (também um a mais cada) e 5 de outros partidos. Por conta disto, o PSP passou a ser a maioria, refletindo uma Câmara que, provavelmente, seria uma importante base de apoio para Adhemar de Barros em seu governo e para Paulo Lauro, prefeito nomeado da capital.<sup>71</sup>

OESP pouco noticiou o início dos trabalhos na Câmara Municipal, uma vez que seu foco político era mais voltado ao Legislativo Nacional (Câmara e Senado) e à Assembleia Legislativa, tendo um espaço reduzido (embora constante) para as movimentações municipais. Um caso bastante comentado que envolvia esferas distintas de poder foi a prisão, na mesma época da posse dos vereadores, de alguns representantes do PST e do PCB tanto da Câmara Municipal quanto da Assembleia, que protestavam contra a possível cassação de seus mandatos em praça pública, sendo reprimida rapidamente pela polícia, que prendeu esses representantes, mesmo os deputados tendo imunidade parlamentar garantida por lei. O caso teve ampla repercussão, com a Assembleia Legislativa manifestando repúdio contra a ação da polícia e OESP também endossando essa visão, uma vez que a ação da polícia representava as arbitrariedades que, em sua opinião, o presidente Eurico Gaspar Dutra e o governador Adhemar de Barros vinham cometendo, não poupando críticas às figuras do PSD e do PSP, respectivamente, que representavam uma espécie de “continuismo” do *Estado Novo*:

O texto constitucional é claro. O direito de reunião não depende de autorização da polícia. Esta só tem faculdade de marcar o local em que a reunião se deverá efetuar. (...) O que perpetua os abusos é a impunidade dos que os praticam. Convém que o Congresso Nacional elabore sem demora a lei de responsabilidade do presidente da República e dos seus auxiliares a fim de que possamos, nos Estados, levar á barra dos tribunais todas as autoridades, a começar pelo governador, que, no exercício de suas funções, praticarem violências e desrespeitarem as leis básicas do país. (...)<sup>72</sup>.

Havia um receio muito forte, por parte do OESP e de certos círculos políticos, que um novo golpe de Estado fosse deferido, uma vez que havia grande agitação no Legislativo em relação à decisão de cassar ou não os mandatos dos membros do PCB e a ele ligados, bem como o descompasso de algumas decisões entre os membros do Legislativo e o Executivo. Ao mesmo tempo em que havia este receio, Dutra finalizava o acordo para realizar um governo de maioria ampla, terminando as negociações para ter a UDN em seu governo; boa parte do partido estava

<sup>71</sup> MAGALHÃES, op. Cit., p. 271-290.

<sup>72</sup> OESP, 30.11.1947.

disposta a esse “sacrifício” para o bem comum, que era a consolidação do sistema democrático no país. No entanto, houve resistência dos políticos mais tradicionais do partido, sendo que o próprio OESP era contrário a tal pacto, uma vez que Dutra tinha sido um membro do governo ditatorial de Vargas. Além disso, a nível estadual o jornal também condenava a “submissão” da Assembleia Legislativa a Adhemar de Barros, uma vez que o governador procurava também trazer para si o maior número de partidos possível:

Temos empenhado constantes esforços para prestigiar a Assembleia Legislativa, sem lhe fazer favor algum, mas apenas em defesa do regime democrático, que nos parlamentos têm o seu grande reduto. Somos obrigados, porém, a confessar as nossas decepções, que nos últimos dias se repetiram de maneira alarmante. (...) Só com a mais irrestrita preservação da própria dignidade poderá ela viver. Infelizmente, ela quem menos tem dado provas de decisão para isso. E a desmoralização em avacalhamento da Assembleia será o suicídio. Ou uma volta à ignomínia do Estado Novo, o que é pior ainda.<sup>73</sup>

Em dezembro de 1947, o acordo foi firmado, embora o jornal continuasse receoso desse pacto. Ainda em fins deste ano, o grande foco no noticiário político do OESP foi a cassação dos mandatos dos legisladores pertencentes ao PCB. A sigla, já cassada em maio, possuía um senador e quinze deputados federais, além de deputados estaduais, prefeitos e vereadores eleitos por todo o Brasil, e todos estes ficaram ameaçados pelo projeto do senador Ivo d'Aquino (PSD/SC), que pedia a extinção dos mandatos que tivessem tido algum tipo de vínculo com o PCB. Embora não possuíssem simpatia alguma pelos comunistas, o periódico (assim como boa parte dos partidários da UDN) não concordava com a cassação, uma vez que a medida era considerada antidemocrática; no início de dezembro, o jornal *Tribuna Popular*, cuja orientação era comunista, foi suspenso por Dutra por conta de ataques feitos a este, sendo o ato um indicativo dessas medidas antidemocráticas pelo governo segundo OESP:

Para *OESP*, os atos do governo brasileiro contra a imprensa comunista faziam lembrar os períodos mais sombrios da ditadura estadonovista, sendo, portanto, merecedores da mais profunda repulsa das correntes democráticas brasileiras. Para o jornal, a Constituição garantia a livre manifestação do pensamento e, no caso da imprensa, não permitia a propaganda de guerra e os processos violentos para subverter a ordem pública, expedientes que não eram realizados pela *Tribuna Popular* (...) <sup>74</sup>

Além disso, outra preocupação muito presente nas páginas do OESP em fins de 1947 foi um projeto de lei, apresentado pelo deputado federal Café Filho (PSP/RN) que estabelecia um salário de valor mínimo para os jornalistas, profissão até então sem regularização no país. O projeto de lei previa um piso para o profissional conforme sua localização geográfica, dando mais estabilidade

---

<sup>73</sup> OESP, 03.12.1947.

<sup>74</sup> SILVA, op. Cit , p. 198.

para esta atividade profissional. No entanto, praticamente todas as empresas jornalísticas do país foram contra, sendo OESP um dos porta-vozes desse grande descontentamento em relação à proposta do parlamentar potiguar:

Já se disse – e é uma verdade – que na sua compacta maioria os jornais existentes no Brasil não podem suportar os encargos resultantes da execução do projeto e dessa maneira terão, ou de fechar as portas, pondo na rua uma considerável massa de empregados, ou de recorrer a expedientes que significam o mesmo que o desemprego. (...) Devemos também realçar outro ponto: a soma de responsabilidades que dessa maneira se acumulam sobre as empresas fará que pouco a pouco a atividade jornalística se torne um privilégio dos grandes capitais. E como para os grandes capitais a atividade jornalística não é, em si mesma, uma aplicação sedutora, a consequência é que o jornal passará a ser um simples instrumento utilizado pelos diferentes grupos financeiros para obter vantagem nos seus campos de atividade específica. (...) <sup>75</sup>

Embora o Projeto de Lei nº 254 de 1947 tenha sido aprovado no legislativo, acabou sendo vetado pelo presidente Dutra, que ficou acuado perante a reação bastante intensa dos proprietários dos maiores conglomerados jornalísticos do país, encontrando-se em posição bastante delicada quanto à estabilidade de seu governo, caso não atendesse às reivindicações daqueles que possuíam grande poder simbólico (podendo gerar uma crise sem precedentes). <sup>76</sup>

Pela análise das publicações do OESP no ano de 1947 foi possível observar melhor algumas características do periódico, tais como: forte tradição católica, evidenciada pelas inúmeras publicações relacionadas à Igreja e aos valores do catolicismo; forte vertente liberal, marcada principalmente pela iniciativa própria e pela mínima influência possível do Estado sobre a ação dos cidadãos, principalmente no tocante ao aspecto econômico; valorização da política no jornal, tendo cerca de metade de seu conteúdo destinado aos aspectos políticos do Brasil (majoritariamente de São Paulo) e do Mundo, sendo que a outra metade era destinada aos aspectos econômicos e culturais, além de aspectos sociais referentes ao cotidiano de seus leitores, tendo, por exemplo, uma página exclusiva para as mulheres (geralmente publicadas às sextas-feiras), ensinando aspectos relacionados a como deveria ser sua postura, bem como melhorias para sua casa e família. <sup>77</sup>

As características políticas apresentadas pela publicação eram bastante próximas dos pensadores liberais que defendiam valores de cidadania ligados à educação e à capacidade de influir nos acontecimentos sociais. De maneira geral, a noção do cidadão enquanto aquele que participa da organização do sistema político democrático é muito caro ao liberalismo, passando por autores como John Locke, que defendia que um ser humano poderia ser considerado cidadão a partir do ponto em que possuísse uma propriedade, buscando seus direitos de protegê-la junto ao Estado;

---

<sup>75</sup> OESP, 18.12.1947.

<sup>76</sup> SILVA, H, p. 118-121.

<sup>77</sup> OESP, 19.12.1947.

este, através do poder concedido, deveria agir conforme a necessidade de manutenção dessa propriedade, sendo que aqueles que a adquiriram possuiriam mais direito de opinar que os outros;<sup>78</sup> ou por juristas como Stuart Mill, que diferenciava o cidadão ativo do passivo utilizando exatamente a noção de propriedade: embora ambos possuíam direitos civis (básicos, de sobrevivência a todos), somente os primeiros possuíam direitos políticos, uma vez que sua melhor capacidade de acumulação de propriedades e de bens seria característica intrínseca de sua superioridade em relação aos outros cidadãos.<sup>79</sup> Entre vários outros autores com influências liberais, a cidadania sempre esteve atrelada à condição econômica: no caso das constituições brasileiras, as de 1824 e 1891 valorizariam esse aspecto, sendo que participar de uma votação seria autorizado, de acordo com a Seção I do Título IV da primeira constituição republicana, a todo o homem maior de 21 anos, que soubesse ler e escrever, que possuísse residência fixa e que não tivesse ligações a ordens militares ou religiosas, grupo o qual representava cerca de 20% da população<sup>80</sup>, índice que não crescera consideravelmente com a constituição de 1946. Assim, a cidadania política no país ainda não era para todos<sup>81</sup>, sendo OESP um dos grupos concordantes com tal visão.

No último dia de 1947 foi publicada uma reportagem falando da instalação da Câmara Municipal de São Paulo. Nessa reportagem foram citados os nomes de todos os vereadores eleitos, bem como as reformas realizadas no prédio para receber os novos edis, uma vez que ele não era utilizado desde 1937, quando a última legislatura da Câmara Municipal esteve em funcionamento.

No dia 02 de janeiro de 1948, tiveram início as atividades da Câmara Municipal de São Paulo, presidida pelo juiz da 1ª zona eleitoral da cidade, Benedito Alípio Bastos, que direcionou a cerimônia de diplomação de todos os vereadores eleitos. Após a diplomação, a movimentação girou em torno da composição da mesa diretora, processo similar ao que fora realizado nos trabalhos da Assembleia Constituinte, em fevereiro de 1946. Mesmo antes da diplomação, as conversas e negociações para os cargos (Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º secretário) já estavam avançadas, e duas grandes chapas se formaram: representando o governador Adhemar de Barros e o prefeito Paulo Lauro, o candidato à Presidente da Câmara foi o vereador mais votado da cidade, o advogado José Adriano Marrey Júnior (PSP); representando a oposição, candidatou-se o engenheiro Henrique Dumont Villares (UDN). O representante da situação foi eleito, tendo como vice Miguel Franchini Neto (PDC); Aniz Aidar, do PTB, foi eleito o 1º secretário, e Angelo Bortolo, do PR, foi eleito como 2º secretário.<sup>82</sup>

A tônica do início dos trabalhos foi a cassação dos mandatos dos vereadores eleitos pelo

---

<sup>78</sup> LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. In: LOCKE, John. *Locke*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Coleção Os Pensadores, p. 89-90.

<sup>79</sup> STUART MILL, John. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Escala, 2006, p. 138-144.

<sup>80</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 84-90.

<sup>81</sup> CARVALHO, op. Cit, p. 161-164.

<sup>82</sup> OESP, 03.01.1948.

PST; antes da posse os representantes do PSP, PDC e do próprio PST entraram com recursos contra a decisão, que acabou não sendo modificada, pois a justiça paulista seguiu o preceito determinado pela justiça nacional. A partir disto as movimentações giraram em torno da situação política no país, sobretudo dos excessos cometidos por Dutra e, principalmente, por Adhemar de Barros, que também tornou-se o centro das discussões iniciais no recinto.

No dia seguinte à posse, a sede do jornal *Hoje* foi invadida por membros do Departamento da Ordem Pública e Social (DEOPS), sob a acusação de subversão e de posse de armas; todos os que estavam em seu interior foram presos, e tal ocorrido reforçou o caloroso debate sobre a liberdade de expressão e se o Brasil realmente estava em um período democrático ou em uma mera extensão estadonovista. Principalmente para OESP o tema era bastante sensível; assim, a invasão da sede do *Hoje* foi vista pelo periódico da família Mesquita como uma afronta à imprensa:

Muita gente deixa de condenar esses atentados porque prejudicam, na aparência, unicamente, aos comunistas. É um engano. Prejudicam a toda a imprensa brasileira. O que hoje se faz contra os comunistas, far-se-á, amanhã, contra os membros dos outros partidos políticos desde que não apoiem incondicionalmente o governo despotico que aí está.<sup>83</sup>

Tanto essa publicação quanto o periódico *Tribuna Popular* foram perseguidos durante os anos de 1947 e 1948, sendo suspensas suas edições em várias situações, bem como suas sedes danificadas por desconhecidos ou pela própria polícia.<sup>84</sup>

Embora o país possuisse uma nova Constituição e tivesse passado por um processo de “democratização”, várias práticas autoritárias continuavam ocorrendo, pelas mãos daqueles que se diziam democratas; foi neste contexto de conflito que começaram as atividades do professor e advogado Jânio da Silva Quadros como vereador.

#### 1.4 Jânio Vereador

Foi nesse panorama de ordenamento democrático com fortes resquícios ditatoriais que Jânio Quadros iniciaria suas atividades na política. Sua campanha para vereador começou com um pequeno capital social e basicamente sem nenhum capital político, tendo no início pequenos comitês organizados por alunos, ex-alunos e amigos dos tempos de faculdade. Com um começo bastante modesto, Jânio passou a adotar táticas distintas de boa parte dos outros candidatos, indo até os bairros mais afastados de São Paulo: *Começou, então, sua campanha política percorrendo bairros periféricos da cidade de São Paulo, visitando feiras livres, o Mercado Municipal da Quarta*

<sup>83</sup> OESP, 06.01.1948.

<sup>84</sup> MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)**. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 6, p. 41-59, 2002.

*Parada e os botequins dessas regiões, com o objetivo de conquistar o seu eleitorado.*<sup>85</sup>

Um outro aspecto que chamava a atenção por ser bastante distinto de boa parte dos outros políticos era a forma como o candidato Jânio se portava perante a multidão: *O que mais chamava a atenção dos eleitores era a sua aparência desleixada para os padrões da época, pois usava cabelos compridos e desalinhados, além de ser muito magro e esguio, e, segundo depoimentos, marcado por uma expressão cadavérica.*<sup>86</sup>

Ao buscar apoio em centros não convencionais, Jânio conseguiu agrupar em torno de si demandas dessa população até então praticamente não levadas em conta por boa parte dos políticos da época, agregando apoio a sua candidatura; embora não deixasse claro suas propostas, procurava sempre uma palavra enérgica para assegurar que, caso fosse eleito, cumpriria com os pedidos que lhe eram dirigidos, empenhando suas forças nisto.

Sua chegada à Câmara Municipal, no fim de 1947, foi marcada por uma certa surpresa, uma vez que aquela pessoa parecia um pouco deslocada no ambiente, com vestimentas e hábitos fora do padrão esperado para um político. O primeiro ato enquanto vereador de Jânio foi um requerimento pedindo providências ao Executivo municipal para coibir o depósito de lixo em terrenos vagos nos arredores de Tremembé.<sup>87</sup> Além disto, de maneira bastante tímida, nesta mesma sessão seu nome foi citado pelo OESP relacionado a uma atividade da casa, junto com os requerimentos de vários outros vereadores (todos ligados à UDN, PDC ou PSB).

As sessões da Câmara ocorriam todas as segundas-feiras e eram cobertas de maneira integral pelo OESP que, em suas edições de terça-feira, possuía uma coluna chamada *Câmara Municipal*, em que divulgava uma espécie de resumo do que ocorrera na noite anterior. Na segunda sessão, o clima continuou marcado pela cassação dos políticos ligados ao PST, tendo violentos debates nesse dia. Em relação a Jânio, este apareceu timidamente nas páginas do jornal, registrado como autor de um requerimento pedindo maiores informações sobre a oficialização do carnaval na cidade<sup>88</sup>.

A abordagem do OESP em relação à Câmara Municipal era bastante negativa, uma vez que a maioria era formada por aliados de Adhemar, bem como do prefeito. Nas primeiras sessões, a tônica das discussões foi um projeto de lei que previa subsídios para os vereadores. Estes não recebiam salário para desempenhar o cargo, e esta ajuda de custo seria para as despesas geradas pelas idas à reuniões e outras atividades realizadas por estes. O projeto, apresentado pelo líder do PSP Mário Octobrine Costa, teve ampla discussão no plenário, com forte oposição da UDN e do PSB, que colocavam o projeto como imoral. Os valores fixados eram de nove mil cruzeiros por mês, mais duzentos por sessão<sup>89</sup>; o benefício seria concedido àqueles que frequentassem, ao mínimo, metade

---

<sup>85</sup> CHAIA, op. Cit., p. 19.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>87</sup> OESP, 08.01.1948.

<sup>88</sup> OESP, 13.01.1948.

<sup>89</sup> Este valor seria algo em torno de R\$ 5.000,00 atualmente.

das sessões mensais, incluindo as sessões extraordinárias, que poderiam ocorrer quantas vezes na semana fossem necessárias para a realização dos trabalhos. Na sessão realizada em 29 de janeiro, o vereador da UDN Lauro Monteiro da Cruz comparou os ganhos que os vereadores teriam com outras profissões, colocando que um professor de Medicina, no início de sua carreira, tinha a renda em torno de dez mil e oitocentos cruzeiros, enquanto que um juiz tinha o salário inicial de cinco mil cruzeiros; o cargo máximo da magistratura, o de desembargador, tinha como vencimentos o valor de quinze mil cruzeiros, renda obtida após cerca de vinte e cinco anos exercendo o cargo de juiz<sup>90</sup>; ou seja, o orador reafirmava que o valor do benefício era muito alto, prejudicando os cofres públicos.

Após inúmeras discussões e várias emendas apresentadas, boa parte do projeto original foi aprovado, fixando os vencimentos iniciais definidos e dando ao presidente da casa a prerrogativa de ter os mesmos vencimentos do prefeito da capital (pouco mais de dez mil cruzeiros mensais); Jânio foi um dos que votaram a favor do projeto, argumentando que era necessário uma ajuda de custo para os vereadores que não eram funcionários públicos afastados ou os que não possuíam negócios próprios; foram contrários os membros da UDN, do PSB e do PR.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> OESP, 30.01.1948.

<sup>91</sup> OESP, 30.01.1948.

# CAMARA MUNICIPAL

A sessão ordinaria ontem realizada — Indicações apresentadas — Telegramas ao ministro das Relações Exteriores encarecendo a oportunidade da indicação do nome do cientista brasileiro Cesar Lattes ao Premio Nobel de Física — O acordo entre a Cia. Telefonica e a Prefeitura — Construção de um entreposto para a venda de generos alimenticios por atacado — Nomenclatura das ruas da Capital — Biblioteca Publica na Lapa — Outras notas

Enquanto ainda, em tempo, a maioria não quis render-se à evidência e ao bom senso, tirando em duas as sessões ordinárias semanais da Câmara Municipal de S. Paulo. Para justificar naturalmente os atos subsídios, não só não quis considerar a questão nestes termos, mas ainda deixou claro que talvez três sessões não bastassem para atender ao volume dos problemas suscitados com as novas condições de vida e de atividade, num município e numa capital de crescimento espantoso como os nossos.

Os fatos, mais uma vez, estão a provar que a deliberação da maioria nem sempre é a mais justa e a mais acertada. Não o é, pelo menos, no caso da edilidade paulistana. Estamos por assim dizer no início dos trabalhos legislativos. A ecotcha e a nomeação das comissões permanentes, porém, que ficavam com a responsabilidade dos pareceres sobre matéria de ordem técnica, tirou aos edis a oportunidade de discursarem á-tos, gastando-se tempo enorme, que, não podendo ser preenchido de outra forma, tem de ser aproveitado pelo mais breve encerramento das sessões.

Dentro de pouco tempo, tanto para o expediente como para a ordem do dia, já não haverá matéria suficiente, cabendo ao presidente escolher entre passar para a ordem do dia da próxima sessão assunto que poderia ser discutido ainda na atual, ou, então, não ter o que discutir naquela sessão, e não ser uns ninguados oficiais e algumas breves indicações.

Realizou-se ontem, ás 15 e 10, sob a presidência do sr. J. A. Marry Junior, mais uma sessão ordinaria da Câmara Municipal de S. Paulo.

### INDICAÇÕES

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o presidente, com a palavra, nomeou uma comissão composta dos srs. Ermanno Marchetti, Sebastião Gomes Caselli, Valdemar Felixeira Pinto, Anís Aldar e Aníelo Bortolo para representar a edilidade nas comemorações do 1.º aniversário do governo constitucional de S. Paulo.

Em seguida, o sr. Eginio Pelegrini encaminha á mesa uma indicação no sentido de que a cantilina realizada até a esquina da rua Turiaçu com a rua Padre Chisi, seja feita em toda a extensão da primeira destas ruas publicas. O sr. José Cirilo encaminha á mesa, por sua vez, três indicações com atas á Prefeitura: a primeira, visando a substituição da cobrança dos lugareis relativos á locação das casas de madeira dos moradores da Vila Nossa Senhora de Conceição (Favela); a segunda, sobre necessidade de se tomar providencias urgentes e não destruição de arvores que sombreiam e enfeitam a rua e praça da cidade, como aconteceu com a rua Brigadeiro Malvão; a terceira, sobre a premissa que ha em se proceder ao calçamento da continuação da rua lenique Schumann, ao lado do sítio do cemiterio de S. Paulo.

### PREMIO NOBEL DA FISICA

Sobre as recentes descobertas realizadas nos Estados Unidos da America do Norte por um jovem cientista paulista, já amplamente noticiadas, o sr. Ermanno Marchetti submeteu á casa dos requerimentos, que foram aprovados por unanimidade. Nesse sentido, a edilidade paulistana enviou os seguintes telegramas ao jovem cientista Cesar Lattes e ao ministro das Relações Exteriores:

"Cesar Mansueto Julio Lattes Radiation Laboratory, Berkeley, California, USA — A Câmara Municipal de S. Paulo, interpretando o sentimento e a satisfação dos paulistanos, apresenta-lhe efusivos cumprimentos pela notável descoberta de que foi autor e que aiem de premiar seus esforços e competência, veio trazer novas glórias ao Brasil".

"Ilmo. sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro. — A Câmara Municipal de S. Paulo, tomando conhecimento da indicação do vencedor Ermanno Marchetti, a ela se associa e tem a honra de dirigir-se a v. exa. para ur-lhe conhecimento de seu con-

tento, que diz respeito á indicação do nome de nosso patricio Cesar Mansueto Julio Lattes ao Premio Nobel de Física. Julgamos desnecessario aduzir os motivos desta proposição, pois são do mais amplo conhecimento publico. Atenciosamente".

### O ACORDO ENTRE A CIA. TELEFONICA E A PREFEITURA

Após a leitura de parecer favoravel da comissão encarregada de opinar sobre a inclusão, em ata, de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Leonardo Pinto, o sr. Antonio Erast Barbaresco requereu, por intermedio da mesa, á Prefeitura, o seguinte: "1.º) A Companhia Telefonica Brasileira já cumprira integralmente o acordo celebrado com a Prefeitura de S. Paulo, aos 25 dias do mês de agosto de 1947; 2.º) Na hipótese negativa, que se justificativas apresentadas pela Companhia Telefonica Brasileira; 3.º) Essas justificativas foram objeto de estudo e pronunciamento das repartições especializadas da Prefeitura; 4.º) No caso afirmativo, remessa á Câmara Municipal dos processos em que se encontram os mesmos pronunciamentos e informações; 5.º) Quantos novos aparelhos colocou a Companhia Telefonica Brasileira, a partir de data do referido acordo; 6.º) Tem a Prefeitura Municipal de S. Paulo o controle exato dos ditos fornecidos pela Companhia Telefonica Brasileira, á fiscalização; 7.º) Qual a ultima tomada de contas da Companhia Telefonica Brasileira realizada pela Prefeitura Municipal de S. Paulo e que exercicio se refere; 8.º) Quais os lucros da Companhia Telefonica Brasileira verificados nessa tomada de contas; 9.º) Qual o valor em dolares e em moeda nacional; e 10) Enviar á Câmara Municipal copia das tomadas de contas da Companhia Telefonica Brasileira a partir de 1941".

O autor do requerimento defendeu-o em breve discurso, e, posto a seguir em discussão a votação, foi ele aprovado.

### ENTREPOSTO PARA A VENDA DE GENEROS ALIMENTICIOS

Em seguida, foi aprovada pela casa uma indicação do sr. Janio Quadros, sobre a necessidade da prefeitura determinar á C. M. F. C. a circulação de ônibus, durante a noite, nos bairros que não são servidos por bondes. O sr. João Carlos Fairbank encaminhou também uma indicação sobre a necessidade de se estabelecer a instalação de Gral no plenário e mudar a localização da mesa da presidência para melhor ordem dos trabalhos e situação mais comoda dos vereadores.

Ainda com a palavra, apresenta um projeto de lei sobre o estabelecimento de um entreposto para a venda, exclusivamente por atacado, de generos alimenticios ou de subsistência, principalmente produtos de charneca, pomares, quintais, granjas, etc. For esse projeto, que visa resolver a situação affitiva da falta de espaço no Mercado Municipal, prevê-se a construção urgente de mais um andar naquele proprio, que pode ser interno ou externo, enquanto não se erige o citado entreposto.

O autor do projeto defende-o em seguida, comentando as condições para a utilização dos espaços naquele proprio municipal, e ao encaminha-lo á deliberação da mesa, o fez acompanhado de um "croquis" sobre a construção do pretendido andar.

O projeto foi encaminhaado á Comissão de Justiça e Utilidade Publica.

### TRANSFERENCIA DE BANCAS NO MERCADO MUNICIPAL

O sr. José de Moura apresentou em seguida um requerimento que foi aprovado, solicitando á Prefeitura a venda do contrato de locação do proprio onde funcionou o Ginásio S. Paulo, E. a seguir, assinado pelo sr. Miguel Franchini e outros vereadores, ainda sobre o Mercado Municipal, foi encaminhaado á mesa o seguinte requerimento:

"Em face da complexidade do assunto, requeremos ao sr. Prefeito a suspensão de qualquer transferência ou modificação de bancas no Mercado Municipal. Requeremos ainda sejam suspensas medidas que atinjam os distribuidores do mercado, mantendo-se o

"statu-quo" nesse proprio municipal, até que esta Câmara se pronuncie oportunamente sobre o projeto de lei a ser apresentado pelos vereadores abaixo-assinados".

Com a palavra, o sr. Cantídio Nogueira Sampaio requereu urgencia para o assunto, e, posto em discussão, foi o seu requerimento aprovado, encaminhaando-se a matéria para a Comissão de Justiça.

### NOMENCLATURA DAS RUAS DA CAPITAL

Após ter sido anunciada a sessão, pelos seus companheiros, de sr. Janio Quadros para presidente da Comissão da Cultura, falou o sr. Miguel Russiano em explicação pessoal e em resposta ao sr. Valério Gilardi, para, a seguir, ser considerado objeto de deliberação e encaminhaado á comissão competente um projeto de autoria do sr. José de Moura, encarecendo ao prefeito a necessidade de organizar uma comissão de técnicos para proceder a uma revisão da nomenclatura das ruas da Capital.

Justificando o projeto, o seu autor salientou os serios embaraços causados pela existência de duas, três e quatro ruas com o mesmo nome, o que serve, também, para criar embaraços á atividade dos carteiros, que se vêem assobreados com problemas dessa natureza, retardando afinal os destinatários do preliho motivado por esta duplicidade de nome nas ruas de S. Paulo.

Ainda com a palavra, o orador comentou recente decreto municipal, emprestando a rua, que passa defronte ao Hospital das Clínicas e liga a avenida, Rubequim da Oscar Freire, o nome do governador do Estado. Esclareceu que a lei estabeleceu as condições e o processo das denominações das ruas e logadouros publicos, veiculando homenagem a pessoas vivas, o que, no caso em apreço, não estava positivamente certo, constituindo, mesmo, um decreto-pleto á lei.

### BIBLIOTECA PUBLICA NA LAPA

O sr. Y. Tamura apresentou em seguida um requerimento, que foi aprovado, sobre a necessidade de as autoridades competentes promoverem, durante as comemorações da Pátria, a "Semana dos Poetas e dos Ovos".

O projeto apresentado pelo sr. Cunha Matos, relativo ao estabelecimento de uma praça e jardim no subdistrito da Lapa, foi a seguir considerado objeto de deliberação pelo plenário, e encaminhaado, para parecer, á Comissão de Justiça, Obras e Finanças.

Ainda com a palavra, o sr. Cunha Matos justificou, em breve discurso, uma indicação ao prefeito municipal, no sentido de ser instalada uma biblioteca publica no sub-distrito da Lapa, o que visa atender aos inumeros apelos formulados, pela mocidade estudantil daquele bairro.

A propósito das novas tarifas de luz e energia electrica, estabelecidas pelo Ministerio da Agricultura a favor da "Light and Power", falou o sr. Ermanno Marchetti, que nesse sentido apresentou um requerimento. O sr. Valdemar Felixeira Pinto, com a palavra, solicitou ao prefeito informações sobre as assistencias medica, dentaria e hospitalar, prestada aos funcionários municipais em geral, era também, extensiva aos pensionistas (principalmente viúvas e filhos menores) da Prefeitura.

### O CASO DOS MEDICAMENTOS

Com a palavra, o sr. Castilho de Barros anunciou que os membros da Comissão de Higiene escolheram, para seu presidente, o sr. Roberto Grassi. Ainda com a palavra, profereu breve discurso sobre o comercio de medicamentos em S. Paulo, dizendo do verdadeiro abuso que se pratica nesse setor, principalmente por culpa dos laboratorios apelidados na gíria medica de "de porão" e pelos balconistas que "empurram" as drogas porque recebem, para isso, boas porcentagens.

Não apresentou nenhuma indicação, projeto ou requerimento nesse sentido, mas, como o assunto era delicado, exigindo, por conseguinte, estudo mais amplo e substancial, solicitou a cooperação de seus companheiros para a sua solução.

Antes de serem encerrados os trabalhos, foram ainda encaminhaados á Prefeitura requerimentos de autoria dos srs. Janio Quadros e Cantídio Nogueira Sampaio.

Figura 5 – coluna da Câmara Municipal, da edição de 13.03.1948.

Além da Câmara Municipal, tanto a Câmara Federal quanto a Assembleia Legislativa também possuíam colunas fixas no OESP, sendo praticamente diárias, pois os repórteres acompanhavam o trabalho diariamente nesses locais. Para todas essas colunas, o padrão da publicação era o mesmo: uma nota introdutória sobre os principais temas abordados nos recintos, ficando bastante clara a posição do OESP em relação aos assuntos ali abordados; logo após, vinha um resumo do que havia ocorrido dentro dos locais de reunião dos grupos políticos, com algumas transcrições de falas de vários membros legislativos. Um terceiro padrão a ser observado era o grande destaque dado aos membros da UDN e partidos mais próximos a este, como o PSB e o PR; as falas e os projetos de membros de outros partidos eram relatados com menor ênfase, e geralmente tudo o que era relacionado ao PSP era condenável para o periódico.

Logo após a aprovação dos subsídios, o assunto que mais mereceu análises da publicação na Câmara foi a proposta do prefeito de supressão das feiras livres, criando pequenos mercados distritais como forma de regulamentar a venda de frutas, legumes, carnes e outros gêneros alimentícios. Em plenário, Jânio Quadros pronunciou-se sobre o assunto, colocando que essa iniciativa prejudicaria os pequenos produtores próximos da capital, que teriam mais dificuldades em vender seus produtos caso as feiras acabassem. Embora não houve grande ênfase ao noticiar a iniciativa do vereador do PDC, o periódico convergiu com Jânio em textos posteriores sobre o assunto<sup>92</sup>, passando a dar um maior espaço a partir daí aos seus pronunciamentos, como quando ele relatou um acompanhamento que fez junto a alguns mercados de São Paulo em relação ao preço dos legumes nas feiras:

Continuando na sua oração, o sr. Janio Quadros refere-se em seguida ao mercadinho de Pinheiros, que também visitara e esclarece que ele é bem um simile do entreposto de verdura; ali se rouba desbragadamente no peso; nele não se obedece a qualquer tabela e nele o custo das verduras corre com o custo das quitandas dos bairros aristocraticos, quando não consegue supera-las, ao escorchar a multidão.<sup>93</sup>

Com a pressão sobre o projeto, as feiras continuaram existindo; no entanto, os mercadinhos foram criados e no fim de 1948 Jânio veio a plenário denunciar as condições desses estabelecimentos em geral (como já vinha fazendo), embora tenha focado mais no caso da Vila Mariana; como forma de “prova” das más condições existentes, não se limitou apenas em dizer o que havia no local:

O orador exibiu á Camara carne podre que trouxera do mercadinho em apreço,

---

<sup>92</sup> OESP, 03.02.1948.

<sup>93</sup> OESP, 02.12.1948.

informando que os refrigeradores dos açougues ali existentes estavam desligados; as bancas de peixes foram substituídas por outras de carne; as instalações sanitárias do local estão entupidas e mal cheirosas; esse próprio, com catorze meses de existência, nunca foi lavado, não tendo, mesmo, presentemente, nem água, pois a bomba ali instalada foi retirada há dois meses para conserto, não sendo ainda recolocada. (...) <sup>94</sup>

A partir de março, o volume com que Jânio foi sendo retratado no OESP foi aumentando, uma vez que o número de requerimentos e projetos de lei do vereador também apareceram de forma cada vez mais constante, e boa parte do que o parlamentar do PDC pleiteava era convergente com o que o periódico defendia em suas páginas. Já no início do mês, o jornal destacou dois requerimentos aprovados pela Câmara por Jânio: um sobre qual era o destino do lixo da cidade, e outra sobre a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivo (CMTC), tendo o requerimento sido publicado na íntegra no OESP<sup>95</sup>.

Conforme as discussões foram ficando mais intensas, o número de sessões da Câmara foi aumentando, sendo que a cobertura do OESP acompanhou também essa mudança; em algumas semanas, havia sessões praticamente todos os dias, tendo em vista a resolução de requerimentos importantes e leis que não poderiam esperar as sessões regulares.

Em relação a Jânio, tornou-se nome constante nas páginas do jornal, embora não recebesse grande destaque nessas publicações. Além das diferenças externas, a maneira de agir do vereador também começou a diferenciar-se dos demais. Desde o início dos trabalhos, criou uma proximidade com o vereador do PSB Cid Franco, e os dois passaram a agir, de maneira enérgica, apontando os principais problemas da cidade de São Paulo. E não eram poucos: cidade em rápida expansão, não possuía um planejamento para o aumento de sua malha urbana; muitas regiões não possuíam as mínimas condições de moradia e viraram residência de milhares, além da falta de oportunidades de sustento para várias dessas pessoas.

No aspecto político, geralmente os prefeitos escolhidos pelo governador eram colocados nesse posto por indicações políticas, e não por competência ou vontade de administrar a cidade. Durante o mandato de Jânio como vereador, a cidade de São Paulo possuiu três prefeitos<sup>96</sup>, o que indica a instabilidade política do cargo. Um dos aspectos para essa pressão e “rodízio” de prefeitos foi a atuação da dupla Jânio/Cid, em especial a ação do primeiro, que não tinha problemas em apontar os defeitos das administrações municipais e estaduais, passando a exercer forte oposição ao governador Adhemar de Barros e, conseqüentemente, ao prefeito Paulo Lauro (mesmo que seu partido, o PDC, apoiasse o governo de ambos).<sup>97</sup> A atuação da dupla passou a despertar a atenção do

---

<sup>94</sup> OESP, 28.12.1948.

<sup>95</sup> OESP, 02.03.1948. A empresa de transportes seria um dos principais alvos de Jânio durante seu mandato, sofrendo inúmeras críticas do vereador.

<sup>96</sup> CHAIA, op. Cit., p. 22-24.

<sup>97</sup> OESP, 11.05.1948.

próprio OESP, que em abril listou, pela primeira vez, os dois vereadores como destaques em uma das sessões da Câmara Municipal:

tornam-se, por sua vez, dignos de nota, as proposições apresentadas pelo líder socialista sr. Cid Franco e pelo sr. Janio Quadros, do P.D.C., sobre dois assuntos de interesse para a coletividade. A primeira sobre a necessidade de ser publicado o contrato entre a Prefeitura e a C.M.T.C. e a segunda solicitando providencias energicas a fim de que aos cinematografos, teatros e casas de espetaculos em geral, com ingressos a pagamento, não sejam permitidos vender entradas ou bilhetes em numero superior á lotação respectiva.<sup>98</sup>

Já no dia 29 de abril foi relatado o primeiro pronunciamento completo de Jânio no jornal, ao cobrar providencias da prefeitura sobre a regularização das feiras livres; dois meses antes Jânio tinha feito um requerimento à prefeitura sobre o assunto, e nenhuma resposta tinha sido dada até então. A proximidade com Cid Franco (que já recebia destaque na cobertura do OESP por pertencer ao PSB) e seu desempenho fez com que o espaço de Jânio no jornal crescesse consideravelmente. No início de maio, ao relatar os trabalhos na Câmara, o parlamentar do PDC foi elogiado pelo seu trabalho naquele lugar:

Dos assuntos tratados, indiscutivelmente, ressaltam a composição do quadro de funcionários daquela Camara e a pretendida reforma da Secretaria de Negocios Internos e Juridicos da Prefeitura.

O primeiro foi bem explanado pelo vereador Jânio Quadros, que aliás vem tendo otima atuação nos trabalhos da Camara. O orador, embora reafirmando a convicção que tem em todos os seus pares, no sentido da defesa do bem comum e principalmente do interesse de seus mandantes, não podia deixar, por um dever de consciência, de apresentar aquele projeto, que estabelece a obrigatoriedade do concurso para preenchimento das vagas constantes no quadro funcional daquela casa. (...) <sup>99</sup>

Poucos dias depois, foi publicado novamente um discurso completo do parlamentar do PDC no periódico, prerrogativa até então apenas dos vereadores da UDN e de seu “companheiro” Cid Franco. Jânio, em fevereiro, mandara um requerimento para o prefeito pedindo esclarecimentos sobre a instalação de um bar e um restaurante dentro do Teatro Municipal de São Paulo. Quase três meses depois, recebera a resposta do prefeito através de uma publicação, no Diário Oficial, de esclarecimentos sobre a concessão.

Tal ato desagradou profundamente Jânio, que se sentiu ultrajado por não ter recebido a resposta diretamente, uma vez que seu pedido fora encaminhado pelo presidente da Câmara (e aprovado por seus pares, em sessão oficial).<sup>100</sup> Após ler o que fora publicado, o vereador não se

<sup>98</sup> OESP, 20.04.1948.

<sup>99</sup> OESP, 06.05.1948. A proposição de Jânio sobre os concursos foi reprovada; embora na sessão do dia 02 de junho o parlamentar discursasse novamente a favor dos concursos, não obteve sucesso com sua argumentação.

<sup>100</sup> OESP, 11.04.1948.

contentou com as respostas, já que o prefeito havia esclarecido que tal concessão seria uma “experiência”, podendo ser revogada a qualquer momento; no entanto, Jânio questionou, entre outras coisas, que a estrutura do teatro não precisaria ser usada como base para estabelecimentos alimentícios, uma vez que seria um “luxo desnecessário”, algo que fugia da competência a qual o prédio havia sido construído. Além disto, os locatários desse espaço, Thiago Masagão Filho e Sady Luiz Maciel David, eram correligionários do PSP. Assim, o vereador colocou em seu discurso que tal concessão realizada pela prefeitura era, na verdade, um favorecimento político:

O que é certo, porem, e que não deixa margem para duvidas, é que este contrato, meus nobres colegas, só tinha um fim: beneficiar alguém: Tiago (sic) Masargão Filho, integrante do partido de s. exs., o sr. prefeito Paulo Lauro e de s. exa., o sr. governador do Estado.

Este contrato é um presente a politico que posteriormente, meses depois iria disputar, pela legenda do Partido Social Progressista, um cargo nesta Casa, um lugar como vereador á Camara Municipal de São Paulo! Daí, não ter havido concorrência, daí o contrato inicial batizado de experimental e a título precário e aditado nas sombras, aditado, para vergonha nossa, a prazo certo.<sup>101</sup>

Muitas dessas críticas eram redigidas e enviadas ao presidente da Câmara, sendo que essas anotações, conhecidas como os “bilhetinhos” do Jânio, eram lidas em plenário sempre pedindo alguma explicação para apurar alguma denúncia, como por exemplo, o fato de que algumas pessoas estariam utilizando os carros públicos para passeios pessoais:

Requerimento nº 102-48:

“Requeremos, ouvido o Plenário, sejam solicitadas à Prefeitura as seguintes informações:

2. Qual o número de carros oficiais de passeio de que dispõe a prefeitura?
3. Quais os funcionários municipais com direito ao uso e emprego de carros oficiais?
4. Qual a latitude desse uso e emprego, isto é, quais os direitos desses funcionários na utilização dos respectivos carros?”<sup>102</sup>

Outros exemplos são bastante significativos, como o requerimento de Jânio cobrando a prefeitura sobre o pavimento das calçadas da cidade, pedindo maiores esclarecimentos sobre a manutenção precária que era mantida sobre esse aspecto<sup>103</sup>, além do projeto de lei que proibia o uso de faixas e cartazes em locais públicos, tais como árvores, monumentos, cemitérios, pontes, etc.<sup>104</sup>

Em 14 de maio, Jânio pronunciou uma espécie de balanço do governo do então prefeito Paulo Lauro, discurso que viria a ser publicado na íntegra pelo OESP no dia 27 do mesmo mês. Ao

<sup>101</sup> OESP, 11.05.1948.

<sup>102</sup> Anais da Camara Municipal, sessão de 23/02/1948.

<sup>103</sup> OESP, 04.03.1948.

<sup>104</sup> OESP, 07.03.1948.

falar especificamente sobre a Divisão de Expansão Cultural, o vereador do PDC deu ênfase à dificuldade desse órgão em funcionar bem, uma vez que os espaços culturais estavam sendo ocupados para outras finalidades, como o exemplo já bastante discutido na Câmara sobre a concessão do espaço do Teatro Municipal para finalidades que não eram culturais.<sup>105</sup> Após alguns apartes de vereadores do PSP, Jânio fez uma análise bastante virulenta do então prefeito da capital paulista:

Um prefeito ignorante, faccioso e partidario. Atenta contra tudo aquilo que tem consagrado administrações anteriores, inclusive, como v. excias. o vêem, em caso concreto, atentatório á cultura e à educação municipal. Há um ano s. excia. se encontra na chefia do Executivo e, logo depois de sua nomeação, um dos primeiros cuidados de S. excia. foi locar aquele teatro – v. excias. o sabem, não ignorem e não o negam – para um bar e restaurante, enquanto a Divisão de Expansão Cultural jaz ao léo, desabrigada, sem instalações de qualquer natureza. Defendem v. excias. alguém assim, que a população desta cidade, cada um dos nossos conterraneos e compatriícios já o julgou e o tem julgado em definitivo um dos piores Chefes do Executivo que a cidade de São Paulo jamais teve!<sup>106</sup>

Ainda nesse tom virulento, Jânio fez sérias restrições ao secretário da Educação e Cultura, Elias Siqueira Cavalcanti, que estaria fazendo uma gestão tão ruim quanto a do prefeito, e estava usando seu cargo em benefício próprio, visando a fortalecer sua imagem para a próxima campanha eleitoral.<sup>107</sup> Com essa postura oposicionista e com a proximidade de Cid Franco, Jânio tornara-se um dos vereadores a receber maior destaque no OESP, fator bastante simbólico na construção de seu capital político, uma vez que, através de sua postura, passara a ganhar a confiança da elite paulistana e, de certa forma, do próprio OESP.

A atuação de Jânio como vereador foi bastante significativa para alguns bairros de São Paulo, que pouco recebia visitas de políticos. O desenvolvimento de uma cultura política própria foi bastante característico no início da trajetória de Jânio; embora não fosse uma prática original no país, essa aproximação com a população o diferenciava em relação a praticamente todos os outros políticos da Câmara, além das suas abordagens distintas:

Neste contexto, surgiria Jânio Quadros, um vereador de oposição. Popularizou-se (...) defendendo as populações da periferia. Combatia a corrupção e o câmbio negro. Defendia os trabalhadores e as liberdades constitucionais. Teria seu show e sua platéia. Subiria ao estrelato.<sup>108</sup>

Sua atuação como vereador era bastante próxima de um fiscal, uma vez que sempre havia a preocupação com o bom funcionamento da sociedade e o uso racional de bens públicos; sendo

<sup>105</sup> OESP, 27.05.1948.

<sup>106</sup> OESP, 27.05.1948.

<sup>107</sup> OESP, 26.06.1948. Na sessão do dia 07 de janeiro de 1949, Jânio voltou a fazer virulentas acusações contra o secretário.

<sup>108</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 76.

membro da comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, fazia questão de acompanhar de perto o que era feito na cidade em relação a estes assuntos<sup>109</sup>. Além disso, uma característica bastante distinta em relação aos seus pares na Câmara Municipal foi o número de projetos enviados à mesa. Em pouco mais de três anos de mandato, Jânio apresentou mais de 2.000 projetos de lei, versando sobre os mais variados assuntos, abrindo discussões em várias frentes.

Um novo *habitus* vinha sendo construído dentro do campo político majoritário daquele momento. Os motivos pelos quais isso ocorreu são os mais variados. No início da década de 1940, a industrialização brasileira cresceu significativamente, uma vez que Vargas estimulou o desenvolvimento industrial do país e os acontecimentos referentes à *Segunda Guerra Mundial* também estimularam um rápido crescimento deste desenvolvimento industrial. Com isto, ocorreram mudanças sociais significativas, com o aumento do número de trabalhadores industriais, maior concentração de renda e um aumento significativo do consumo, embora o custo de vida também tivesse aumentado consideravelmente. De maneira geral, a estruturação do Estado levou em conta tanto as mudanças econômicas quanto as sociais, politizando a sociedade de forma a dividi-la e tutelá-la, não incitando um conflito de classes:

De uma a outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados e tomou-se, ele próprio, produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses e se transformou numa arena de conflitos, todos eles "politizados", mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente "tecnocracia" (...) <sup>110</sup>

Após o fim do *Estado Novo*, a população nas grandes cidades, do ponto de vista econômico, pode ser dividida em industriais, grandes produtores da agropecuária, profissionais liberais e funcionários públicos, trabalhadores urbanos/industriais e pequenos agricultores, além de outras funções com renda bastante baixa.

Do ponto de vista político, os industriais beneficiaram-se muito financeiramente durante o governo Vargas, uma vez que o Estado investiu pesadamente no desenvolvimento econômico, visando criar um parque industrial mais sólido no país; no entanto, esses industriais não estavam

<sup>109</sup> OESP, 07.09.1948.

<sup>110</sup> DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 20.

entre os grupos dirigentes no Brasil, pois o presidente procurou centralizar todo o poder e direcionar este desenvolvimento conforme seus anseios. Principalmente após a *Segunda Guerra Mundial*, estar no poder significaria reorganizar o Estado do ponto de vista democrata liberal e manter os benefícios às suas empresas.

Já a classe média, descontente com as políticas de proteção industrial de Vargas, buscava um Estado que valorizasse o livre comércio e a livre iniciativa: cada um que conquistasse seus bens e sua valorização social, de acordo com seus esforços; e, por fim, os trabalhadores que, embora com uma situação econômica estável, temiam um governo que não levasse em conta sua “valorização” como Vargas havia levado, uma vez que a venda de sua força de trabalho aos industriais era a única coisa que poderiam oferecer para conquistar seu próprio sustento.<sup>111</sup>

Com a eleição de Dutra e a nova configuração política do país, as importações aumentaram consideravelmente, buscando manter aquecida a economia. No entanto, já em 1946 o governo gastou consideravelmente sem manter o ritmo de produção, pois com o fim da Segunda Guerra outros países passaram a comprar menos e exportar mais para o Brasil, fazendo com que a balança comercial tornasse-se deficitária<sup>112</sup>. Com isso, a moeda brasileira foi se desestabilizando, fazendo com que a inflação aumentasse e, ao mesmo tempo, os produtos estrangeiros ficassem mais baratos devido ao aumento das importações estimulado pelo governo, o que desestimulava ainda mais o desenvolvimento da economia nacional:

As despesas no exterior, tanto com importações como com viagens (que envolviam geralmente uma grande importação disfarçada de mercadorias trazidas como bagagem e que não figuram nas estatísticas oficiais nem pagam direitos alfandegários) foi no pós-guerra fortemente estimulada pelo desnível de preços internos e externos. Enquanto aqueles se mantinham elevados por força da inflação, os exteriores eram relativamente reduzidos graças à estabilidade cambial que se escudava nos grandes créditos do Brasil no exterior, e era mantida, a todo transe, pela política monetária do governo.<sup>113</sup>

Em 1947, a vitória de Adhemar de Barros para o governo paulista evidenciou que os pequenos agricultores e os trabalhadores do interior do estado de São Paulo não se sentiam representados em nenhuma das três principais agremiações políticas nacionais do período, mesmo o PSD sendo um partido composto, majoritariamente, por lideranças rurais; além disso, os trabalhadores industriais, de maneira geral, deram parte significativa de seus votos a Adhemar na perspectiva de que a situação financeira do estado melhorasse. Assim, o PSP constituiu-se como a principal força política neste momento, em oposição aos grandes partidos políticos da época:

A aliança com os comunistas e a própria divisão dos trabalhistas, da qual foi

---

<sup>111</sup> DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editôra da Universidade de S.Paulo, 1971, p. 249-251.

<sup>112</sup> DRAIBE, op. Cit., p. 140-146.

<sup>113</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20º ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 305.

beneficiário, permitiu que o Partido penetrasse uma área eleitoral operária e adquirisse uma conotação popular que o levaria a se apresentar como partido de oposição às elites conservadoras identificadas com o PSD e, principalmente, com a UDN – os “cartolas”, como eram chamados no jargão pessepista – e a disputar com o PTB o eleitorado trabalhista de São Paulo.<sup>114</sup>

Nas eleições para a Câmara Municipal de São Paulo, o resultado foi bastante elucidativo do perfil do eleitorado paulistano. O governo de Adhemar não trouxe melhorias significativas durante o ano de 1947, e o segundo ano do governo Dutra também não resolveu os impasses econômicos pelos quais o país passava. Além disto, com o PTB paulista desarticulado pelo PTB nacional, parte dos políticos dessa agremiação foi para o PST, juntamente com vários candidatos ligados aos comunistas. A vitória maciça desse partido foi um indicativo de quais seriam as aspirações por parte significativa da população da capital do estado. Em fins de 1947, OESP traçou um perfil da situação econômica do estado paulista, cujo custo de vida aumentara consideravelmente nesse ano e que enfrentava uma grave crise de abastecimento de carne:

É evidente, contudo, que atinge rapidamente os limites suportáveis pelas classes menos favorecidas da fortuna os altíssimos preços dos gêneros alimentícios. As classes pobres da população já se vêm privando de tudo, a fim de conformar a exiguidade de seus orçamentos com a exploração generalizada que o governo permite e incentiva. Mas não se podem privar de alimento, e as restrições a que vêm sendo obrigadas ultimamente as estão reduzindo, francamente, á fome. A falta de carne, problema que se vem arrastando indefinidamente diante da letargia governamental, acrescenta-se agora o preço quase inacessível do pão. Irá, assim, num crescendo assustador, o desespero dos pobres, que representam a massa maior de nossa população.<sup>115</sup>

Com a cassação dos eleitos pelo PST, o PSP tornou-se maioria na Câmara; nas primeiras sessões muito se falou e pouco se fez em relação aos trabalhadores, uma vez que boa parte dos políticos ali presentes eram ligados à elite agrária e industrial da cidade e do estado, não possuindo interesses reais que convergissem com os anseios e necessidades dos eleitores.

Portanto, um primeiro aspecto importante de Jânio a ser destacado é a questão do contato mais direto com os trabalhadores e a população mais pobre da cidade. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros já faziam política dessa forma (e eram extremamente populares nesse contexto), mas nenhum dos dois chegou a ter um contato constante (diário) com a população, coisa a qual Jânio procurou manter. Semanalmente ele percorria vários bairros de São Paulo, relatando os principais problemas destas regiões para seus pares na Câmara; além disso, recebia populares em seu gabinete, ouvindo as queixas e prometendo soluções rápidas para esses problemas. O capital político de Jânio expandia-se na mesma velocidade em que crescia sua oposição a Adhemar e à boa parte dos vereadores, que em sua ótica pouco faziam para a cidade:

<sup>114</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 56.

<sup>115</sup> OESP, 19.12.1947.

O procedimento adotado por Jânio Quadros de questionar constantemente o Poder Público, exigindo o cumprimento de normas legais, tornou-se uma das diretrizes políticas mais presentes na sua carreira política.

Nas suas andanças pela cidade de São Paulo, chamava a atenção principalmente para a extrema desigualdade social, a não-aplicação das leis, a desordem e a ineficácia dos poderes constituídos. Tal situação, denunciada em diversos momentos na Câmara Municipal, era considerada decorrente não só de uma administração pública doente, ineficiente, incapaz e débil, mas também da existência de elites políticas corrompidas, cujos líderes não tinham consciência de suas responsabilidades perante a nação, pois, ao ascenderem ao poder, defendiam somente seus interesses particulares.<sup>116</sup>

Esse meio distinto de encarar a política foi decisivo para a construção do capital político de Jânio. Se sua candidatura havia sido incentivada por pessoas próximas a ele, seu mandato como vereador foi pautado em prol não só das pessoas que o ajudaram a chegar até a Câmara, mas também desses grupos de trabalhadores que não se sentiam representados. Ao colocar-se como um político “fora” das relações partidárias, Jânio buscou estruturar suas ações baseadas no contato direto com a população menos provida da cidade, entendendo que o Estado deveria ser para elas também, buscando ações que auxiliassem o padrão de vida destas pessoas, como a proposição de um projeto de lei que voltava a obrigar o Estado a distribuir leite em pó para os filhos de operários, entre vários outros pedidos a favor dos munícipes.<sup>117</sup>

Quando Jânio tratava de assuntos relacionados à melhoria dos trabalhadores ou críticas contundentes ao governo ou à prefeitura (o que ocorria em praticamente todas as sessões), ganhava ainda maior destaque na seção destinada à Câmara no OESP<sup>118</sup>; aos poucos, foi se tornando uma referência também dentro do jornal, já que era citado em praticamente todas as análises sobre a Câmara Municipal paulistana<sup>119</sup>.

O estilo do vereador pedecista seria marcado por alguns aspectos importantes, dos quais cabe destacar: busca por uma maior moralização administrativa, grande foco na manutenção dos “bons costumes”, além do Estado como o regulador da sociedade e a manutenção da independência dos três poderes. Por conta desse aspecto, defendia a liberdade de expressão dos vereadores e condenava a submissão com que os prefeitos administravam São Paulo, limitando-se às ordens do então governador, como o vereador comentara logo após a posse do novo prefeito Asdrúbal Cunha:

Iniciou suas palavras referindo-se às declarações do novo prefeito de S. Paulo a um matutino, na qual o chefe do Executivo Municipal diz que executará o programa básico do governador, no setor social continuará a obra do sr P. Lauro e procurará corresponder á confiança nele depositada “pelo mais bravo governador

<sup>116</sup> CHAIA, op. Cit., p. 35.

<sup>117</sup> OESP, 18.12.1948.

<sup>118</sup> OESP, 09.11.1948.

<sup>119</sup> Em algumas edições praticamente todos os escritos sobre a Câmara faziam referência à Jânio, como na edição de 22.03.1949.

que já teve o Estado de São Paulo”. (...) acentua parecer-lhe que o chefe do Executivo municipal não pode subordinar-se a outro poder estranho á órbita de suas atividades, devendo prestar contas unicamente ao Legislativo (...).<sup>120</sup>

Ao descrever o estado de algumas regiões na tribuna, o vereador deixava bem claro que, se o Estado não fizesse algo por aquelas pessoas, a dignidade humana passaria longe dali; era preciso que todos, sem exceção, estivessem focados na boa administração pública para conter os problemas da cidade, como, por exemplo, a exigência da prefeitura em verificar a situação de bairros afetados por construções comerciais;<sup>121</sup> em sua dramática descrição sobre a falta de saneamento básico da Vila Maria, um dos bairros mais carentes de São Paulo, Jânio deixou bem clara sua percepção sobre o assunto:

“Vasam ao longo da artéria as fossas e canalizações, de mistura com lama de fétido intolerável. Apodrecem... as águas enegrecidas... não existe poço que não esteja contaminado. Basta deitar um balde a um deles e sobe um líquido de cheiro e gosto indescritíveis, no qual as larvas, os insetos, os corpos mais asquerosos são visíveis a olho nu...”<sup>122</sup>

Além das descrições, em algumas sessões Jânio chegou a demonstrar objetos para explicitar ainda mais seus discursos, como na sessão em que levou um pedaço de paralelepípedo retirado de uma das ruas de São Paulo, demonstrando a precariedade na qual se encontrava a estrutura da cidade.<sup>123</sup>

A moralização também foi uma preocupação constante de Jânio: indicou projetos contra a pornografia, contra as histórias em quadrinhos, contra a venda de bebidas alcoólicas durante os domingos, contra a venda do refrigerante Coca-Cola (considerada por ele uma bebida tão nociva quanto as alcoólicas),<sup>124</sup> além da regularização do comércio de aguardente (em seu projeto o comércio seria proibido aos domingos, feriados, dias santos e em horário comercial).<sup>125</sup>

Em várias situações, Jânio foi vítima de agressões físicas na Câmara Municipal, por conta de suas falas ácidas e seus comentários sobre a conduta e o trabalho de outros vereadores. No dia 02 de agosto de 1949, houve uma discussão em relação à formação da Comissão de Justiça daquele local; Jânio argumentava que a comissão fora feita por indicação do Executivo paulista, não tendo autonomia plena para realizar suas atividades, enquanto que o orador Aloysio Greenhalgh (PSP) discursava sobre a competência da Comissão e sobre o regulamento do controle de horário dos servidores públicos; seu companheiro de partido, José Estefno (que já tinha se pronunciado a favor de Greenhalgh e contrário a Jânio) caminhou em direção ao vereador do PDC no momento em que

<sup>120</sup> OESP, 06.01.1949.

<sup>121</sup> OESP, 20.04.1948.

<sup>122</sup> Discurso de Jânio Quadros na Câmara Municipal, no dia 18 de setembro de 1950, presente em WALMSLEY, op. Cit., p. 67-68.

<sup>123</sup> CHAIA, op. Cit., p. 25.

<sup>124</sup> OESP, 01.01.1949.

<sup>125</sup> OESP, 17.04.1948.

este preparava-se para um novo aparte ao então orador, e:

O vereador do P.S.P., sem ao menos solicitar o aparte ao Sr. Aloysio Greenhalgh, que ocupava a tribuna, disse que mentiroso era o sr. Janio Quadros e, levantando-se, agrediu inopinadamente o representante do P.D.C., que se encontrava de pé quase á frente do agressor e meio voltado para o orador que ocupava a tribuna. Imediatamente, se interpôs (...) o sr. Roberto Pedrosa, conseguindo separá-los, embora o sr. José Estefno ainda tenha conseguido desferir ponta-pés no vereador já agredido.<sup>126</sup>

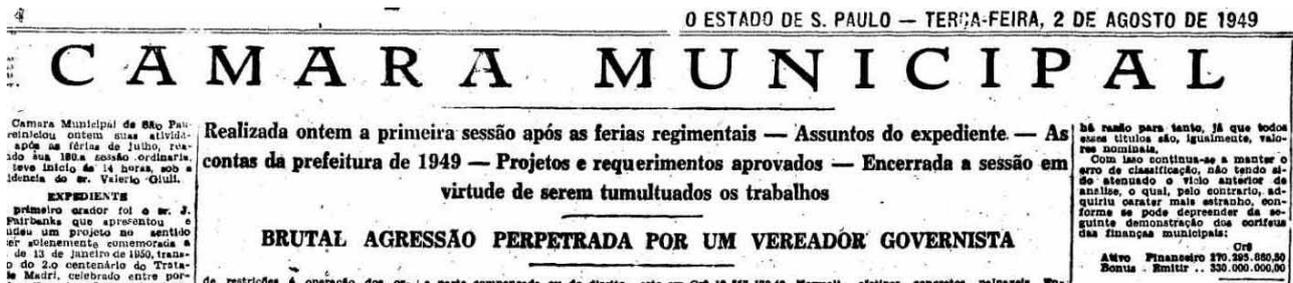


Figura 6 – destaque do jornal para a agressão sofrida por Jânio

Nesse mesmo ano, um amplo debate foi fomentado em torno da concessão pela prefeitura de um terreno, no Parque do Ibirapuera, para a construção de um estádio nos mesmos moldes do Maracanã, no Rio de Janeiro (a finalidade seria para sediar a Copa do Mundo de Futebol, a ser realizada em 1950); para isso, também seriam concedidos incentivos para que os clubes de futebol investissem nesse empreendimento. Jânio Quadros, Cid Franco e a bancada de oposição não concordaram com esses aspectos e protestaram veemente contra tal. Em um de seus pronunciamentos, Jânio recebeu um aparte de um dos apoiadores do projeto, o vereador João Carlos Fairbanks (PRP), filho do tradicional político João Fairbanks; como resposta, Jânio o acusou de fascista e disse que o vereador era filho de um político ultrapassado. Próximo da bancada, Fairbanks agarrou Jânio e o agrediu com alguns socos na face, fazendo com que muito sangue jorrasse do nariz do agredido (que chegou a sacar sua arma, mas acabou sendo impedido de usá-la pelo presidente da Câmara). Após a agressão, Jânio continuou discursando; ensanguentado, manchou o projeto o qual segurava e declarava, aos berros, que o projeto estava marcado com seu sangue, que representava todos aqueles que eram contra e que estavam sendo calados de maneira autoritária.<sup>127</sup> Pouco tempo depois, acusou o chefe de gabinete do prefeito Paulo Lauro (PSP) de vender sepulturas nos cemitérios da cidade de maneira irregular<sup>128</sup>; William Salem, que praticava artes marciais, invadiu a Câmara com o intuito de agredir Jânio. Este saiu correndo pelos corredores, mas acabou sendo alcançado, levando alguns golpes antes de outras pessoas retirarem Salem do lugar.<sup>129</sup>

<sup>126</sup> OESP, 02.08.1949.

<sup>127</sup> KWAK, Gabriel. *O Trevo e a Vassoura*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006, p. 64-65.

<sup>128</sup> OESP, 25.05.1948.

<sup>129</sup> KWAK, op. Cit., p. 65-66.

Por fim, ao longo de seu mandato como vereador, Jânio foi se aproximando cada vez mais dos trabalhadores, buscando melhorias de suas condições e indo contra as empresas que eram acusadas de explorar o trabalho. A partir desse aspecto, a CMTC e a empresa canadense de energia elétrica Light foram as mais alvejadas por Jânio; várias críticas do então vereador foram direcionadas, de maneira bastante intensa, apontando que esses órgãos não valorizavam os trabalhadores, buscando apenas defender os interesses relacionados a elas (e, conseqüentemente, de seu país contra o Brasil). No caso da CMTC, a empresa era mista, e a maior parte de seu capital era da Prefeitura. Em 1948, foi feito um convênio com a Light, onde esta vendeu para a companhia bondes e outros equipamentos que não estavam mais sendo usados pela empresa, considerados obsoletos; embora o convênio foi aprovado pela Câmara, Jânio e Cid Franco fizeram ferrenha oposição com inúmeras acusações, sendo ameaçados várias vezes de processos por parte da Light.<sup>130</sup>

A empresa canadense foi alvo em inúmeras outras situações de virulentos discursos de Jânio, que a acusava de imperialista e que defendia sua nacionalização:

“Tenho contra essa companhia... as mais sérias restrições. Infame exploradora de nossa terra e de nossa gente, negociista inescrupulosa do bem comum. Cerca de 15 mil prédios da área urbana e 40 mil da área rural não têm iluminação domiciliar. Não é atentório à dignidade da espécie a imensa escuridão que a Light derramou nos bairros pobres? (...) Segue mercadejando com os direitos básicos de um povo, até que esse povo, com decisão, com coragem, reunidos na Assembléia Legislativa e em Câmara Federal, desapropriar-lhe os bens, nacionalize-lhe o acervo e expulse-lhe do solo que aviltou e empobreceu”.<sup>131</sup>

Em relação a CMTC, Jânio fez um longo discurso em plenário (transcrito pelo OESP) em que acusava um empréstimo recebido pela empresa do governo estadunidense para a aquisição de 200 novos ônibus de uma marca desconhecida; o vereador ainda colocou que quem fora negociar a compra teria sido um dos vereadores ali presentes, Reinaldo Caravellas (PSP). Assim, Jânio teceu longas críticas à forma da empresa de agir, acusando-a de não prestar contas da forma como deveria e de negociar de maneira escusa:

Não discutimos a necessidade de novos onibus. O que não compreendo eu (...) é que saia alguém de S. Paulo e vá aos Estados Unidos, a uma determinada fabrica, adquirir 200 veículos, cujo preço todos ignoram (...), de marca completamente desconhecida, que não se sabe se se adaptará bem ou não às condições topográficas da cidade, ao seu clima, às suas peculiaridades gerais. Não compreendo, ainda – e eis a segunda ocorrência – um empréstimo de 4.000.000 de dolares de Banco Norte-Americano, sem que o povo, esta Camara e a própria Prefeitura – o Executivo – hajam conhecido os pormenores da operação de credito (...)<sup>132</sup>

<sup>130</sup> CHAIA, op. Cit., p. 28-29.

<sup>131</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 43-44. Na sessão de 22.11.1948, Jânio fez um requerimento pedindo ao prefeito mais informações sobre as atividades da empresa canadense, bem como da CTMC.

<sup>132</sup> OESP, 13.11.1948. Na sessão do dia 17, a CMTC enviou um ofício a Câmara, ameaçando processar Jânio; no dia 20 de janeiro de 1949, Jânio voltou a fazer inúmeras críticas, denunciando o estado lamentável do transporte público na capital paulista.

A primeiro momento, Jânio Quadros era um grande desconhecido do OESP, sem praticamente capital político algum. No entanto, sua atuação performática na Câmara começou a chamar a atenção da elite paulistana, e sua aproximação com o representante do PSB Cid Franco e suas proposições parecidas com as que os representantes da UDN possuíam passaram a credenciá-lo cada vez mais dentro do periódico, que passou a dar mais espaço a suas ações e, pouco tempo depois, a elogiá-lo publicamente, colocando-o como um dos melhores vereadores da cidade, como uma voz atuante da oposição contra os desmandos dos governos municipal, estadual e federal. Com essa perspectiva, a eleição seguinte para cargos tanto a nível nacional quanto estadual seriam realizadas em 1950 e, desde o ano anterior, as movimentações políticas já se tornavam cada vez mais intensas.

## CAPÍTULO 2 JÂNIO QUADROS POLÍTICO X JÂNIO QUADROS NOTÍCIA: AS REPRESENTAÇÕES DO POLÍTICO NO OESP

*“Errar é humano (...) Perfeitamente. É humano. Daí eu entender que os homens do governo são humanos, porque erram sempre: erram constante e ininterruptamente. Humanos como ninguém! Quase personificam a humanidade”.*

*(Jânio Quadros, em discurso na Assembleia Legislativa, no dia 05.07.1951).*

*“Assim, onde a violação dos princípios democráticos, na aliança firmada para a disputa da Prefeitura da Capital? Há discordâncias muito respeitáveis, quanto á aliança em si. Há oposições que se apresentam para combater-la no uso de indiscutível direito. Mas não haja explorações descabidas, que desde já se previnem e que, por isso, não terão ressonância na opinião pública, que conhece os perigos a que estamos expostos, e vê com simpatias os esforços e os sacrifícios feitos para arredá-los dos nossos destinos”.*

*(OESP, Notas e Informações, 16.11.1952)*

### 2.1 As eleições para a Assembleia Legislativa

A identificação entre os trabalhadores e Jânio foi ficando cada vez maior, uma vez que o político trazia boa parte de suas demandas para o plenário, como em uma das primeiras sessões da Câmara Municipal em 1950, na qual o vereador fez uma grande defesa dos trabalhadores dos parques industriais paulistanos que estavam sendo obrigados a trabalharem aos domingos, enfatizando a desumanidade que estava sendo feita com aqueles operários.<sup>133</sup>

Com um estilo de política que procurava atender a demanda dos considerados mais “desfavorecidos”, o nome de Jânio para a candidatura a deputado estadual começou a ser cada vez mais cogitado para a eleição que seria realizada em 1950. Em um primeiro momento relutante, Jânio buscou certificar-se de que teria espaço dentro do PDC, uma vez que sua atuação enquanto parlamentar, embora com avaliação bastante positiva entre a população socioeconômica mais carente da cidade, foi bastante deslocada de questões partidárias, e sua ligação ao PDC era uma mera formalidade<sup>134</sup> já que o partido fez parte da campanha de Adhemar de Barros para governador e também fazia parte da base de apoio governista, sendo Jânio muitas vezes a única voz dissonante contra algo realizado pelo governo estadual<sup>135</sup>.

No entanto, as convergências entre Jânio e os democratas cristãos em relação à eleição

<sup>133</sup> OESP, 02.02.1950.

<sup>134</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 90-91.

<sup>135</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 92.

consolidaram-se quando o partido anunciou apoio à candidatura de Prestes Maia ao governo de São Paulo.<sup>136</sup> Jânio temia que o PDC apoiasse a candidatura de Lucas Nogueira Garcez, secretário de Viação e Obras Públicas de Adhemar e candidato da situação. Embora a terceira candidatura anunciada (novamente de Hugo Borghi, pelo PTN) fosse, aparentemente, a mais próxima da atuação de Jânio enquanto vereador, a possível associação de Borghi com comunistas e a questão moralista (os trabalhistas não eram muito bem vistos pelos setores mais conservadores paulistanos, com os quais Jânio também dialogava) acabaram sendo decisivas para a manutenção de sua candidatura pelo PDC e seu apoio à UDN, que era a legenda do candidato apoiado pelos democratas cristãos.<sup>137</sup>

Desde o fim de 1949 OESP já divulgava com afinco a campanha de Prestes Maia, colocando várias qualidades para descrevê-lo em suas páginas; em editorial, nos primeiros meses de 1950, o periódico foi enfático ao descrever o cenário eleitoral que se avistava para esse ano:

O povo já escolheu. Seu candidato a governador do Estado é o sr. Prestes Maia, cujo nome nasceu de espontaneo e vigoroso movimento popular e foi a seguir adotado pela União Democrática Nacional, pelo Partido Republicano e pelo Partido Socialista Brasileiro (...) Até agora, fora do movimento (...) em prol da candidatura Prestes Maia, fala-se da candidatura de um-secretario e cumplice do sr. A. de Barros, em todos os seus piores desmandos (...).<sup>138</sup>

A nível nacional, Adhemar de Barros procurava fortalecer seu nome como candidato a Presidência da República. No entanto, o nome do ex-presidente e ex-ditador Getúlio Vargas ficou em evidência desde a publicação, no início de 1949, de uma entrevista concedida ao jornalista Samuel Wainer, em que o político gaúcho afirmou enfaticamente que voltaria ao cenário eleitoral:

- E se o senhor viesse a ser candidato? - perguntei.
- Eu não sei... - começou Vargas. - Mas pode dizer uma coisa: eu voltarei. Tremi. Ele pronunciara duas palavras mágicas. Desde que Getúlio deixara o poder, pichações em muros de centenas de cidades do país repetiam uma frase: “Ele voltará”. Agora a frase era formulada na primeira pessoa. Em seguida, repetiu as palavras mágicas e acrescentou uma ressalva que cairia como uma bomba sobre o mundo político brasileiro:
  - Eu voltarei. Mas não como líder de partidos, e sim como líder de massas.
 (...) Fui para o aeroporto e voei para São Paulo. Na segunda-feira passei pela sede dos Diários Associados, na rua 7 de abril, e deixei uma cópia da reportagem na mesa de Assis Chateaubriand, acompanhada de várias fotos. Segui para o Rio de Janeiro. Como não se imprimiam jornais durante o carnaval, tampouco na Quarta-Feira de Cinzas, eu teria de esperar pela quinta-feira para ver impresso o resultado da minha entrevista com Getúlio. Valeu a pena esperar: como previa Pasqualini, foi uma bomba que, detonada na fronteira gaúcha, espalharia estilhaços por todo o

<sup>136</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 93.

<sup>137</sup> OESP, 04.03.1950. Em 03 de março, fora realizada em São Paulo a convenção estadual do PDC, onde foram indicados os candidatos do partido nas eleições; o nome de Jânio não esteve entre estes indicados, embora recebera uma congratulação do partido por sua atuação na Câmara Municipal de São Paulo; seu nome não fora incluso devido ao impasse do próprio Jânio, que preferiu que o partido definisse seu apoio primeiro.

<sup>138</sup> OESP, 02.03.1950.

país.<sup>139</sup>

Ao mesmo tempo em que o governador paulista procurava viabilizar sua campanha a presidente, Vargas também demonstrou interesse em voltar ao cargo; assim, haveria um choque de capital político bastante intenso entre ambos, pois possuíam *habitus* parecidos e geralmente suas imagens eram associadas por parte significativa da população. A partir de várias conversações, um acordo com Vargas selou o apoio do PSP a sua candidatura, indicando o candidato a vice em sua chapa, o deputado federal potiguar Café Filho, além de Vargas comprometer-se a apoiar a candidatura de Adhemar a presidência em 1955. Tal coligação, desde o início dos primeiros diálogos, causou indignação nos grupos opositores, sendo OESP uma de suas principais vozes:

A aliança entre os dois, que devia provocar largo movimento de revolta em todo o Brasil, está sendo encarada sem horror. Os que padeceram os malefícios do regime ditatorial e os que estão assistindo á desmoralização de São Paulo, em vez de se unirem para combater essa aliança, procuram, salvo uma ou outra exceção, tirar partido desse conluio diabolico para os seus interesses individuais (...) Os dois perigosos demagogos, que já disseram um do outro as piores coisas, e que ora se unem para demonstrar que o carater não é o forte de qualquer deles, vivem a tramar ações políticas e a dizer a Nação o que ela deve fazer, como se fossem os supremos oraculos com que ela conta, certos de que representam o que ha de mais poderoso na política brasileira.<sup>140</sup>

Formalmente, a candidatura de Jânio foi homologada pelo PDC na reunião estadual no dia 30 de julho; além disso, ocorreu a formalização das alianças a nível estadual e nacional: Jânio e o PDC apoiaram a candidatura da UDN de Eduardo Gomes à Presidência e de Prestes Maia a Governador, contra Getúlio Vargas pelo PTB e Cristiano Machado, pelo PSD, e também contra as candidaturas de Lucas Garcez e Hugo Borghi (cargo de governador).

Como pontos da campanha, Jânio expôs, basicamente, que faria na Assembleia Legislativa o mesmo trabalho feito na Câmara Municipal: lutaria pela moralização e pela decência da política e da sociedade como um todo, lutando sempre pelos trabalhadores, visitando e recebendo os moradores das regiões mais desfavorecidas, além de não manter nenhum vínculo formal com partidos políticos para “negociatas”.<sup>141</sup> Além desses aspectos, Jânio não restringiu sua campanha à capital, percorrendo várias cidades no interior e no litoral, levando seu discurso e sua imagem a inúmeros eleitores que não o conhecia.

Enquanto isso, continuava com seu trabalho na Câmara, levantando várias questões de ordem e pronunciamentos polêmicos, como, por exemplo, a visita surpresa que realizou, em

<sup>139</sup> WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005, p. 26-29.

<sup>140</sup> OESP, 17.02.1950. Além disto, o editorial também acusou a indefinição da UDN quanto a lançar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes como uma das causas do fortalecimento da candidatura de Vargas com o apoio de Adhemar.

<sup>141</sup> CHAIA, op. Cit., p. 38.

fevereiro de 1950, à Casa de Detenção de São Paulo<sup>142</sup> juntamente com o vereador e colega de partido Valério Guili, relatando aos seus pares as condições em que os detentos encontravam-se:

Os corredores e as celas estavam imundas. O lixo se amontoava às portas dos cubículos e pelas passagens, exalando mau cheiro insuportável (...) A comida, que examinei, era infame. Chega a cheirar mal. Consistia, tão somente, em arroz, um pouco de feijão, em verdura não identificada, e carne, cujo aspecto e qualidade não posso descrever. Afianço que qualquer cão se recusaria.<sup>143</sup>

Além de apontar os problemas na cidade, as questões relacionadas à melhoria no aspecto social também tornavam-se cada vez mais presentes em seus discursos, com inúmeros requerimentos para a liberação de verbas para a construção de abrigos, hospitais, escolas e investimentos em infraestrutura para a melhoria de vida dos paulistanos, como o aumento do prédio da Associação Maternidade de S. Paulo<sup>144</sup>, entre outros.

Quanto à eleição à sucessão paulista, o clima era de grande disputa, sendo que OESP colocava a candidatura de Prestes Maia como a única das campanhas com destaque moral, que levaria um candidato decente ao cargo de governador contra as práticas de Adhemar e de seus parceiros políticos:

em São Paulo, extremam-se os campos; de um lado, o que há de são na gente paulista, com amor á nossa terra, cultuando a lei e a moral, em inabalavel fidelidade ás nossas tradições de decencia na política e na administração, sob as inspirações do regime democratico: de outro lado, os demagogos e aventureiros, devotos de si mesmos, dos seus interesses e dos interesses de sua clientela, sem freios legais ou morais, prontos ao assalto do patrimonio material e espiritual que viemos construindo através dos tempos e que para eles é presa de guerra, na sua voracidade e na sua barbarie (...) A 3 de outubro, não haverá partidos em choque, mas São Paulo de pé, contra a violencia, a corrupção, os esbanjamentos, as negociatas, o dismantelo administrativo, a bancarrota financeira e a mazorca a política. Isto é, contra o “ademarismo”, que há de ser aniquilado para que não aniquile o Estado e a Republica.<sup>145</sup>

Na visão dos editores do periódico, não havia outra opção para São Paulo: a disputa entre o “bem” e o “mal” era muito forte na política paulista, e aquelas que fossem pessoas do lado do “bem” deveriam aliar-se, necessariamente, à campanha de Prestes Maia, única considerada legítima representante da honestidade e da probidade.

E a mesma questão era apontada na sucessão federal: um forte impasse ocorreu para a indicação dos nomes à presidência. Tanto a UDN quanto o PSD não possuíam um candidato considerado “natural”: os udenistas estavam em estado de alerta por conta da provável candidatura

<sup>142</sup> Popularmente conhecida como *Carandiru*, foi desativado em 2002.

<sup>143</sup> OESP, 25.02.1950.

<sup>144</sup> OESP, 21.03.1950.

<sup>145</sup> OESP, 18.04.1950.

de Vargas, e os pessedistas estavam fragmentados, sendo alguns a favor do apoio a Getúlio e outros contra (entre estes o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra). Durante todo o fim de 1949 e início de 1950, um intenso debate foi realizado entre os vários grupos partidários; um grupo de políticos mineiros decidiu por uma espécie de “fórmula mineira”, com um candidato interpartidário, que buscasse eleger um representante mineiro para a presidência, independente do partido político.<sup>146</sup> Vários nomes foram cotados, como o governador do estado Milton Campos (UDN), o do presidente do Senado Melo Vianna (PSD), o general e ministro da Guerra Canrobert Pereira (carioca, sem partido, mas bastante identificado com a UDN), Bias Fortes (PSD), o senador e ex-presidente Artur Bernardes (PR), o deputado federal Israel Pinheiro (PSD) e, por fim, o nome que mais ficou em evidência foi o de Afonso Pena Júnior, que foi quem mais ganhou simpatias a primeiro momento, e que foi considerado o “candidato dos mineiros” durante algumas semanas.<sup>147</sup> No entanto, a oposição de setores da UDN que defendiam o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes e as disputas internas no PSD nacional fizeram com que a campanha perdesse força; em meados de abril, a UDN nacional ratificou o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato novamente, sendo tal aspecto extremamente valorizado pelo OESP, que deu ampla cobertura ao fato.<sup>148</sup>

Em relação ao PSD, uma disputa interna levou o partido a mudar tanto de candidaturas quanto o grupo dos mineiros: foram anunciados nomes como o vice-presidente da República Nereu Ramos, o senador alagoano Góis Monteiro, o ministro da Justiça Adroaldo Mesquita (que teria pedido demissão da pasta para dedicar-se a candidatura), o deputado federal carioca Prado Kelly (que era filiado a UDN), o senador gaúcho Ernesto Dorneles (primo de Vargas), o ex-ministro dos Transportes Clóvis Pestana, o deputado federal mineiro Euvaldo Lodi, entre outros nomes que foram levantados e discutidos ao longo desse tempo; por fim, com uma certa surpresa foi indicado para concorrer ao cargo o deputado federal mineiro Cristiano Machado, nome de pouca expressão mas que possuía, segundo OESP, um caráter conciliador, embora não fosse visto como adversário eleitoral a altura do Brigadeiro pelo editorial, pois possuía pouco capital político comparado com o candidato da UDN.<sup>149</sup>

Durante o ano de 1949, falava-se muito em um candidato “natural”, uma candidatura única que defendesse os interesses da nação, sendo alguém não ligado a nenhum partido e, sobretudo, um bom administrador. A união entre os partidos durante o governo Dutra acabou não ocorrendo para a eleição; o clima de instabilidade política frente às indefinições dos candidatos e um possível retorno de Vargas seria uma resultante, segundo OESP, da indecisão dos partidos em definir com clareza os nomes para a sucessão:

---

<sup>146</sup> OESP, 07.02.1950.

<sup>147</sup> OESP, 16.03.1950.

<sup>148</sup> OESP, 19.04.1950.

<sup>149</sup> OESP, 16.05.1950.

Cresce o receio de que o ex-ditador venha a ser candidato á Presidencia da Republica. Mas se isso acontecer, a culpa caberá aos partidos que lhe vão fazer a côrte, frequentemente, no seu retiro de S. Borja. Diante da bajulação de que está sendo alvo, é natural que ele suponha ser uma das personagens mais importantes da Republica. Se até muitos dos que o tem atacado não se envergonhavam de ir ao seu beija-mão permanente, é razoavel que ele se julgue um dos chefes mais poderosos da política brasileira. Como o gosto do poder ainda lhe estimula os atos, não é de se estranhar que, aproveitando-se dessas circunstâncias, venha a disputar a Presidencia da Republica.<sup>150</sup>

Duas alianças foram bastante analisadas durante o período de eleições: a de Getúlio/Adhemar e o apoio do PSD paulista à campanha de Prestes Maia. Essa última foi a mais valorizada pelo OESP, uma vez que seria um reconhecimento de um partido oposicionista das qualidades do chamado candidato “natural” de São Paulo, engenheiro e ex-prefeito paulistano que já havia feito muito e que ainda faria, agora pelo estado. O clima de euforia era bastante intenso na publicação dos jornais, sendo que era comum ver comentários nos editoriais que davam como certa a vitória tanto de Prestes Maia, a nível estadual, quanto de Eduardo Gomes, a nível nacional:

Prestes Maia está eleito com o concurso da U.D.N., do P.S.D., do P.R., do P.S.B. e, sobretudo, da massa imensa dos eleitores independentes, que decidirão o pleito para o bem de São Paulo. Eleito está também o Brigadeiro, graças aos sufrágios dos que querem preservar a existência da democracia e, temendo a volta da ditadura, não desperdiçarão seus votos com o sr. Cristiano Machado.<sup>151</sup>

Assim como na campanha em 1947, OESP deu grande espaço para a propaganda dos candidatos da UDN e dos partidos aliados, em especial das figuras dos candidatos a governador e presidente pelo partido. Nos últimos dias antes das eleições, a propaganda foi aumentando consideravelmente e, na edição do dia 03 de outubro (domingo), a capa da publicação foi dedicada à imagem dos dois candidatos majoritários da UDN:

---

<sup>150</sup> OESP, 25.05.1950.

<sup>151</sup> OESP, 29.08.1950.



Realizada as eleições em 03 de outubro, Getúlio Vargas foi reconduzido ao cargo de presidente, pela primeira vez de maneira democrática, impondo a segunda derrota seguida ao Brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>152</sup> Em São Paulo, o partido majoritário demonstrou sua força: Lucas Garcez, mesmo sem nunca ter disputado nenhum cargo político, foi eleito com cerca de 47,1% dos votos, contra 28,3% de Borghi e 24,6% de Prestes Maia<sup>153</sup>; Erlindo Salzano, também do PSP, foi eleito vice-governador, com 48,1% dos votos, contra cerca de 25% de votos de Ataliba Nogueira (PTN) e cerca de 20% de João Gomes, do PSD. No senado, o eleito foi César Vergueiro, ex-PSD que integrava os quadros do PSP há pouco tempo, derrotando Brasília Machado (PSD) e Miguel Reale (PRP). Assim, o Executivo de São Paulo continuaria sob o comando do partido de Adhemar, demonstrando grande força eleitoral no estado.

Em relação a essas derrotas, OESP procurou conformar-se com o resultado, embora tenha deixado claro, desde o início das apurações, sua discordância em relação ao resultado final, uma vez que o povo paulista tinha perdido a “grande chance” de trazer a moralidade de volta para o Estado, depois de tanto criticar Vargas e Adhemar. O periódico ainda demorou vários dias para digerir melhor a escolha da maioria da população, que optara por levar Vargas novamente à presidência e o candidato de Adhemar ao Estado, mantendo a política atual vigente:

devemos, entretanto, assinalar que no tocante à eleição do governador de S. Paulo o eleitorado não só votou errado como deu provas de ininteligência, de ingratidão e de injustiça. Um administrador do porte do eng. Prestes Maia, que remodelou completamente a capital do Estado, colocando-se entre os maiores prefeitos que a cidade tem tido, devia ser sufragado pela quase totalidade dos eleitores. Quanto à sua honestidade não podia haver dúvida alguma; seu amor ao trabalho era assaz conhecido; a sua capacidade administrativa entrava pelos olhos de toda a gente (...) A colocação do eng. Prestes Maia no último lugar da lista é uma vergonha para o eleitorado paulista. Para este eleitorado nenhum valor terão as qualidades pessoais do candidato, as suas virtudes cívicas e particulares, o seu devotamento ao serviço público e os seus predicados especiais de administrador?<sup>154</sup>

Na Assembleia Legislativa de São Paulo de um total de 75 cadeiras, o PSP novamente teve o melhor desempenho, elegendo 19 deputados; o PTB, mesmo com as inúmeras disputas internas, conquistou 12 cadeiras; a UDN obteve 10 representantes, seguida por PSD e PTN (9), PDC (5), PR (3), PSB, PRP e PRT (2) e PST e PI, com um candidato cada<sup>155</sup>. A aliança PSP/PTB conquistou quase metade das cadeiras da Assembleia, dando uma margem de segurança para o governo de Garcez que contaria com o direcionamento da Assembleia Legislativa por aliados.

No entanto, o resultado mais surpreendente foi a eleição de Jânio Quadros como o deputado

<sup>152</sup> D'ARAÚJO, Maria C. S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos; 90), p. 48-51.

<sup>153</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 93.

<sup>154</sup> OESP, 15.10.1950.

<sup>155</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 162 (Dados coletados pela autora do Tribunal Regional Eleitoral).

mais votado do estado, com 17.840 votos. A partir dessa alta votação, o PDC conseguiu eleger mais quatro outros representantes: o vereador paulistano Yukishigue Tamura, o advogado Manoel Vitor de Azevedo, o engenheiro Miguel Petrilli e o prefeito de Santo André Antonio Fláquer.

Jânio passou a possuir maior poder simbólico, uma vez que chegava à Assembleia Paulista como o candidato mais popular. Seu capital político abarcava o mais variado público: operários, trabalhadores rurais, classe média, pequenos e médios burgueses; todos contemplados, de certa forma, com o discurso janista, que continha pontos específicos que atraíam membros dos mais diversos grupos citados.

A historiadora Silvana Walsmley levantou as seguintes hipóteses sobre esse triunfo eleitoral do candidato a deputado estadual mais votado de 1950:

podemos reconhecer alguns dos elementos que o tornavam popular; em primeiro lugar, o apelo a valores da economia moral, que pareciam obter grande ressonância entre os trabalhadores e outros segmentos sociais marginalizados e também a denúncia das injustiças que a desigualdade social estabelecia e a igualdade formal não evitava (...) a grande ênfase dada ao Estado, como promotor da justiça e do desenvolvimento nacional, que, para ele, seriam as chaves para a promoção do bem-comum. O Estado dos discursos de Jânio deveria ser o Estado benfeitor, impessoal, que expulsasse os inimigos comuns, varresse a corrupção e colocasse cada coisa em seu lugar.<sup>156</sup>

Já a cientista política Vera Chaia enfatizou que a construção da imagem do “fenômeno” Jânio Quadros foi algo cuidadosamente estruturado pelo próprio político, que sempre colocou-se como uma alternativa frente aos políticos tradicionais:

Nascia, assim, um novo estilo, muito pessoal, de liderança política, baseado em um “*marketing* político” que envolvia um sistema de comunicação estruturado a partir da autovalorização, das denúncias constantes de irregularidades administrativas e do uso sistemático da imprensa. Essa estratégia tinha grandes possibilidades de sucesso, pois apoiava-se em um discurso sedutor para expressivas camadas da sociedade. Além do mais, era posta em prática por um homem que se utilizava das suas especificidades físicas e intelectuais e da sensibilidade em levantar temas e fatos de imediato interesse da sociedade.<sup>157</sup>

## 2.2 A despedida da Câmara Municipal e o início dos trabalhos na Assembleia Legislativa

Jânio chegava à Assembleia Legislativa com a imagem de um político honesto, independente em relação às negociatas políticas, conhecedor da cidade e pessoa próxima dos socioeconomicamente mais carentes de São Paulo e de outras regiões do estado.

Na edição de 21 de janeiro de 1951, o PDC publicou uma nota no OESP afirmando sua posição de independência em relação ao governo estadual, enfatizando que a liderança na

<sup>156</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 44.

<sup>157</sup> CHAIA, op. Cit., p. 37.

Assembleia seria exercida por Jânio:

“O Partido Democrata Cristão, em reunião do Diretorio Estadual, examinando a atual situação política do Estado, deliberou por votação unanime, reafirmar a sua posição de absoluta independencia (...) Colocando-se nessa posição, é evidente que o P. D. C. não pleiteará, como não pleiteou, cargo algum na administração publica. E assim, renova a confiança na independencia de sua bancada, sob a liderança do deputado Janio Quadros”.<sup>158</sup>

A nova composição da Assembleia foi empossada no dia 14 de março de 1951, tendo a participação dos representantes das altas patentes militares e do governador Lucas Nogueira Garcez. Sob a presidência do jurista Brasília Machado Neto, todos os novos deputados tomaram posse e, logo na primeira cerimônia, após a reunião dos líderes partidários, Jânio fez seu primeiro discurso. Na verdade, foi uma moção de protesto em relação à situação do periódico *La Prensa*, opositor do governo de Perón na Argentina.<sup>159</sup>

No momento em que se instala esta Assembléia, desejo manifestar minha repulsa às violencias que alcançam a tribuna da opinião livre chamada “La Prensa”. O jornal portenho, pela sua tradição de fidelidade ao regime popular, pela sua altanaria, desassombro e independência ante a brutalidade totalitária e pela sua intrepidez e firmeza no instante do martírio que o silencia (...) além de exemplo inesquecível, a medida da extensão e do preço das franquias democraticas e o sentido desumano e monstruoso dos governos de opressão. A voz libertária que emudece nas Américas nos lembra quando morre, sr. presidente, que a liberdade não é uma concessão, mas uma vitória de cada dia.<sup>160</sup>

Como deputado estadual, Jânio buscou ampliar seu capital político para todo o estado de São Paulo, mantendo sua forma de atuação de quando era vereador. Obviamente teve resistência, pois na Assembleia as movimentações políticas eram mais complexas do que na Câmara Municipal. E logo nas primeiras sessões, Jânio já causou grande discussão em plenário, ao contestar uma medida tomada no fim da legislatura passada, de abolir as sessões durante os sábados<sup>161</sup>. Os parlamentares posicionaram-se ao lado da Mesa da Assembleia, sendo que até seu colega de partido, Manoel Vitor, entrou em rota de colisão com Jânio:

manteve com seu correligionario uma discussão acesa, embora em termos de urbanidade. Chegou a dizer-lhe que sua atitude perturbava o andamento dos trabalhos e se contrapunha a uma decisão tomada de comum acordo com todos os

<sup>158</sup> OESP, 21.01.1951.

<sup>159</sup> Desde 1950 o governo argentino vinha fechando o cerco contra a publicação, que era opositora ao regime. Aos poucos, o jornal foi perdendo cada vez mais apoio do governo (e de anunciantes) para a obtenção do papel para a confecção de suas edições diárias, chegando a sua extinção, em 13 de abril de 1951. Para maiores detalhes, ver CAPELATO, 2009, op. Cit., p. 73-95.

<sup>160</sup> OESP, 15.03.1951; também se pronunciou outras vezes sobre a liberdade de imprensa, como a defesa do jornal “O Dia”, de ideologia comunista; ver dia 10.11.1951.

<sup>161</sup> OESP, 17.03.1951.

dirigentes das bancadas. O sr. Janio Quadros, por sua vez, declarou que só se sentia obrigado a cumprir decisões da Assembléia e não dos líderes. Acrescentou que votaria contra o projeto, por considerá-lo inoportuno e inconveniente.<sup>162</sup>

Na formação das comissões da Assembleia, Jânio entrou em duas: Justiça e Higiene<sup>163</sup>. Na primeira, trabalharia junto com três representantes do PSP (Teixeira de Camargo, Leonidas Camarinha e Lino de Matos), dois do PTB (Cássio Ciampolini e Valentin Amaral), e representantes do PSD (Lincoln Feliciano), do PTN (Alberto Andaló) e do PR (Sales Filho). Na segunda, teria como parceiros dois do PSP (Martinho Di Ciero e Pedro Fariganelo), e representantes do PTB (Conceição Santamaria, única mulher no plenário), do PSD (Bravo Caldeira), do PTN (Pinheiro Júnior) e do PR (Queiroz Teles).<sup>164</sup>

A defesa dos trabalhadores continuou sendo uma tônica de Jânio durante os trabalhos. Ao saber de possíveis abusos de policiais sobre vendedores ambulantes na cidade de São Paulo, questionou a Assembleia e o Executivo paulistano, pedindo maiores explicações sobre o porquê daquela ação:

“Requeremos no Poder Executivo informar: 1º) Como se explica que a polícia esteja prendendo os ambulantes por dois ou três dias nos xadrezes da 1º Delegacia, fazendo-os remover, a seguir, para o presídio do Hipodromo, onde são legitimados ou qualificados como vagabundos? 2º) Cuida-se ou não de incontável violência contra homens ao gozo de licenças municipais e estaduais expedidos para todo este exercício, pauperrimos e desamparados, muitos dos quais sem meios ou modos para ganhar a vida em outra profissão e até incapacitados, fisicamente, para outra profissão? 3º) Como se explica o desaparecimento das mercadorias tomadas aos ambulantes quando presos, cujo valor oscila entre dois mil e quinhentos e três mil cruzeiros, representada por frutas estrangeiras, enquanto o carrinho do negocio é abandonado? Qual o destino que têm essas frutas e qual o caráter legal de sua apreensão pela polícia? 4º) Quais as providencias urgentes, adotadas pelo governo para fazer tratar os ambulantes com a dignidade que a numerosa classe, de cerca de cinco mil pessoas, reclama, sem arbitrio, sem brutalidade, sem o desvio suspeito de suas mercadorias, sem a prisão e a legitimação ilegais, que ora ocorrem?”<sup>165</sup>

A relação com os bancários também foi uma tônica muito comum aos discursos de Jânio. O ano de 1951 foi marcado por intensas disputas entre o sindicato e os banqueiros em relação a aumentos e melhorias nas condições de trabalhos para esses empregados. No dia 28 de agosto, teve início uma greve generalizada em São Paulo, uma vez que não houve acordo entre os grupos para as reivindicações. A todo momento, Jânio colocou-se ao lado dos bancários, pedindo compreensão aos banqueiros para analisar melhor a situação de seus empregados.<sup>166</sup>

E, além dos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais também estiveram dentro dos

<sup>162</sup> OESP, 17.03.1951.

<sup>163</sup> Em 1952, deixou a comissão de Higiene para integrar a comissão da Indústria.

<sup>164</sup> OESP, 21.03.1951.

<sup>165</sup> OESP, 16.05.1951.

<sup>166</sup> OESP, 30.08.1951.

projetos de lei apresentados por Jânio, sendo um deles um pedido de regulamentação de sítios e fazendas ocupadas por pequenos produtores rurais, mantendo assim garantias de que essas terras não pudessem ser tomadas futuramente, nem pelo Estado e nem por produtores de maiores rendas.<sup>167</sup> Também foi várias vezes ao plenário para proposições pontuais, como providências do Executivo para baixar o preço do pão francês, considerado abusivo para os trabalhadores;<sup>168</sup> de maneira geral, a ênfase no trabalhador era vista por Jânio como uma forma de exercer verdadeiramente a democracia, salientando que sem a justiça no trabalho o sistema democrático não conseguiria se firmar:

O orador acentuou os perigos que a incompreensão e a obstinação patronais podem causar á estabilidade da ordem social no País, afirmando que atitudes dessa natureza “são muito mais nocivos à democracia do que todos os inimigos ostentivos ou ocultos que a legitima investidura das urnas já teve ou possa ter”.<sup>169</sup>

A questão da moralidade na política também foi bastante forte. Jânio fez alguns apelos à Assembleia para que os partidos políticos levassem as instituições mais a sério, procurando indicar para as candidaturas pessoas consideradas dignas de postos na política, e não apenas aqueles que queriam se aproveitar do poder público para interesses particulares: *Temos pela frente – declarou – uma oportunidade magnífica para “higienizar” de vez a ação política em nossa terra. É preciso, sem duvida, esmiuçar a vida pregressa de quantos se apresentarem a rogar os favores do eleitorado.*<sup>170</sup>

Além disso, todos os casos em que existiam uma pequena margem de corrupção (tanto na classe política quanto na social) Jânio denunciava em plenário, como um caso envolvendo extorsão nas avaliações do trânsito:

Contou o declarante que, depois de prestar três exames, suportando uma serie de exigencias que lhe pareciam estranhas e absurdas, saiu numa nova experiência, com um dos examinadores e um cidadão. Este, a certa altura, perguntou ao seu companheiro: “Como é, vamos aprovar?” E o sr. Guimarães respondeu: “Não, não estou gostando, o rapaz esta muito sem jeito”. Ao declarar que ignorava qual pudesse ser aquele “jeito”, um dos homens retrucou-lhe textualmente, numa clara insinuação: “Como, você não sabe? Você já é antigo e já sabe de tudo!”<sup>171</sup>

Os casos de corrupção dentro da política também foram levantados em várias situações pelo deputado, como a denúncia de uma funcionária da Secretaria Estadual da Agricultura que, sem motivos aparentes, viajou aos Estados Unidos e estabeleceu-se lá com verbas públicas, sem prejuízo

---

<sup>167</sup> OESP, 25.08.2951.

<sup>168</sup> OESP, 11.06.1952.

<sup>169</sup> OESP, 07.08.1952.

<sup>170</sup> OESP, 23.06.1951.

<sup>171</sup> OESP, 09.08.1951.

de seus vencimentos mensais<sup>172</sup>, ou de um delegado que quase o agrediu na sede do DEOPS após ser questionado sobre sua decisão de prender o presidente do Sindicato dos Bancários sem fundamentação jurídica<sup>173</sup>.

Assim que o governador e os deputados tomaram posse, o PSP buscou o maior número de aliados possíveis para compor uma frente partidária, evocada em nome da governabilidade (tal medida fora adotada no governo de Dutra, que passou boa parte de seu mandato praticamente sem oposição). O PDC foi um dos partidos procurados, e parte considerável da agremiação sinalizou positivamente para apoiar o governo, buscando ocupar cargos e ter, assim, maior visibilidade nacional. Embora o partido tivesse se empenhado na campanha derrotada de Prestes Maia, não houve muita hesitação de grande parte de seus membros quando chamados para “contribuir com a governabilidade”. O Partido Democrata Cristão, embora defendesse a moralidade política e distribuição de renda mais justa, não possuía uma diretriz ideológica muito clara, geralmente baseada em opiniões bastante gerais sobre os mais diversos assuntos, dando margem para interpretações distintas. Era difícil saber se o partido era de esquerda, de direita ou de centro; se apoiava ou era oposição a qualquer governo<sup>174</sup>.

Os deputados eleitos pela sigla entraram em conflito direto com Jânio, pois todos eles eram favoráveis à participação do partido no governo de Garcez, contra ferrenha oposição do ex-vereador. O próprio plenário da Assembleia foi palco de muitas discussões entre eles, demonstrando que a situação entre os parlamentares beirava o insustentável. Na sessão do dia 04 de junho de 1951, um dos deputados do PDC, Manoel Vitor, acusou Jânio de ser mais “demagogo que oneroso”, e que seu pensamento não representava o pensamento do PDC, tendo violenta troca de apartes entre os dois deputados e, posteriormente, discurso de Jânio refutando as falas de seu colega de partido.<sup>175</sup>

Como resultado desta disputa, três dos cinco deputados estaduais do PDC foram expulsos do partido, que mantivera a orientação de neutralidade e independência em relação ao governo (ficaram apenas Yukishigue Tamura e Jânio Quadros)<sup>176</sup>; estes deputados expulsos filiaram-se ao PSP. Tal questão fortaleceu bastante a imagem de Jânio: principal articulador da postura “neutra” do PDC, o deputado dava uma demonstração de que seus atos políticos não podiam ser resumidos somente a atos estapafúrdios, falas contundentes e identificação com o povo: seu capital político estava cada vez mais consolidado, e sua figura passara a ser cada vez mais considerada pelas principais forças políticas paulistas; além desse aspecto, também manteve postura opositora ao

---

<sup>172</sup> OESP, 22.08.1951; na sessão de 15.07.1952, Jânio novamente questionou essa prática da mesma secretária, que desta vez mandara três funcionários para fora do país, também com verbas públicas e sem prejuízo em seus vencimentos.

<sup>173</sup> OESP, 04.09.1951; no ano seguinte, ao tentar mediar uma greve nas empresas do italiano Conde Matarazzo, Janio também quase foi agredido – OESP, 08.08.1952.

<sup>174</sup> Busetto, op. Cit., p. 65 a 86.

<sup>175</sup> OESP, 05.06.1951.

<sup>176</sup> CHAIA, op. Cit., p. 55.

governo de Getúlio Vargas, criticando-o várias vezes nas tribunas da Assembleia.<sup>177</sup>

Embora não tenha tido o mesmo número de projetos apresentados em relação a sua atuação enquanto vereador, Jânio buscou manter o mesmo perfil que criara ao longo de seu mandato anterior: o incansável trabalhador honesto, que usava a política como um meio de fazer o Estado cumprir seu papel de mantenedor da ordem e dos bons costumes da sociedade, propiciando uma vida melhor para todos. Pronunciou-se várias vezes contra o mau uso das instituições públicas denunciando, por exemplo, a falta de funcionários no Judiciário em São Paulo, que prejudicava o andamento dos processos na região<sup>178</sup>, além de apontar possíveis favorecimentos de políticos para familiares, como foi o caso do senador paulista Euclides Vieira (PSP), que teria conseguido uma barraca de peixe em local privilegiado dentro do mercado municipal paulistano para seu filho:

Convido qualquer interessado, desassistido de papai “pai da Pátria”, á obtenção das mesmas facilidades. Experimente quem o quiser... No mais, lamento haver quebrado o significativo silêncio que o senador vem mantendo, quer como cidadão, quer como representante paulista na Camara Alta. Quase diria que é esse silêncio que o associa, naquele entreposto, ao negocio do peixe.<sup>179</sup>

Ainda fez inúmeras denúncias relacionadas ao governo de Adhemar de Barros, como a aquisição de vários barcos novos que estavam parados no litoral paulista<sup>180</sup> e de tratores adquiridos sem licitação pelo Executivo paulista<sup>181</sup>, ou apontando as irregularidades que levaram à grave rebelião na Casa de Detenção em São Paulo (que culminou com vários mortos, entre presos e policiais), local o qual havia sido visitado por Jânio algumas vezes<sup>182</sup>. Juntamente com Cid Franco e Carvalho Gomes, pediu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar melhor o caso.<sup>183</sup>

Foi um dos poucos a defender decisão judicial de não aprovar as contas de Adhemar quando governador em 1947 e 1948 embora não alcançasse sucesso, uma vez que os deputados do PSP e dos partidos aliados fizeram algumas manobras para adiar a votação, estendendo a sessão da Assembleia por várias horas visando à vitória “pelo cansaço”, fazendo com que as contas fossem aprovadas ali no Legislativo. Procurando usar a mesma tática dos opositores, Jânio ficou mais de cinco horas com o direito de discursar (vários deputados da oposição pediam a vez para falar e cediam para o deputado do PDC), evocando ali da tribuna o absurdo de tudo aquilo que estava ocorrendo no recinto.<sup>184</sup>

---

<sup>177</sup> OESP, 20.04.1951.

<sup>178</sup> OESP, 25.03.1952.

<sup>179</sup> OESP, 03.04.1952.

<sup>180</sup> OESP, 21.06.1952.

<sup>181</sup> OESP, 24.09.1952.

<sup>182</sup> OESP, 24.06.1952. Logo que a situação foi normalizada, Jânio voltou a falar do episódio (sessão de 01.07.1952), apontando que os problemas que levaram à rebelião continuavam existindo.

<sup>183</sup> OESP, 04.07.1952.

<sup>184</sup> OESP, 13.09.1951.

Os ecos dessa confusão continuaram nas sessões posteriores. Na sessão do dia 14/09/1951, o assunto novamente voltou à pauta, com a mesma manobra dos partidários de Adhemar e também a mesma prática de Jânio na tribuna, o que ocasionou ainda mais confusão:

o sr. Jânio Quadros se alongou na crítica às contas do ex-governador, que qualificou, eufemicamente, de “inescrupuloso”. Aparteava-o constantemente o sr. Vitor Malda, da bancada pessepista e relator da matéria na Comissão de Finanças, o qual, a certa altura, se declarou apto a responder quaisquer esclarecimentos sobre a controversa questão, “pois tinha no bolso todas as leis”.

A isto o sr. Jânio Quadros, que em mais de uma ocasião zombou do fragil antagonista, retrucou que talvez fosse essa a razão de andarem os bolsos do representante governista “tão volumosos” (...) Fisionomias transtornadas pela colera, vociferavam os representantes da situação por todos os lados, de mistura com os tímpanos que o presidente fez à soar ininterruptamente, originando-se terrível confusão, que só a custo cessou (...) Não faltou nem mesmo um princípio de pugilato, começado pelo sr. Narcísio Pieroni, que investiu contra o sr. Yokishigue Tamura, e agravado pelo deputado Mendonça Falcão, o qual, cedendo mais uma vez a seus pendores pela luta livre, empurrou violentamente o representante do PDC.<sup>185</sup>

Esse conjunto de fatores acabou levando Jânio a renunciar ao posto de Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa. Eleito no começo dos trabalhos devido a sua expressiva votação e pelo tamanho da bancada do PDC, chegou a presidir várias sessões, na ausência dos titulares; no entanto, Jânio apontou que a mesa fora conivente com a maioria dos parlamentares no caso da aprovação das contas:

“Sr. Presidente. Nesta data renuncio, em caráter irrevogável, à 2º vice-presidência da Assembleia Legislativa. Faço-o porque existe, a meu ver, absoluta incompatibilidade moral entre a Mesa e este deputado, e eu não poderia, sem constrangimentos a vexames, continuar a compô-la (...) Sai o vice-presidente que nunca usou um carro oficial; que nunca requisitou um funcionário que não tinha ninguém a servi-lo; que não possuía gabinete. Sai como entrou: olhando vv. exsa. nos olhos. Sem malícia, nem temor”.<sup>186</sup>

Ainda por conta destes acontecimentos, Jânio expandiu suas críticas para a política nacional, ao falar do aniversário da atual Constituição e o que os políticos vinham fazendo dela até então:

“Transcorre hoje o aniversário da Constituição da República, documento que alforriou um Povo. Creio, não vem sendo obedecida, na letra e no espírito. Certo, não a aplicam, sequer nos mandamentos básicos. Mas, é sempre uma fortaleza coletiva e um escudo individual a proteger todos e cada um contra o arbítrio, o fanatismo e a opressão (...) Apesar, porém, da estultice ou da malícia, segue a Nação, embora tropega, pela estrada que pode conduzir á plenitude da liberdade político-econômica. Basta, para que esse elevado fim seja colimado, que juremos todos defender a lei suprema, que nos rege, e cumpri-la, á exaço”.<sup>187</sup>

<sup>185</sup> OESP, 15.09.1951.

<sup>186</sup> OESP, 18.09.1951.

<sup>187</sup> OESP, 19.09.1951.

Além desse foco, buscou discutir e influenciar a Assembleia em outros aspectos, tais como: sistema penitenciário, segurança pública, ensino noturno para trabalhadores, construção de casas populares, abrigo de artistas antigos que não tinham mais condições de trabalhar, campanhas educativas para prevenir acidentes no trânsito, concessão de auxílios aos estudantes e trabalhadores de ferrovias, defesa de interesses do consumidor, entre outros assuntos.<sup>188</sup>

Mantendo o *habitus* de versar sobre os inúmeros problemas sociais e propor soluções dentro do ambiente político, Jânio buscava manter as bases políticas que o levaram até ao posto de deputado. Além disso, essa manutenção demonstrava para boa parte dos eleitores que Jânio era, de fato, um político diferente: não preocupado em agradar seu próprio partido ou outros políticos, procurava abranger os interesses de toda a população, daqueles que votaram acreditando que sua vida, de fato, mudaria. Assim, a fronteira do político era, de certa forma, expandida: as problemáticas de todo o estado eram trazidas para a Assembleia, da mesma forma que as problemáticas relacionadas ao funcionamento do local eram levadas para fora através de visitas que o político realizava, fazendo com que muitos populares partilhassem de sua visão política:

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura. (...) <sup>189</sup>

Por fim, Jânio manteve a prática de receber as pessoas em seu local de trabalho para ouvir suas queixas, assim como fazia enquanto vereador. Logo no começo de seu mandato, foi questionado por parte da imprensa e dos deputados sobre essa prática, sendo acusado de receber pessoas para atividades “suspeitas” na Assembleia (por supostos favorecimentos), o que o deputado protestou veementemente:

“Não recebo amigos nem correligionários. Recebo o povo, sem distinção de ordem afetiva ou partidária. Não conheço, sequer, todas as pessoas que vêm à minha presença: não discuto com elas política de facção; não tenho na Capital ou no interior um só diretório, não possuo zonas de influência, não atendo proceres nem dirigentes” (...) <sup>190</sup>

A relação entre esses *habitus* distintos demonstram as convergências e divergências possíveis entre alguns grupos dentro de um espaço em um tempo determinado. No caso do estado de São Paulo nesse início de década de 1950, a região passava por um momento dúbio na economia:

<sup>188</sup> CHAIA, p. 39-40.

<sup>189</sup> BOURDIEU, 2000, op. Cit., p. 165.

<sup>190</sup> OESP, 22.05.1951.

ao mesmo tempo em que as indústrias desenvolviam-se a um ritmo rápido e os donos dessas indústrias concentravam cada vez mais renda, a venda do café caía cada vez mais, e o Brasil perdia força na exportação por conta da desvalorização de sua economia, que prejudicava o comércio exterior.

Os trabalhadores urbanos industriais, embora com mais empregos, continuavam com baixo poder aquisitivo, não possuindo um padrão de vida razoável. Além disso, os serviços oferecidos pelo Estado não agradavam, havendo carência de saneamento básico e de atendimento nos estabelecimentos de saúde em várias cidades, além da problemática relacionada ao abastecimento de alimentos, prejudicada pelas constantes altas no preço e pelas medidas do governo para evitar esse aumento, trazendo prejuízo aos comerciantes.

Em relação a esse último aspecto, em uma das sessões Jânio levantou o problema do abastecimento da carne no estado, principalmente na capital. Em um de seus famosos bilhetes, Jânio pediu esclarecimentos ao executivo paulista sobre as causas pelas quais a carne faltava e a pouca que tinha estava com um alto preço, sendo que o estado de São Paulo exportava mais de 800 toneladas por semana para o estado do Rio de Janeiro. O deputado criticou severamente todas as instâncias de poder (principalmente as figuras de Vargas, Garcez e do prefeito de São Paulo, Armando de Arruda Pereira) por permitir tal disparidade.

Além da problemática da carne, ainda salientou a precariedade de boa parte dos alimentos vendidos, acusando novamente o Executivo de faltar com a fiscalização nesses locais, permitindo com que alguns fornecedores deixassem para a venda local somente produtos sem condições de uso, exportando os de boa qualidade. Na sessão do dia 07/08/1951, Jânio passou em uma feira livre e comprou um litro de leite, que estava podre; ao começar seu pronunciamento, retomou o assunto da má conservação dos alimentos e mostrou o leite a todos os presentes:

Denunciava tanto o mercado negro de produtos básicos como o sal e o açúcar, quanto os preços exorbitantes da carne e do leite (...)  
Para comprovar a má conservação dos alimentos consumidos pela população, Jânio Quadros levou ao plenário da Assembléia Legislativa um litro de leite podre, para que seus colegas confirmassem *in loco* como o alimento estava deteriorado (...)<sup>191</sup>

Jânio também abordou assuntos de interesse nacional em seus discursos, como, por exemplo, uma série de pronunciamentos sobre a questão do petróleo no Brasil. Desde fins da década de 1940, havia um grande debate relacionado à nacionalização da extração desse minério, cujo projeto culminaria na criação de uma estatal petrolífera, a *Petróleo do Brasil*

---

<sup>191</sup> CHAIA, op. Cit., p. 40-41; outros produtos como carne e farinha também foram temas de debates por conta das falas do orador, além de feijões estragados serem mandados para a Secretaria da Agricultura, como foi feito na sessão de 28 de maio de 1952.

(PETROBRAS)<sup>192</sup>; embora OESP não fosse favorável a criação da estatal<sup>193</sup>, houve espaço para pequenas notas de informações sobre os pronunciamentos de Jânio, que era favorável a nacionalização, entendendo que esse ato defenderia os interesses brasileiros frente ao capital estrangeiro<sup>194</sup>.

A situação política no estado tornara-se bastante instável. Logo que assumiu o governo paulista, Lucas Garcez e Adhemar de Barros entraram em conflito: o ex-governador desejava ter o controle em vários aspectos no governo estadual e também no federal, pois tinha desistido das suas candidaturas tanto para presidente como de senador para participar ativamente da campanha de seu então secretário Garcez e de Vargas. No entanto, o presidente não cedeu o tanto de espaço que Adhemar esperava a nível federal, e nem o governador paulista: este nomeou várias pessoas contrárias às indicações adhemaristas, causando grande desconforto entre os simpatizantes do ex-governador. Uma das exigências de Adhemar era que o governo fosse composto somente por membros do PSP, medida que se chocava com a ideia de um governo de coalizão proposta por Garcez, que distribuiu cargos para outros partidos (Secretaria do Trabalho para o PTB, Secretaria da Agricultura para o PSD, Secretaria da Justiça para o PRP), além de indicar vários nomes técnicos que, embora filiados ao PSP, não faziam parte da cota política propriamente dita; no entanto, o rompimento só não foi total porque cargos e homens de confiança de Adhemar foram colocados no governo, como o secretário da Fazenda (Mário Beni) e o secretário da Educação (Lino de Matos).<sup>195</sup>

A disputa pelo poder no estado era muito forte, aspecto pelo qual OESP criticava duramente o Executivo paulista, sempre associando-o ao governo federal; no caso da falta de carne, açúcar e outros gêneros, o periódico também posicionou-se sobre o assunto, associando a escassez desses produtos aos problemas de ambos os governos

Há no Rio de Janeiro um governo “populista” que prometeu ao povo libertá-lo dos perigos da fome e da miséria. Em S. Paulo, ha outro governo “populista”, que tem compromissos no mesmo sentido e que foi eleito pelo “ademarismo” com a ajuda do “getulismo”. E é neste momento que dois artigos alimentícios de primeira necessidade [carne e açúcar] se somem do comercio, onde não o encontram bastantes os consumidores ou têm de abastecer-se no cambio negro, a preços extorsivos.<sup>196</sup>

---

<sup>192</sup> CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias***. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP Assis, 2005, p. 25-95.

<sup>193</sup> CARVALHO JR, op. Cit., p. 96-109.

<sup>194</sup> OESP, 02.04.1952; as outras notas foram publicadas em 09 de abril

<sup>195</sup> CHAIA, op. Cit., p. 75-76.

<sup>196</sup> OESP, 23.05.1951. Na edição do dia 1º de junho desse mesmo ano, o OESP dedicou a primeira página e longas reportagens sobre a crise do açúcar, tendo como manchete a frase PORQUE FALTA AÇUCAR EM SÃO PAULO.



Com o desenrolar do governo Garcez, a situação foi ficando mais complicada, uma vez que o conflito entre os dois principais nomes do PSP aumentou consideravelmente. Além dessa questão, a relação entre a seção paulista do PTB e o diretório nacional era cada vez mais tensa, pois Adhemar havia se aproximado dos trabalhistas paulistas para a composição de chapa na eleição, e a direção nacional do partido (em especial Vargas) não via com bons olhos essa aproximação, já que era grande o receio de que Adhemar conseguisse estabelecer uma forte base eleitoral entre o operariado paulista, enfraquecendo os trabalhistas e fortalecendo o nome do político paulista a nível nacional. Além disso, havia uma negociação entre lideranças petebistas e Adhemar para uma possível fusão das siglas, o que fortaleceria ainda mais a figura do ex-governador como grande liderança no PTB, rivalizando internamente com Vargas.<sup>197</sup>

Por conta dessas movimentações, no início de 1951, a sessão paulista do partido foi destituída pelo diretório nacional, sendo reintegrado ao partido a figura do então desafeto Hugo Borghi, como uma forma de conter a aproximação excessiva entre PTB e PSP.<sup>198</sup> Nesse mesmo ano, foram realizadas eleições municipais, e as disputas entre Garcez e Adhemar ficaram cada vez mais acirradas. No entanto, durante a campanha ambos diminuíram o tom da discussão, temendo perda de votos para seus candidatos.

Na Assembleia Legislativa, a situação para o governador era diferente, uma vez que o acordo interpartidário garantia-lhe pouca discussão e muita aceitação em torno de seus projetos. Poucos políticos arriscavam-se na oposição, sendo Jânio Quadros o que sempre marcava algo contra, seja acusações frontais de corrupção e má gestão governamental, seja comentários irônicos em relação à situação do estado no contexto, juntamente com seu “parceiro” Cid Franco.

O secretariado de Garcez não era poupado por nenhum dos dois; ácido crítico da gestão na pasta da Educação, Jânio questionou em plenário uma passeata a favor do secretário

O orador protestou contra o fato, que faz reviver os tempos ditatoriais, acrescentando que os estudantes da Praça da República passaram pelo edifício da Secretaria da Educação, sob um sol escaldante, por volta das 9 horas. O comunicado que os jornais divulgaram é atribuído ao Serviço de Legislação e Publicidade da Secretaria da Educação. Dizendo ser a notícia inacreditável, o sr. Jânio Quadros qualificou de escandalosa e deprimente para São Paulo a atitude dos aulices que organizaram a passeata de ontem.<sup>199</sup>

Os parlamentares também não foram poupados pela oratória de Jânio; em uma das sessões, denunciou o caso do vereador paulistano William Salem (PSP), antigo desafeto que ocasionou grave

<sup>197</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 76-77.

<sup>198</sup> BENEVIDES, Maria V. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 48-49.

<sup>199</sup> OESP, 15.11.1951. Na sessão de 24 de abril de 1952 (publicada no OESP no dia seguinte), Jânio fez graves acusações pessoais ao secretário, afirmando que ele desviava dinheiro para interesses pessoais; no entanto, essas críticas já vinham desde o início de seu mandato. Em 05 de maio, também questionou a idoneidade do governador, que teria nomeado sua cunhada para o cargo de escrevente.

acidente no trânsito e, embora considerado culpado, ainda assim foi prestar queixa à polícia pedindo indenização da vítima (um menino, que morreu atropelado pelo carro conduzido por Salem; embora Jânio não tenha falado o nome do parlamentar em plenário, o caso ganhou ampla repercussão na imprensa naquele período).<sup>200</sup>

E tal oposição fez com que, em uma das sessões, a violência física estivesse novamente presente no recinto. Ao acusar um parlamentar do PSP de defender vários erros cometidos pelo diretor da Faculdade de Direito da USP (este parlamentar era aluno da instituição), Jânio e o deputado Amaral Furlan chegaram às “vias de fato” dentro da Assembleia:

Achava-se o sr. Janio Quadros na tribuna, reafirmando declarações que fizera sobre a Universidade de São Paulo, no que se refere á situação do professor Braz de Sousa Arruda. O orador, replicando ao discurso ha dias pronunciado pelo sr. Amaral Furlan, que defendeu aquele professor, sustentava suas críticas anteriores, quando se viu aparteado pelo representante do PSP, em termos que considerou inadequados (...) O objetivo do sr. Janio Quadros – disse – era apenas o de arremessar lama sobre um ilustre e digno mestre da Universidade de São Paulo (...) Nessa altura, perdendo a calma, o sr. Amaral Furlan avançou para o estrado da tribuna e segurou o deputado que a ocupava, agredindo-o a socos. Reagiu prontamente o sr. Janio Quadros, deferindo bofetadas no agressor, com quem trocou murros e pontapés, em meio a indescritível confusão. Separados os dois pelos deputados presentes, o sr. Amaral Furlan passou a dirigir pesadas ofensas ao adversário, prontamente revidadas pelo sr. Janio Quadros.<sup>201</sup>

Em 1952, ganhou força a discussão sobre a autonomia das cidades apontadas como territórios estratégicos para o Brasil.<sup>202</sup> Desde a Assembleia Constituinte, em 1946, o assunto vinha sendo debatido, sendo muitas vezes contrárias à manutenção desta restrição política; no início dos trabalhos da Câmara Municipal de São Paulo em 1948, o então vereador Cid Franco fez um requerimento para o governo federal, no intuito de procurar meios para regularizar a situação de São Paulo como cidade autônoma; uma comissão foi nomeada para visitar o Executivo em busca de explicações, sendo que Jânio Quadros fez parte dessa comissão.<sup>203</sup>

OESP, favorável à autonomia, analisou esse processo através de uma evolução natural, já que a democracia ia amadurecendo aos poucos, com a população aprendendo a votar melhor (ou, em outras palavras, votando majoritariamente em candidatos não alinhados ao poder):

Acreditamos, porém, que, por mais insensato que seja, o eleitorado andar, nesse particular, com mais prudencia que o chefe do Executivo passado. Bastaria isso

<sup>200</sup> OESP, 19.07.1952.

<sup>201</sup> OESP, 01.12.1951. Na sessão 09 de maio de 1952, Jânio quase brigou novamente, desta vez com Martinho Di Cicero (PSP), por conta de críticas feitas à Adhemar; no entanto, os dois se entenderam em uma longa conversa após a sessão.

<sup>202</sup> O assunto já vinha sendo discutido mais aprofundadamente desde o ano interior, como noticiara o OESP em algumas edições, como a de 02.07.1951

<sup>203</sup> OESP, 04.02.1951.

para darmos o nosso apoio ao projeto ora em discussão. Mas outra razão existe para que assim procedamos. É que, libertando S. Paulo e Santos da intervenção do governador nos negócios municipais, o projeto se ajusta ao espírito e à letra da Constituição federal a qual, como assinalamos no princípio, estabelece, como regra geral, a eleição de prefeitos e considera essa eleição um dos atos característicos da autonomia municipal.<sup>204</sup>

Depois de inúmeras movimentações a nível federal, no fim do ano tal dependência foi revogada, e São Paulo e outras cidades no país passariam a ter, novamente, eleições para o Executivo local. No Senado, a aprovação do projeto ocorreu com margem de votos bastante apertada<sup>205</sup>, pois vários parlamentares de outros estados não possuíam interesse na autonomia política de São Paulo, além dos políticos paulistas ligados ao PSP, que temiam perder o controle da prefeitura. No final de 1952, Jânio se manifestou favorável à autonomia, conclamando os políticos a lutarem por ela.<sup>206</sup>

No dia 10 de outubro, o projeto foi aprovado pela Câmara e assim a autonomia estava restabelecida tanto para São Paulo quanto para as outras cidades. OESP, ao destacar tal ato, levantou os desafios que o novo prefeito paulistano (que seria escolhido por votação direta) enfrentaria:

O governo desta Capital é, hoje, tão difícil como o de alguns Estados do Brasil. A população cresceu extraordinariamente e os serviços públicos não lhe acompanharam o desenvolvimento. Tudo terá que fazer o futuro prefeito para acudir aos sofrimentos da população e aperfeiçoar os serviços públicos. Não pode ser escolhido para o cargo um cidadão qualquer. Só poderá ser escolhido para ele um homem de valor e, sobretudo, um homem que não seja mero fantoche político, livremente manejado pelos majoritários da politicagem estadual (...).<sup>207</sup>

A partir dessa questão, as movimentações para a candidatura a prefeito da cidade tomaram conta do ambiente político da época, pois o posto de prefeito da maior cidade brasileira era altamente cobiçado por qualquer grupo político.

### **As eleições para a prefeitura**

A disputa pela prefeitura de São Paulo não englobaria apenas a situação local, mas sim a política estadual e nacional, uma vez que o estado de São Paulo concentrava o maior número de eleitores da época, e possuía a capital mais populosa do país<sup>208</sup> e a mais economicamente ativa. Com

<sup>204</sup> OESP, 02.09.1951.

<sup>205</sup> OESP, 21.08.1952.

<sup>206</sup> OESP, 16.09.1952.

<sup>207</sup> OESP, 12.10.1952.

<sup>208</sup> Através de dados do IBGE, em um quadro comparativo das eleições para governadores em 1950, o Estado de São Paulo possuía mais de 1.500.000 de eleitores (em um quadro de mais de 9.000.000 de habitantes), seguido de Minas Gerais, com pouco mais de 1.300.000 de eleitores; a cidade de São Paulo possuía, neste contexto, pouco mais de 2.000.000 de habitantes (com pouco mais de 400.000 eleitores). Dados consultados em [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/representacao\\_politica/1950/rep\\_polit\\_1950aeb\\_04.pdf](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1950/rep_polit_1950aeb_04.pdf), acessado em

sua população de origens étnicas diferentes e sua diversidade cultural, a cidade pulsava de várias maneiras distintas, sendo um local plural, quase impossível de falar-se em unidade cultural e social.

Tal diversidade também esteve presente na política, como o contexto estudado demonstra. A disputa entre Garcez e Adhemar chegou a um conflito declarado em torno da definição de um nome para a candidatura à prefeitura. O governo de Garcez era visto com bons olhos pelo empresariado e sua imagem ia ficando cada vez mais forte tanto a nível estadual quanto a nível nacional, tanto que começou a ser cotado como futuro candidato à sucessão de Vargas; Adhemar, que tinha perdido apoio de parte do PSP e do PTB, via cada vez mais distante suas chances de fortalecer-se a nível nacional, uma vez que essas disputas internas enfraqueceram sua base, a ponto de não oferecer garantias a Vargas de vitória em um possível pleito em 55, ameaçando a já famigerada aliança selada na eleição passada. De um lado um político em ascensão, com um governo apoiado por vários partidos e simpático aos setores mais abastados financeiramente; de um outro, um ex-governador com forte capital político mas com perda de apoios, cedendo espaço para as novas forças políticas que surgiam dentro do seu próprio campo de atuação<sup>209</sup>. Assim, o PSP caminhava para um conflito bastante sério dentro de seus quadros, que poderia influenciar o desenrolar político paulista e nacional.

Tudo caminhava para que essa fosse a única disputa política na eleição, uma disputa interna para determinar o nome que sairia vitorioso nas eleições. E tal questão era vista com bastante naturalidade nesse contexto: desde a democratização, o PSP tinha sido maioria em todas as eleições estaduais, além de estar aliado a Vargas (político mais popular da época) com a vice-presidência da república, e possuía a maioria das prefeituras e vereadores no estado.<sup>210</sup> Além disso, o farto apoio político a Garcez trazia ainda uma certeza maior de que o PSP manteria, facilmente, o domínio sobre a capital paulista.

Devido à proximidade com os trabalhadores e suas constantes visitas a regiões mais periféricas da capital, o nome de Jânio Quadros como uma possível alternativa a candidatura oficial começou a ser considerado, embora fosse consenso entre os políticos (incluindo o próprio Jânio) que dificilmente essa candidatura conseguiria um resultado expressivo. A primeira vez que o nome de Jânio apareceu como candidato a prefeito foi em 1951, quando havia grande expectativa que fossem realizadas eleições para o Executivo paulistano, juntamente com as eleições ocorridas nas outras cidades. No entanto, a Lei de Autonomia foi sancionada somente um ano depois, sendo as eleições paulistanas marcadas para 1953. O diretório metropolitano do PDC fortalecera o apoio ao nome de Jânio em 1951 por conta de seu destaque como vereador, e seu bom desempenho inicial

---

25.11.2011.

<sup>209</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 80-81.

<sup>210</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 79. O PSP fazia parte de aproximadamente 60% dos executivos e legislativos municipais, sendo que boa parte desses prefeitos eleitos não fizeram coligações durante suas eleições.

como deputado estadual. Contudo, ao longo de 1952 os membros do diretório foram se aproximando cada vez mais do governador de São Paulo. Este, defendendo a ideia de uma candidatura única e interpartidária, atraiu o apoio desses membros do PDC, que deixaram de endossar o nome de Jânio como candidato de oposição.<sup>211</sup>

A discussão em torno de um nome de consenso entre os partidos que já estavam integrados na campanha envolveu inúmeras correntes distintas: a UDN (que encontrara espaço no governo que tanto foi contrária nas eleições), o PTB (sob intervenção nacional, que procurava manter São Paulo sob “rédea curta”), o PSD, o PR, o PRP e outros partidos menores.<sup>212</sup> Em um primeiro momento, o próprio Garcez tratou do tema, sendo que uma reportagem do OESP indicou uma possível reunião “secreta”, em que o governador paulista teria se reunido com representantes do PTB (entre eles João Goulart, presidente nacional do partido), do PSD (entre eles o deputado federal Ulisses Guimarães) e da UDN (com o deputado federal Herbert Levy) para discutir uma candidatura única desses partidos na capital paulista, tendo três nomes indicados por Garcez: dois de seus secretários (Nilo Amaral, de Obras; e Francisco Cardoso, da Saúde) e o Diretor do Departamento Estadual de Estrada e Rodagens, Ariovaldo Viana<sup>213</sup>.

Posteriormente, foram indicados outros nomes, como novamente o de Prestes Maia, Hugo Borghi (possuía o apoio de parte do PTB, além de ainda manter o PTN sob seu controle), Marrey Jr. (do próprio PSP) e vários outros. Todavia, o nome de consenso acabou sendo o de Francisco Antônio Cardoso. Considerado um dos técnicos do PSP no governo e sem experiência política, Cardoso possuía um histórico de homem probo, imaculado, acima de qualquer suspeita; para Garcez, seria o nome ideal para o cargo de prefeito, sendo seu homem de confiança para administrar a capital paulista.

A vitória de Francisco Cardoso parecia mais do que certa, e o fortalecimento de Lucas Garcez como provável candidato à presidência da República no lugar de Adhemar de Barros era bastante possível, uma vez que a vitória na capital paulista seria uma prova da sua capacidade de articulação política.<sup>214</sup> Embora não fosse próximo de Garcez, OESP concordou com a escolha, uma vez que Cardoso, embora membro do PSP, era considerado um homem apartidário, que faria um governo de resgate do desenvolvimento paulistano:

A intransigência da UDN seria o trampolim de que não sabemos que demagogo ou aventureiro saltaria á conquista da Prefeitura da Capital, para nos infligir, a todos os paulistanos, as mais terríveis calamidades (...) Assim, 22 de março marcará mais uma etapa da readaptação em que vamos, para a democracia, depois de oito anos de ditadura e da fase de transição que já devia ter chegado ao seu termo, não

---

<sup>211</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 102.

<sup>212</sup> CASTRO, op. Cit., p. 68.

<sup>213</sup> OESP, 30.10.1952.

<sup>214</sup> CHAIA, op. Cit., p. 62.

fossem os fatores de perturbação e tumulto trazidos pelo divisionismo nas eleições governamentais de 47 e nas eleições presidenciais de 50.<sup>215</sup>

Em seu livro sobre Jânio, Viriato de Castro colocou que as articulações para o início de sua candidatura teriam começado em um jantar na casa do advogado Chaves de Amarante, em 28 de outubro de 1952; lá estavam presentes membros do PTB como Ataliba Leonel (ex-secretário geral do partido) e Sebastião Maurício.

Após o jantar, os homens teriam iniciado uma conversa sobre política, e os nomes começaram a aparecer como contraponto a Cardoso, inclusive os nomes dos debatedores. No fim dos diálogos, o nome de Jânio (que já se colocara como candidato em outras conversas) acabou sendo um consenso entre os presentes; também foi consenso a ideia de que ele não ganharia as eleições, dada as dificuldades impostas por uma candidatura com apoio dos maiores partidos do país, do presidente e do governador, entre outros nomes. No entanto, Ataliba Leonel acabou sendo a única voz dissonante das demais, colocando que a candidatura de Jânio tinha chances de sair vencedora:

O fato é que, explicava o “Zezinho” (apelido de Ataliba), antes de 1930 os políticos desejavam cassar a autonomia da Capital de S. Paulo, em virtude do seu eleitorado estar já muito independente, livre de qualquer controle possível dos chamados cabos eleitorais e dos partidos. Em 1953, então, o eleitorado bandeirante era um dos mais rebeldes e todo resultado era imprevisível (...).<sup>216</sup>

Mesmo com esse ponto de vista as chances de vitória de Jânio ainda eram muito pequenas, e o diretório metropolitano do PDC manteve o apoio à candidatura de Cardoso. Porém, o diretório estadual formalizou a candidatura de Jânio à prefeitura, tendo apoio do PSB e de parte do PTB, que indicou como vice o general e também deputado estadual Porfírio da Paz. Com esse conflito, o líder do diretório metropolitano João Castellar Padim e os outros que o apoiavam foram expulsos do partido; tentaram uma apelação à justiça e ao diretório nacional, mas sem sucesso (posteriormente integraram as fileiras do PSP).<sup>217</sup> No início de 1953, o PDC (sob novo comando do diretório metropolitano, tendo como liderança o vereador Antônio de Queirós Filho) publicou uma nota no OESP relatando sua situação no momento:

“O P.D.C., em face de algumas entrevistas divulgadas como matéria paga, pelos srs. Jeferson Paes e João Padin, resolve, definitivamente, esclarecer que essas pessoas não pertencem às suas fileiras, desde o momento em que desertaram do Partido e passaram a servir no campo contrário (...) Os que receberam do “ademarismo” o encargo de provocar desinteligências no P.D.C. perdem o seu tempo e o dinheiro dos financiadores da campanha. O Partido Democrata Cristão

<sup>215</sup> OESP, 18.11.1952.

<sup>216</sup> CASTRO, op. Cit., p. 63-64.

<sup>217</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 101-108.

não se afastará da linha que traçou. E não mais dará resposta ao monólogo dos que procuram a notoriedade, falando sozinhos no vazio que os envolve”.<sup>218</sup>

Outros dois candidatos foram anunciados para o pleito: o vereador André Nunes Júnior, pelo PTN e o industrial Ortiz Monteiro, pelo PST (com apoio dos comunistas). Essas duas candidaturas (em especial a de Ortiz Monteiro) foram bem vistas pelo governo estadual, pois acabariam dividindo os votos dos trabalhadores entre eles e a candidatura de Jânio, evitando qualquer tipo de ameaça à candidatura de Francisco Cardoso. A escolha para os candidatos a vice-prefeito foi bastante tumultuada, pois diferentemente dos nomes das candidaturas para a prefeitura, não havia nomes estabelecidos por consenso (como Cardoso e Jânio, em polos opostos, por exemplo); o dividido PTB paulista também forneceu o vice para a campanha da situação, que foi Fernando Nobre Filho.

O fim de 1952 e início de 1953 foram marcados na cidade paulistana pela polarização da disputa. De um lado, um candidato sem experiência política, pouco carismático e com muito dinheiro por trás de sua campanha, atendendo interesses de vários grupos econômicos e com um material de divulgação muito bem estruturado, com inúmeras viagens e palanques políticos garantidos nas mais variadas regiões da capital paulista. Por outro lado, um candidato com o visual fora dos padrões dos políticos comuns e de hábitos também fora de qualquer padrão tradicional, com uma candidatura aparentemente pobre, sem recursos, buscando no trato direto com seu eleitor ouvir seus pedidos e dizer com atenção o que poderia ser feito ou não; nos dizeres do próprio Jânio, era a campanha do *Tostão contra o Milhão*, a humildade de um trabalhador versus a opulência de um patrão:

Os excluídos identificavam-se com aquele candidato que se parecia com o homem comum, barba por fazer, aspecto de plebeu, cara de sofredor, com aparência de faminto e de doente, olheiras profundas, parecendo esgotado fisicamente (...) devorava sanduíches de mortadela, sentado no meio-fio das calçadas, para afetar simplicidade.<sup>219</sup>

Os pontos básicos da campanha de Francisco Cardoso foram expostos logo após a formalização de sua candidatura pelo OESP: criar um Plano Diretor e descentralizar os principais pontos de acesso à cidade (criando novos focos de aglomeração urbana), atender os aspectos sanitários e de higiene da população, além de melhorar o abastecimento de serviços básicos (luz, água, entre outros).<sup>220</sup> Já a campanha de Jânio foi balizada nos mesmos pontos de sua trajetória até então: moralismo público, gestão racional, muito trabalho e pouca trégua, rigidez com aqueles que não seguissem o que estava na lei, entre outros.

<sup>218</sup> OESP, 14.01.1953.

<sup>219</sup> KWAK, op. Cit., p. 71-72.

<sup>220</sup> OESP, 21.11.1952.

Além disso, um elemento já bastante explorado por Jânio e que atingiu o ápice nessa campanha foi a parceria com as Sociedades de Amigos do Bairro (SAB), pequenos grupos que se uniam procurando melhoria para os cada vez maiores e mais numerosos bairros de São Paulo, fruto da industrialização e do crescimento populacional, seja pelo aumento de número de filhos por família, seja daqueles que vinham de várias partes do Brasil (e do mundo) “tentar a sorte” na capital paulista<sup>221</sup>. Jânio tinha uma relação muito forte com a Vila Maria, bairro periférico que acabou sendo adotado como a “sede oficial” de sua campanha.

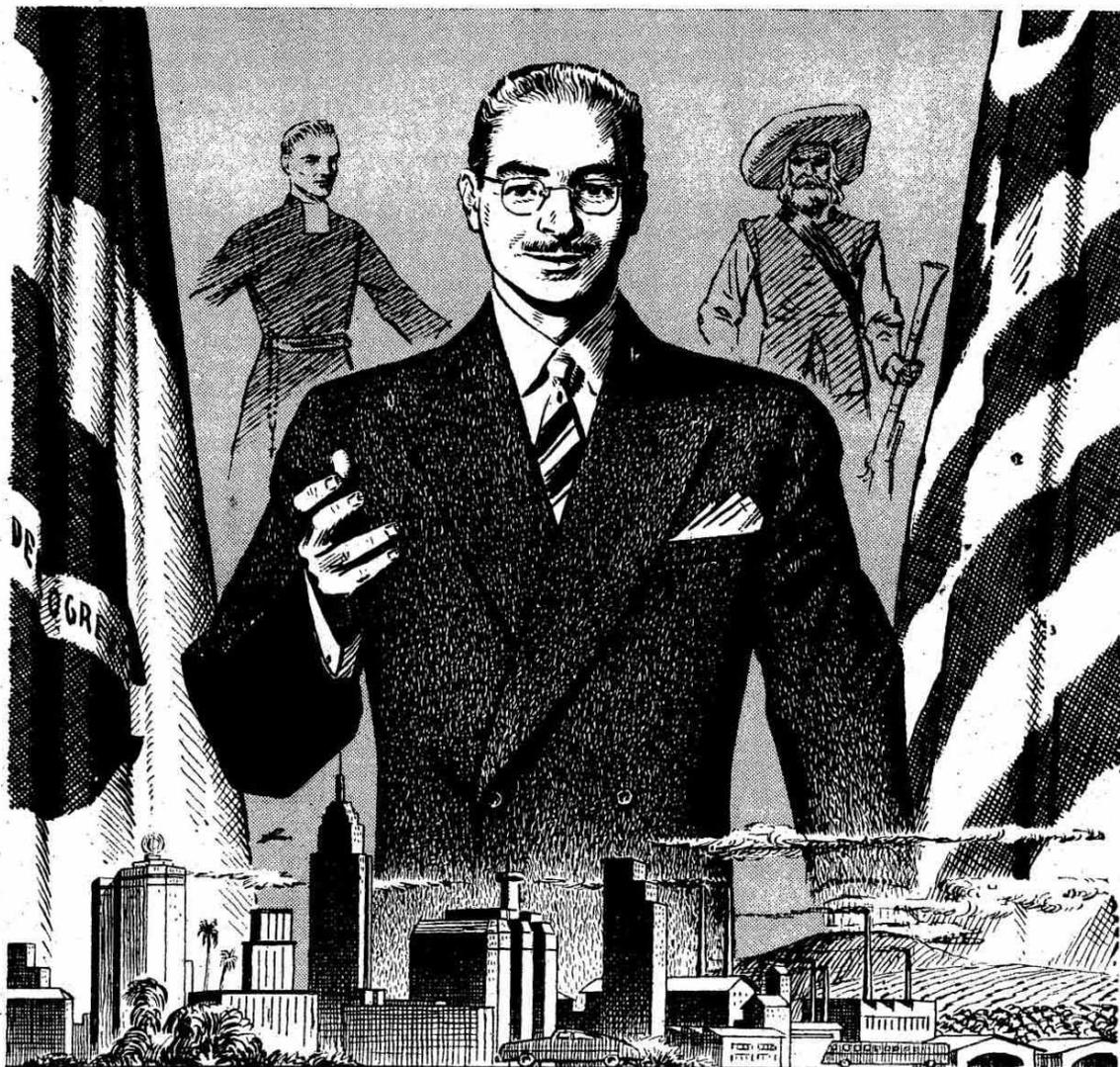
Os comícios alternavam situações: de um lado, o candidato oficial, em palanques muito bem estruturados, buscava demonstrar para a população seu trabalho junto ao governador Garcez, reforçando a visão de alguém competente e capaz de gerir a cidade, também utilizando a figura de Getúlio Vargas como vitrine; com linguagem considerada “técnica”, geralmente via seus comícios esvaziando-se conforme avançava na leitura de seus textos. Por um outro lado, a figura discrepante de Jânio, com oratória inflamada e raciocínio rápido, buscava envolver seu ouvinte a todo o momento, não fazendo promessas astronômicas, mas dialogando de forma a procurar construir um novo padrão de vida para todos independente da classe social, pois a dignidade humana tinha que ser acessível para toda na cidade, não apenas para poucos.

No início de 1953, a UDN oficializou seu apoio a Cardoso, em nome da governabilidade e do “renascimento” de São Paulo<sup>222</sup> e, desde então, OESP passou a dar amplo espaço a esta campanha, tendo parte de seu editorial e várias páginas dedicadas à propaganda do candidato interpartidário.

---

<sup>221</sup> CHAIA, op. Cit., p. 66.

<sup>222</sup> OESP, 11.01.1953.



## Mensagem à Gente de Minha Terra

### Paulistas

São Paulo faz, hoje, 399 anos. Dentro de 12 meses, a cidade completará seu quarto centenário. De todos os cantos da terra, homens seduzidos pelos índices do nosso surto econômico acorrerão a visitar o planalto de Piratininga.

Devemos empenhar-nos para que, então, a água jorre mais abundante das torneiras de todas as nossas casas - para que o milagre da energia elétrica ilumine fartamente as nossas ruas e acione generosamente, num regime de pleno rendimento, a maquinaria de todas as fábricas.

Devemos cuidar de que a nossa população e os nossos visitantes desfrutem transporte suficiente e adequado. As nossas ruas precisam ser calçadas - os bairros e as vilas reclamam saneamento, criando-se, para o Povo, condições de vida indispensáveis à própria vida humana. São Paulo exige a multiplicação das suas escolas, parques infantis, centros de saúde e postos de puericultura.

A metrópole cresceu depressa demais. E é disto que São Paulo padece, mas é também disto que São Paulo se orgulha.

A cidade, contudo, dispõe de seiva e de força para suprir aos reclamos de um progresso incoercível. Aos que não desanimam diante de obstáculos mais aparentes do que reais - e que são todos os que aqui vivem e trabalham - aos que crêem em São Paulo - o prodígio de que o Brasil se desvanecce - a minha saudação de quem acredita firmemente, profundamente, na fibra dos que estão a construir esta maravilhosa metrópole gigantesca.

*Francisco Antônio Cardoso*

**PARA UMA GRANDE CIDADE - UM GRANDE PREFEITO!**

Figura 9 – Publicação do dia 25.01.1953, evocando os mitos fundadores de São Paulo.

No dia 24/01, foi publicado o primeiro *Boletim Municipal da UDN*, espaço do jornal que seria mantido até o dia das eleições (22/03) para a divulgação da campanha de Cardoso. Estruturado na coluna superior direita da página, a publicação trazia a perspectiva de por que a UDN teria apoiado Cardoso, e quais eram as principais virtudes do candidato, além da divulgação de eventos envolvendo sua campanha:

# BOLETIM MUNICIPAL DA UDN

N.º 1

Orgão udenista da candidatura Francisco Antonio Cardoso

24 de janeiro de 1953

## INICIANDO

A partir de hoje, até o dia 22 de março, quando se ferirá o pleito que há de indicar o primeiro prefeito do município de São Paulo escolhido pelo sufrágio popular, aqui estaremos, nesta galgosa quarta da página do "Estado", em decidida propaganda da candidatura do professor Francisco Antonio Cardoso à chefia do executivo municipal.

Dirigindo-nos não só aos udenistas militantes e aos simpatizantes dos ideais que propugnamos, mas, por igual, ao eleitorado consciente da Capital, que faz do voto um instrumento de progresso moral e material e não um veículo de paixões rasteiras, queremos, com o noticiário de que, em nossos arraiais partidários, se estiver, fazendo esforçadamente em prol da eleição do nosso prestante candidato — que o é também de mais oito partidos políticos — lhes levar, outrossim, a palavra de honesto esclarecimento e de inabalável fé da União Democrática Nacional. Nesta campanha, que ora se inicia, de recuperação política e administrativa, do município alicerçada, como não podia deixar de ser, em bases moralizadoras, estamos empenhados com todas as nossas energias, e com o sentido eminentemente construtivo e desinteressado que tem invariavelmente, inflexivelmente, caracterizado sua linha de ação, de que, estejam todos certos, jamais se desviará, ligada que está de modo substancial à sua própria razão de ser.

Leal à fé jurada, sabendo honrar com decisão e dignidade os compromissos assumidos, a U.D.N. entra para esta luta com o coração alvorçado de esperanças, de esperanças de que com a vitória do seu candidato, tão bem dotado moral e intelectualmente para as arduas funções de cargo a que concorre, novos horizontes se abram à administração do nosso município e dias mais felizes alvoreçam para o nosso povo.

Para que se possam atingir tão elevados objetivos é que a U.D.N. se apresta para a refrega. Fiel às suas tradições de arraigado amor às instituições democráticas e de religioso respeito aos verdadeiros interesses do povo, aos quais se devota atendendo aos princípios da reta moral e do sã patriotismo, sem as facilidades, ao mesmo tempo, tão perigosos apelos à demagogia, à qual, desgraçadamente, tem pago o País tão pesados tributos, a U.D.N. convoca os seus religiosos, os seus simpatizantes e o eleitorado esclarecido e consciente da Capital a cerrar fileiras em torno da candidatura Francisco Antonio Cardoso à Prefeitura da Capital, nesta cruzada cívica de tamanha significação para o futuro de São Paulo e do Brasil.

## Contrastes e confrontos

### O QUE A U. D. N. COMBATE: A DEMAGOGIA

"Pelo desejo de popularidade, pela necessidade de votos, o demagogo quer assegurar-se o favor das massas; em lugar de preparar o povo para conquistar pelo seu esforço ordenado o seu verdadeiro bem, o demagogo promete bens verdadeiros e bens falsos adquiríveis sem esforço. O demagogo é um adulator: fala, não segundo a verdade, mas segundo os desejos do povo, corrompe o povo, inteligência e vontade. Seduzido e enganado pelo demagogo, o povo se atira a novas aventuras, embriaga-se de falsas esperanças, dilata suas novas exigências, forja direitos ineditos. O demagogo é um falso amigo do povo; ele ama o seu próprio interesse, não o povo; ele procura a sua própria vantagem, não o bem comum" Padre L. J. Lebrét.

### O QUE A U.D.N. DEFENDE: A VERDADEIRA DEMOCRACIA

"Aquele que ama o povo começa por esclarecê-lo, por livrá-lo da ignorância, dos preconceitos, por levá-lo a compreender a ordem total do mundo, por incutir-lhe a necessidade de um esforço contínuo e bem orientado, por prepará-lo para as grandes tarefas construtivas, por dar-lhe o senso das responsabilidades, o gosto da ascensão cultural e espiritual. Ele o convida a palmilhar um caminho ascensional, a viver de ideal, a possuir-se, a vencer-se, a aceitar as disciplinas da ação, a sacrificar-se pela justiça. Aquele que ama o povo não quer subir montado nas costas do povo, mas subir o povo com ele, mas elevar-se servindo o povo. Uma nação que quer viver deve proteger-se contra os demagogos, resistir a suas promessas, curá-los de suas ilusões, puni-los severamente por suas mentiras" Padre L. J. Lebrét.

**MARÇO**  
**22**  
**Domingo**

O eleitorado udenista comparecerá maciçamente aos colegios eleitorais para sufragar o nome do professor Francisco Antonio Cardoso como seu candidato à Prefeitura Municipal, na certeza de melhores dias para o município de São Paulo.

A abstenção aos pleitos eleitorais é o mais grave delito que o cidadão pode cometer contra o regime democrático, porque deixa o campo livre aos aventureiros de toda a espécie, que, organizados, empolgarão os postos de chefia da comunidade.

## CONVITE AOS UDENISTAS

Verificando-se hoje, às 18 horas, as anunciadas visitas do professor Francisco Antonio Cardoso à União Democrática Nacional para agradecer oficialmente a escolha que a Convenção Municipal fez de seu nome como candidato da UDN à Prefeitura da Capital, e do sr. Fernando Nobre Filho, o Diretorio Municipal da Capital vem convidar os udenistas em geral a comparecer àquela hora à sede central do Partido, a fim de manifestar ao ilustre homem público o apreço em que é muito justamente tido.

Nessa visita acompanhará o professor Francisco Antonio Cardoso o Governador Lucas Nogueira Garcez.

## Falam os líderes udenistas

Palavras do professor Waldemar Ferreira, membro do Diretorio Regional, ex-presidente da Secção de São Paulo da U. D. N. e vice-presidente do Diretorio Nacional

No regime, em que vivemos, de política brasileira, há necessidade de que os varios partidos, em determinados momentos, se congreguem para a eleição dos cargos que independem da votação proporcional, mas preçam do voto majoritário. Um desses cargos é o de prefeito municipal.

Na escolha de candidatos à Prefeitura de São Paulo, urgia propender por um homem que, desfeito ao demagogismo relutante, pudesse servir de garantia à decência administrativa.

Pareceu-nos que estava nessas condições o Professor Francisco Antonio Cardoso, moço que já havia dado mostras de sua capacidade administrativa, na Secretaria da Saúde.

Estranham não poucos que a UDN, que é partido de oposição, houvesse adotado candidatura levantada pelo Governador do Estado. Mas não há de que. Sabem todos os que nos conhecem e, de resto, nos acusam pela nossa intransigência, que julgamos agressiva, que, adotando aquela candidatura, nos animou o propósito de evitar outras que seriam desastrosas para o interesse de São Paulo, e quisemos contribuir para que se evitasse esse grande mal.

Fizemo-lo na defesa dos interesses desta grande cidade, que foi lançada, no seu crédito e na sua administração, por administradores inescrupulosos. Erramos? Cremos que não. Estamos tranquilos e convictos de que agimos para o bem-estar do povo paulista, como sempre fizemos.

Figura 10 – imagem do primeiro Boletim da UDN.

Uma das principais preocupações do *Boletim* era a abstenção do eleitorado, pois temia-se que muitos fossem viajar ou simplesmente não tivessem interesse em participar do pleito (mesmo ele sendo obrigatório). Assim, em várias edições a menção à importância do voto sempre aparecia:

O ELEITOR que não vota não é um verdadeiro cidadão. Ábdicando do direito de escolher os seus dirigentes, revela ser um comodista ou um indiferente, senão um ignorante. Entretanto, se, pela sua abstenção, somada á de outros iguais a ele, a sociedade fôr presa fácil dos demagogos e dos peculatórios, também sobre o seu lar se abaterá o infortunio, também sobre ele e sobre os seus entes recairão os males que a afligirem.<sup>223</sup>

A questão do envolvimento de Jânio na campanha é bastante significativo, marcada pela população concentrando-se e buscando sorver as palavras do orador; seus comícios, geralmente feitos na rua (em contraponto com os comícios feitos em salões alugados de Cardoso) contavam sempre com o imprevisto e com as frases de efeito, como quando, durante a noite, as luzes do local onde Jânio estava se apagaram (energia essa fornecida pela empresa Light, que tinha Jânio como *persona non grata*):

Em um desses comícios, a luz da rua apagou e, nesse momento, Jânio Quadros dirigiu-se à multidão perguntando se queria que ele continuasse a discursar com a vela acesa. A resposta foi afirmativa e, a partir daquele dia, uma frase de Confúcio, o filósofo chinês, orientou a sua campanha: “Mais vale acender uma vela do que maldizer a escuridão”. Esse símbolo significava que havia uma luz no final de um túnel escuro e que essa luz era representada por Jânio. Posteriormente, em outros comícios, o povo começou a levar velas acesas para expressar sua confiança em Jânio Quadros.<sup>224</sup>

É necessário frisar que a questão central da relação entre líder e massas dentro do populismo, que é a manipulação, não ocorreu, necessariamente, nesse caso: não havia nada que Jânio dissesse que ele já não tinha feito (pelo menos era assim que parecia à população), pois sua ascensão política era bastante recente e aquelas pessoas tinham essas referências (se ele continuaria trabalhando dessa forma como prefeito já é um outro aspecto, que só poderia ser discutido posteriormente). No entanto, houve o elemento da construção da imagem, questão bastante importante: o Jânio Quadros político era uma personagem, agindo de maneira paradigmática, sem precedentes; no entanto, aquilo não era indicativo de que ocorria em todas as situações. O político não era sempre um caricato; em boa parte das situações de contato com a população, sua conduta não era considerada excêntrica, sendo antes um atento observador e ouvinte dos problemas que os centros urbanos possuíam, comentando depois na Câmara e na Assembleia sobre tais problemáticas.

<sup>223</sup> OESP, 29.01.1953; próximo à data da eleição, o próprio Garcez dirigiu-se ao eleitorado do OESP pedindo para comparecerem ao dia da votação (texto publicado em 20.03.1953).

<sup>224</sup> CHAIA, op. Cit., p. 69.

De maneira geral, a forma como Jânio dialogava com a população era diferente de tudo o que se tinha visto até então na política brasileira:

Jânio da Silva Quadros expressa, ao mesmo tempo, linguagem verbal e não verbal, começando com uma oração verbal e terminando na forma não verbal, através de gestos e até de modificações no seu semblante, características nunca antes observadas em manifestações de caráter público (...) Seu comportamento sempre apresentou, a cada dia, uma nova faceta, mostrando-nos que o Jânio que pensávamos conhecer no seu “todo” nos contradizia, nos surpreendia.<sup>225</sup>

Embora oficialmente Adhemar de Barros apoiasse Francisco Cardoso, há indícios de que ele teria contribuído com a campanha de Jânio, tendo em vista que a derrota de Cardoso seria também a derrota de Garcez, enfraquecendo sua imagem para próximos voos na política<sup>226</sup>. Além disso, outros nomes de destaque na sociedade paulista começaram a interessar-se pela campanha de Jânio, sobretudo aqueles que possuíam problemas com o PSP ou com membros do governo, como, por exemplo, o empresário Olavo Fontoura, que concedeu espaço gratuitamente para a campanha de Jânio na Rádio Cultura (uma das maiores audiências da época).

A eleição foi se aproximando e a dinâmica política sofria alguns impactos: Cardoso não conseguia atingir um grau razoável de popularidade, mas o pacto interpartidário ainda era visto como sinônimo de vitória. André Nunes e Ortiz Monteiro divulgavam muito pouco suas campanhas, e Jânio continuava a percorrer a cidade, fazendo comícios e fortalecendo sua imagem de protetor daqueles que não podiam se defender sozinhos.

Em uma das edições do *Boletim*, foi feita uma breve análise dos concorrentes de Cardoso, comentando os problemas que cada um deles possuíam e o porquê de votar no médico para prefeito:

Janio Quadros apoiado pelas legendas do PDC e PSB, dois partidos de ideologias políticas antagonicas. Um cristão com programa que pretende atrair os catolicos desprevenidos o outro socialista, com colorido bem perto do vermelho stalinista (...) O outro candidato J. Quadros dispõe de cinco anos de tribuna na Camara Municipal e na Camara Estadual e, durante todo esse tempo nada de concreto fez para o povo ou para o nosso Estado. Diariamente, ocupava a tribuna da Camara fazendo requerimentos, provocando escandalos, mas uma vez de posse de informações requeridas não mais tratava do assunto, pois o mesmo já não vinha produzir os efeitos desejados. Esse homem que serve ao mesmo tempo a Deus e ao Diabo, o candidato do PDC aliado agora com os socialistas, não é candidato com possibilidade de vitória.<sup>227</sup>

Muitos partidários viam com desconfiança essa múltipla aliança entre partidos tão discrepantes para a eleição de Cardoso. Próximo à data do pleito, OESP voltou novamente a tratar do assunto; depois de fazer um breve histórico de como a candidatura consolidou-se (ao relembrar

<sup>225</sup> VALENTE, op. Cit., p. 37-38.

<sup>226</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 81.

<sup>227</sup> OESP, 28.02.1953.

dos três nomes indicados por Garcez, o editorial revelou que o nome de Nilo Amaral era o preferido da UDN), a publicação procurou deixar bem claro que a campanha não era pela questão dos partidos em si, mas sim um projeto para São Paulo; e, caso Cardoso não vencesse (cuja hipótese era remota), São Paulo correria sérios riscos:

A UDN já tem declarado reiteradas vezes, com verdade, que não participa da aliança paulista apenas para disputar a seu lado a Prefeitura da Capital. Visa, mais longe, a recomposição política de São Paulo para a escolha de um candidato condigno na sucessão do sr. Lucas Garcez; e, mais alto, a restauração do prestígio de São Paulo na Federação, para que possamos influir, como nos compete, com maior eficiência, nos destinos nacionais.

A vitória do professor Francisco Antonio Cardoso terá essa significação. Sua derrota importaria na derrocada de todo um programa de recuperação paulista, que fermentaria a anarquia interna e anularia a nossa posição no concerto dos Estados.<sup>228</sup>

Os últimos *Boletins* foram marcados pelos ataques às outras candidaturas, especialmente a candidatura de Jânio. Visando principalmente ao eleitorado católico mais conservador, a publicação invocava a problemática da aliança entre um partido católico e um socialista (que, gradativamente, passou a ser chamado de comunista e stalinista), além de membros do PTB que seriam voltados para esta orientação política. Assim, Jânio começou a ser visto como um herege, como alguém que renunciara ao verdadeiro cristianismo em busca de base política para um projeto pessoal (e não para o bem de São Paulo, como seria a candidatura de Cardoso). Na região paulistana de Perdizes, a igreja do local teria sido pichada por partidários de Jânio, com os seguintes dizeres: *Com o povo e com Deus*. A partir desse aspecto, OESP procurou demonstrar como a candidatura de Jânio era nociva a todos os católicos:

O Partido Democrata-Cristão que, mau grado o rotulo com que se enfeita, desenvolve esforços no sentido de ludibriar alguns catolicos desprevinidos e de boa-fé, levando-os a aceitar a candidatura do divorcista Janio Quadros á Prefeitura de São Paulo (...) Como pretender-se amparado por Deus quem serve, de maneira, indiscutivel, ao chefe de Moscou? Como julgar-se favorecido pelo amparo divino quem conspira contra a família, batalhando pelo divorcio (...) Com Deus? Nunca! Com Satanás, sim, é que ele está (...) Reflitam bem os catolicos!<sup>229</sup>

E não foram só os *Boletins* que começaram a investir mais pesadamente contra Jânio, mas também os editoriais do jornal. Falando das demagogias feitas por Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, OESP louvou o fato de que os partidos de ambos haviam aderido ao acordo interpartidário para compor a campanha de Cardoso; no entanto, a demagogia ainda não havia acabado, pois o PDC e Jânio haviam assumido esse papel:

<sup>228</sup> OESP, 03.03.1953.

<sup>229</sup> OESP, 05.03.1953.

Nesse momento, deu-se a transferencia da demagogia para o Partido Democrata Cristão, que chegara a merecer confiança e que, com esse ato, se colocou contra os mais altos interesses e os mais nobres ideais de São Paulo. Por mera manobra eleitoreira, lançou um candidato que usa a sua legenda, mas nada tem em comum com a essencia da democracia cristã e que está sendo acusado por antigos correligionarios de maçom, divorcista e anticlerical (...) Pedimos a todos os paulistanos esclarecidos sua atenção para esses fatos, que enumeramos friamente, sem maiores comentarios. Meditem sobre eles os nossos patricios que desejam São Paulo repostos na sua posição de fulcro do Brasil. Verifiquem que do seu voto pode resultar a vitoria de forças demagogicas mascaradas de cristãs e que nos levarão, se não forem freadas em tempo, a não sabemos que graves perigos. E, em consequencia, compareçam ás urnas, a 22 de março, para sufragar a candidatura do professor. Francisco Antonio Cardoso, cuja vitoria será a vitoria de São Paulo sobre as forças da destruição.<sup>230</sup>

Em outros momentos, o editorial acusou Jânio de ser ingênuo, por acreditar que os comunistas o apoiariam na campanha (estes teriam fechado com a campanha de André Nunes – embora em outras ocasiões o jornal citava que a campanha apoiada era a de Ortiz Monteiro), e de ser demagogo, por realizar inúmeras promessas nos bairros mais pobres, sem saber se poderia cumpri-las ou não;<sup>231</sup> também apontou as incompatibilidades da campanha do político do PDC, que defendia ao mesmo tempo os princípios cristãos e comunistas, fazendo tanto que uns quanto outros abandonassem sua campanha<sup>232</sup>.

Na semana final das eleições, a propaganda intensificou-se no OESP, com imagens cada vez mais bem elaboradas e instigantes do candidato interpartidário:



Figura 11 - Imagem que aparecia no rodapé das folhas do jornal nos últimos dias antes das eleições.

<sup>230</sup> OESP, 07.03.1953.

<sup>231</sup> OESP, 12.03.1953.

<sup>232</sup> OESP, 19.03.1953.



## SEJA JUIZ de si mesmo!

Você é um dos responsáveis diretos  
pela escolha de um bom ou mau governo.  
Porque é o seu voto que elege os governantes.  
Refleta conscienciosamente antes de  
tomar uma decisão. A quem dar o seu voto?  
Aos que demagógicamente fazem promessas  
jamais cumpridas - ou aos que fazem  
do seu passado de trabalho e realizações  
a justificativa para merecer o seu voto?  
Eis a responsabilidade que lhe cabe ao  
escolher o Prefeito de sua cidade!

*Vote em*

Francisco Antonio

# CARDOSO



"o candidato vitorioso"

Figura 12 – Propaganda estampada em uma das primeiras páginas do OESP dias antes das eleições

No entanto, nos últimos dias também apareceram propagandas da campanha Jânio Quadros; embora não existissem comentários favoráveis a sua candidatura, as imagens foram publicadas (mesmo que nas últimas páginas) demonstrando que, mesmo mantendo sua opinião política, OESP realmente era uma empresa, vivendo de seus anúncios para sua manutenção:

**SÃO PAULO PRECISA  
DE SANGUE NOVO!!**

**Os Bandeirantes, outrora, fundaram MATO GROSSO!  
MATO GROSSO devolve, agora, os benefícios  
recebidos dos bandeirantes, na pessoa de seu filho**

**JÂNIO QUADROS**

**UM MATO-GROSSENSE QUE VAI DAR A SÃO PAULO  
SANGUE NOVO!**

**UM MATO-GROSSENSE QUE VAI TRANSFORMAR  
SÃO PAULO NUMA NOVA METROPOLE!**

Figura 13 – Propaganda publicada no dia 19 de março de 1953.

# Milagre da confiança popular



Está irrecorrivelmente decretada a falência dos processos eleitorais que mantiveram, durante tão longos anos, o domínio e a irresponsabilidade de pequenos "clans" políticos. Resta, apenas, a ratificação nas urnas, que há de completar-se amanhã, pela incomparável firmeza da esclarecida maioria do eleitorado da Capital.

Estes últimos instantes, na véspera da decisão que as urnas vão consagrar, permitem destacar o significado admirável da posição assumida, e já agora de modo indiscutível, pela maioria de nosso povo. Está demonstrada a vitória de Janio Quadros e Porfírio da Paz, e, por isso mesmo, já é tempo de identificar-se os vencidos, os derrotados, os que decaíram da confiança popular, eis que antes exerceram, ou ainda exercem, em nome do povo, mandatos outorgados em pleitos livres e legítimos, como se espera que o seja, também, o pleito de amanhã.

Salvo a identificação pessoal de quem se fizeram verdadeiros símbolos da corrupção, na mais luxuriosa campanha personalista até hoje conhecida pelo País, nenhuma outra figura de homem público recebe, pessoal e diretamente, nesta manifestação final da decisão do povo, a rigorosa e irrecuperável condenação pública.

São muito numerosos, na verdade, os outros homens públicos que não souberam acreditar no povo e que, por essa razão, não se sentiram suficientemente fortes para afastar de si o convívio de processos políticos execráveis pelo povo. Dessa voluntária fraqueza resultou a insinceridade notória de sua conduta, também porque os seus gestos de rebeldia ao personalismo, de resistência à desfaçatez, de recusa à imoralidade, foram tornando-se cada vez mais tímidos quase ocultos no tremedal das contra-

dições, oriundas de interesses políticos que nenhum deles quis lealmente confessar de público.

Tornou-se tortuosa, além de hesitante, evidentemente artificiosa, contendo em si mesma os germes da sua desagregação, a quase inacreditável "frente única" de nove legendas vazias, sustentadas apenas pelo apego de uns poucos políticos às posições antes alcançadas e nas quais esqueceram da própria origem dos mandatos exercidos.

Pois toda a verdade seja dita: — na sua falta de decisão, no jogo subterrâneo das composições em torno de condutas inconciliáveis, no seu silêncio em face de atitudes escandalosas, nos excessos de métodos eleitorais repudiados pela dignidade popular, foram esses mesmos homens públicos que acenderam, ativaram e tornaram irrestível a rebelião das parcelas mais, esclarecidas do povo.

Esse foi o nascedouro do desinteresse popular, contra o qual os seus próprios criadores agora se voltam, na formulação de apelos cuja artificialidade é uma nova razão de desestímulo da consciência cívica do povo.

Diante da angústia que esse panorama político faz surgir no coração de todos os que alcançam a extensão dos malefícios sociais que dele decorrem, é efetivamente consoladora, pelas novas esperanças que desperta, a crescente e impetuosa força de polarização de que se constituíram as candidaturas de Janio Quadros e Porfírio da Paz.

Um único sentimento justificou e estimulou essa formidável recuperação moral e política do povo: — a confiança nos seus dois representantes, homens do povo, cuja formação pessoal se fez nesta portentosa cidade, à vista de milhares de concidadãos, e cuja vida política se desenvol-

veu de igual modo, sempre caracterizada pela mais absoluta submissão aos princípios de moralidade pessoal e de dignidade pública.

A confiança do povo nesses dois seus representantes teve o condão de criar o espetáculo arrebatador que São Paulo agora oferece à meditação de seus próprios governantes e à emulação de todas as populações brasileiras.

Estabeleceu-se um divisor de águas e os desatinos de alguns homens públicos acarretaram a contrapartida da legítima clarificação das correntes populares que já asseguraram a vitória de Janio Quadros e Porfírio da Paz. De um lado, estão três candidatos, cujo contubernio não conseguiu esconder-se aos olhos do povo, e, do outro lado, está o próprio povo, e somente ele, na comunhão de todas as suas classes, na primeira conquista direta inconfundível do seu direito de auto-governo, de deliberação sobre o que é do seu legítimo interesse.

Esse é o conteúdo empolgante da vitória que se completará amanhã, na palavra definitiva das urnas. Não se sintam banidos definitivamente os que serão superados na pugna eleitoral e que tenham o objetivo verdadeiro de servir ao povo com lealdade e firmeza. Recebam a decisão do povo como a demonstração, que é evidéntissima, de que nem tudo está perdido; pois a confiança do povo, como a fé, também demove montanhas.

São Paulo, 21 de março de 1953  
 (2a) ANTONIO DE QUEIROZ FILHO — Presidente do Partido Democrata Cristão  
 ALIPIO CORRÊA NETTO, Presidente do Partido Socialista Brasileiro  
 J. A. MARREY JUNIOR, Pelos representantes do Partido Trabalhista Brasileiro.

Figura 14 – outra propaganda, um dia antes da eleição.

Poucos dias antes das eleições foi publicada no OESP uma nota assinada por 39 vereadores

paulistanos (o total na Câmara era 45) favoráveis à candidatura de Cardoso, enfatizando suas qualidades enquanto gestor e garantindo sustentação para seu governo, em todo o mandato.<sup>233</sup>

Na quinta-feira anterior à eleição, foram feitos os comícios de encerramento; embora com fortes críticas à candidatura de Jânio, OESP dedicou um pequeno espaço para o comício do candidato pedecista na mesma página que estava relatado o comício de Cardoso; tal medida, demonstrando a polarização na cidade, procurava também reforçar a imagem de grandeza: de um lado um comício bem estruturado, com várias pessoas importantes falando (representantes do governo federal e estadual), e de outro lado um comício simples, com poucas pessoas participando (segundo o ângulo da foto que não era panorâmica, demonstrando parcialmente o local).

No dia da eleição, o editorial conclamou a população para uma realização “épica”, imprescindível para a existência de todos, valorizando quem deveria ser votado e os perigos da não eleição de Cardoso:

Sentem homens e mulheres, velhos e moços, das diversas origens, de gerações, que a Cidade está em perigo diante do mistifório que acende uma vela para Deus e outra ao diabo, carregando na mesma arca os princípios cristãos e os tóxicos extremistas para a caça ao voto em prol de alucinadas ambições pessoais e de sinistras mistificações eleitoreiras (...) A essa maré de odios e subversão, São Paulo contrapõe o seu senso de ordem, de equilíbrio e de estabilidade. Vota por um candidato ilustre pelas suas qualidades de homem de bem, que instalará na Prefeitura da Capital o regime da lei e da moral, sanando os erros do passado e zelando pela administração sob as normas da mais rigorosa linha reta (...) A batalha está ganha e só pode comprometê-la um tipo de cidadão. É aquele que se fica em casa ou sai a passeio no dia, na hora em que São Paulo precisa do seu voto. Os egoístas, os indiferentes, os preguiçosos, votam por omissão nos maus candidatos. Concorrem para o evento de maus governos (...)<sup>234</sup>

### 2.3 Resultado do pleito e conjuntura paulista

Por fim, no dia 22 de março, foi realizada a eleição para o cargo de prefeito. No dia seguinte, a apuração teve início, sendo o resultado final divulgado cerca de vinte dias depois, trazendo os seguintes dados:

Jânio Quadros – 284.922 votos (65,8%)  
 Francisco Cardoso – 115.055 votos (26,6%)  
 André Nunes Júnior – 18.663 votos (4,3%)  
 Ortiz Monteiro – 3.756 votos (0,9%)  
 Branco – 4.374 votos (1,0%)  
 Nulo – 6.350 votos (1,4%)<sup>235</sup>

Não foi só a vitória que impressionou a todos, mas a diferença de votos: Jânio teve maioria

<sup>233</sup> OESP, 17.03.1953.

<sup>234</sup> OESP, 22.03.1953.

<sup>235</sup> CASTRO, op. Cit., p. 74. Dados divulgados pelo TRE.

absoluta em praticamente todos os bairros, tanto nas regiões mais pobres como nas regiões mais ricas da cidade. Embora a campanha tenha tido elementos próximos à concepção de luta de classes (como a defesa dos pobres em relação aos mais ricos, além do combate à exploração do empregado pelo empregador), o discurso de Jânio não fomentava uma revolução nos moldes comunistas; mesmo o PSB tinha plena consciência que Jânio não era de esquerda, embora defendesse pontos que convergiam com o pensamento da antiga Esquerda Democrática.<sup>236</sup>

OESP demorou bastante para digerir o resultado, sendo que os editoriais dos dias seguintes foram todos para a análise da apuração dos votos. Em um primeiro momento, OESP foi taxativo: o povo paulistano não soube votar, e Vargas fora, de fato, o grande vencedor dessa eleição:

Infelizmente, o povo paulistano não compreendeu a significação mais profunda das eleições do dia 22. Por muitas razões (...) preferiu enfraquecer-se a si mesmo, debilitando ainda mais São Paulo (...) O regime democrático sofreu um colapso em São Paulo. Eclipsaram-se os partidos, para que em seu lugar agissem as massas. Evaporou-se assim a essência mesma da democracia, que se exprime pelos partidos com os seus programas e os seus órgãos de pensamento e ação. Foi tudo de roldão, como poderia desejá-lo o velho e renitente caudilho, ameaça permanente de ditadura contra o Brasil (...) Na realidade, é São Paulo que por suas próprias mãos se destrói como unidade politicamente organizada da Federação. E, acima disso, é a República que entra em síncope na síncope dos partidos do mais populoso e mais rico Estado do Brasil (...)<sup>237</sup>

Após esse primeiro editorial, OESP começou a apontar os vários culpados para a derrota de Cardoso: em um primeiro momento, foi seu companheiro de partido e inimigo do jornal, Adhemar de Barros, que teria falado no comício e espalhado aos quatro ventos que Cardoso era seu candidato, e que daria continuidade ao seu governo e ao governo dos prefeitos anteriores;<sup>238</sup> depois, foi a incompetência dos partidos políticos e as más administrações, tanto no governo quanto na prefeitura de São Paulo, que fizera com que o voto em Jânio fosse uma espécie de voto de protesto;<sup>239</sup> eleitores que se abstiveram de votar (dos quase 700.000 eleitores paulistanos, quase 270.000 não votaram, número que seria suficiente para Cardoso vencer Jânio)<sup>240</sup>, entre outras justificativas.

A Assembleia Legislativa também manifestou-se sobre as eleições, parabenizando os eleitos (ambos deputados estaduais) pelo feito, aprovando a seguinte moção: “*A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo manifesta aos ilustres deputados Janio Quadros e Porfirio da Paz o seu jubilo e alegria pelo magnífico resultado das urnas democráticas de 22 de março, em que o povo bandeirante os elegeu prefeito e vice-prefeito de nossa querida cidade*”.<sup>241</sup>

<sup>236</sup> HECKER, op. Cit., p. 102-104.

<sup>237</sup> OESP, 24.03.1953.

<sup>238</sup> OESP, 25.03.1953.

<sup>239</sup> OESP, 26.03.1953.

<sup>240</sup> OESP, 28.03.1953.

<sup>241</sup> OESP, 27.03.1953.

A eleição de Jânio não foi uma vitória do proletariado contra a burguesia, nem uma revolta contra o capitalismo, embora fosse mais comemorada entre os trabalhadores e os pertencentes aos grupos sociais menos favorecidos economicamente. Após 28 anos sem votar, o eleitorado paulistano escolheu como seu gestor um político com características excêntricas, discurso requintado e altamente moralizante, alguém aparentemente disposto a trabalhar sempre:

Numa segunda-feira de trabalho, passeatas, cortejos, trânsito interrompido, comerciários que abandonam seus “postos” para comemorar. Manifestações partiam dos bairros, tomavam o centro, suspendiam a rotina de trabalho na cidade. A população desfilava em seu dia de vitória.<sup>242</sup>

A força política e a liderança de Jânio Quadros possuíam novas feições a partir desta vitória. O vereador provocativo, seguido do deputado sem travas na língua e intransigente no trato político agora seria o prefeito da maior cidade do Brasil e uma das maiores do mundo; seria o centro da política paulistana, coordenando o Executivo que, na opinião dele enquanto vereador, tinha sido tão mal cuidado e utilizado de maneira apenas a atender os interesses de alguns. Seu *habitus* fez com que seu campo político fortalecesse-se muito, a ponto de ter tido não só uma vitória eleitoral, mas uma vitória simbólica considerável: vencera o candidato da grande coligação interpartidária, demonstrando ter estratégias mais úteis do que os principais partidos (principalmente os dois maiores a nível nacional, PSD e UDN, além do predominante em São Paulo, o PSP).

Com esta derrota, o prestígio do governador Lucas Garcez esfacelou-se: a eleição de Cardoso era vista como uma tarefa fácil e obrigatória para o governador, pois seu *habitus* também estava fortalecendo consideravelmente seu campo político, e a conquista da prefeitura de São Paulo seria a cereja do bolo para viabilizar seu nome como principal força dentro do PSP, desbancando de vez Adhemar de Barros e sendo um dos nomes fortes para ser o substituto de Vargas na Presidência da República. Garcez reconheceu a derrota, compreendendo-a como um recado direto de insatisfação com seu governo; pensou até em renunciar, visto às dificuldades que vinha encontrando para governar, principalmente no período das eleições, quando ocorria uma greve com cerca de 300 mil trabalhadores na metrópole.<sup>243</sup> Em relação a Adhemar de Barros, o resultado foi dúbio: ao mesmo tempo em que enfraqueceu as pretensões de Garcez de consolidação de seu capital político, também a imagem do ex-governador sofreu considerável enfraquecimento por ser apontado como uma das principais causas da derrota de Cardoso, uma vez que muitos votos foram dados por anti-adhemaristas, com parte significativa deles pertencentes aos grupos sociais mais privilegiados economicamente.<sup>244</sup>

Alguns outros pontos merecem ser analisados (mesmo que de maneira breve) para maiores

<sup>242</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 142.

<sup>243</sup> CHAIA, op. Cit., p. 75.

<sup>244</sup> CHAIA, op. Cit., p. 74..

reflexões sobre a vitória de Jânio no pleito de 22 de março. A cidade passava por uma crise de energia, tendo constantemente cortes no abastecimento às casas e, principalmente, às indústrias, causando prejuízos aos donos que, por sua vez, procuravam compensar suas perdas financeiras elevando os preços de seus produtos e reduzindo o número de funcionários, o que aumentava o desemprego e diminuía a circulação econômica na cidade, estimulando menos o seu crescimento. Além da crise energética, também a cidade vinha sofrendo com problemas de abastecimento de arroz e feijão: considerado alimentos “símbolos” da culinária brasileira, eram bastante consumidos devido, sobretudo, ao seu baixo preço. No entanto, seu valor aumentara consideravelmente nos últimos meses, por problemas na produção e na distribuição dos alimentos. Por fim, a situação precária de muitos bairros visitados por Jânio desde seu mandato como vereador continuava existindo, levando os moradores a associarem a não melhoria de suas regiões à incompetência e inabilidade dos políticos que estavam a frente do Executivo.

De maneira geral, a votação representou uma luta entre o novo e o velho: a novidade política estranha, porém, competente, contra a manutenção da ordem, que privilegiava poucos em detrimento de muitos. Com uma imagem construída de homem próximo das multidões, Jânio conseguiu arrebatrar grande parte dos votos dos mais desvalidos e parcela significativa dos votos daqueles mais abastados, descontentes com os aspectos da política vigente. Um levantamento feito por Walmsley colocou o mapa da votação de Jânio na cidade, elencando as regiões onde ele obteve as piores médias, votação parecida com sua média geral e regiões com média de votação mais alta que sua média geral – nesses três grupos, os dados de Cardoso também foram colocados, para efeitos comparativos. No primeiro grupo, foram elencados os bairros com menor votação do prefeito eleito:

Bairro	Jânio - %	Cardoso - %
Jardim América	45,19%	49,17%
Parelheiros	48,17%	50,49%
Consolação	49,63%	43,26%
Santa Cecília	51,70%	42,30%
Aclimação	52,90%	40,80%
Jardim Paulista	54,02%	39,58%
Vila Mariana	56,25%	37,55%
Perdizes	57,11%	36,74%
Cerqueira César	57,54%	36,05%
Sé	59,06%	33,45%
Liberdade	59,08%	33,33%
Santa Ifigênia	60,10%	32,60%
Bela Vista	61,34%	32,60%

No segundo grupo, há os bairros em que a votação de Jânio foi próxima de sua média geral:

Bairro	Jânio - %	Cardoso - %
Guaianazes	64,10%	32,29%
Ibirapuera	64,25%	28,48%
Santo Amaro	65,30%	28,79%
Capela do Socorro	66,34%	29,79%
Butantã	66,53%	27,38%
Cambuci	66,79%	24,25%
Vila Madalena	66,89%	27,45%
Saúde	66,96%	26,19%
Barra Funda	67,11%	25,26%
Indianópolis	67,39%	26,51%
Vila Bela	67,55%	14,66%
Bom Retiro	68,50%	22,62%
Brás	68,73%	21,55%
Jaraguá	68,99%	24,45%

Por fim, nas regiões onde Jânio obteve seus mais altos índices de votação:

Bairro	Jânio - %	Cardoso - %
Vila Prudente	69,50%	12,35%
Vila Matilde	69,77%	16,08%
Itaquera	70,07%	21,95%
Tucuruvi	70,24%	22,15%
Mooca	70,93%	19,02%
Santana	71,28%	22,29%
Perus	71,36%	17,12%
Pari	72,33%	19,74%
Ipiranga	72,43%	18,63%
Lapa	72,60%	19,24%
Belém	72,95%	18,72%
Vila Alpina	73,20%	20,16%
São Miguel	73,72%	19,23%
Penha	74,13%	17,06%
Osasco	74,32%	19,54%
Pirituba	74,34%	14,08%
Casa Verde	74,49%	18,70%
Tatuapé	75,08%	17,06%
Alto da Mooca	75,43%	15,55%
Vila Maria	77,88%	13,40%
N. S. do Ó	79,59%	13,70%
Vila Califórnia	83,33%	5,20%

A partir desses dados<sup>245</sup>, é possível ter uma dimensão bastante interessante da amplitude do sucesso eleitoral de Jânio. Na primeira parte, é possível identificar que, mesmo nas suas piores médias, Jânio obteve votação inferior a Cardoso somente em dois bairros (Jardim América e

<sup>245</sup> WALMSLEY, op. Cit., p. 136-138.

Parelheiros); de todos esses bairros, apenas a região de Parelheiros era uma região composta por maioria de operários, sendo todas as outras regiões compostas por maioria de industriais e/ou comerciantes. Na segunda parte e, principalmente na terceira, há os bairros de maior concentração operária e os bairros mais afastados do centro da cidade, zonas em que geralmente a presença política era bastante escassa. Longe de uma análise aprofundada dos dados, o aspecto ressaltado aqui é a abrangência da votação, demonstrando que Jânio conseguiu um poder simbólico muito grande, aumentando consideravelmente seu capital político:

O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem.<sup>246</sup>

O político tornava-se, então, um símbolo do novo, a esperança de dias melhores através de suas práticas políticas. Até então, Adhemar de Barros era considerado o grande nome da política paulista, e o mais popular: o PSP era visto, de fato, como o partido do Adhemar (embora as disputas com Garcez indicaram que o partido *não* era de Adhemar, embora ele tivesse enorme poder dentro da agremiação), e toda sua estruturação tinha sido erigida em cima do capital político do ex-governador, adquirido principalmente no seu período enquanto interventor em São Paulo.

Diferente de Adhemar, Jânio não possuía vínculo forte com nenhum partido político. Embora seus mandatos legislativos e a vitória dessa eleição fossem pela legenda do PDC, Jânio nunca foi um militante do partido, muito menos alguém preocupado com sua organização interna: não foi Jânio quem se adaptou ao partido, mas sim o partido que se adaptou ao político. Enquanto vereador, Jânio fez intensa oposição a Adhemar de Barros e aos prefeitos da capital, enquanto o PDC compunha seus governos; como deputado estadual, manteve a postura opositora e os democratas cristãos acabaram acompanhando-o, tirando de suas fileiras aqueles que não concordavam com essa orientação.

O político paulista não tinha grande poder dentro da agremiação, embora seu poder simbólico *fora* do partido fizesse com que a parte dirigente do partido convergisse com ele em assuntos relacionados ao Legislativo paulistano e paulista; após as eleições, o PDC paulista expandiu o número de diretórios, possuindo inúmeros novos filiados, indicando vínculos e uma relação de dependência ainda mais fortes com Jânio:

O PDC paulista, aproveitando a visibilidade ganha com a vitória eleitoral de Jânio, teve o número de seus diretórios municipais ampliado, chegando a contar, em meados de 1954, com quase duzentos daqueles órgãos (...) Assim, o partido começava a esboçar uma sombra no enorme esquema político pessepista-

<sup>246</sup> BOURDIEU, op. Cit., p. 187-188

ademarista existente no interior paulista. Tal crescimento, no entanto, fora alcançado muito mais em razão do fenômeno político Jânio Quadros do que propriamente em decorrência do trabalho das lideranças democratas cristãs dedicado à ampliação do quadro de militantes. O que significava, em última análise, o aumento do número de pedecistas identificados com a liderança de Jânio nas fileiras do partido.<sup>247</sup>

Embora já chamasse atenção pelo seu *habitus* já há algum tempo, o protagonista da chamada “Revolução Branca”<sup>248</sup> por alguns jornalistas da época passou a ser reconhecido como uma grande força política com esta vitória, baseado em aspectos e métodos que, se não eram novidades para ninguém, eram poucos usuais, principalmente nas condições em que Jânio as utilizou. Embora seja difícil compreendê-lo dentro de um tipo sociológico específico, as características de sua atuação lembram bastante a definição de liderança carismática de Max Weber, uma vez que o carisma, embora pudesse ser ligado à política, não emanava necessariamente deste; se Jânio logrou êxitos sucessivos nesses processos eleitorais, era exatamente por colocar-se como uma espécie de antipolítico, ou melhor dizendo, um político que *realmente cumpria com suas obrigações*, não usando o cargo apenas para benefício próprio.<sup>249</sup>

E, a partir desse fortalecimento de Jânio, OESP, identificado com o grupo político que não era tão próximo assim do prefeito eleito, também passou a se adaptar a sua forma de governo, dialogando constantemente com seus atos e sua postura a frente do Executivo municipal.

---

<sup>247</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 109-110.

<sup>248</sup> Termo amplamente utilizado na imprensa para apontar a vitória de candidatos de oposição nos processos eleitorais, em qualquer parte do mundo.

<sup>249</sup> WEBER, op. Cit., p. 323-330.

## CAPÍTULO 3 ENSAIANDO VOOS MAIORES: RUMO AOS CAMPOS ELÍSEOS

*“Não constituo um governo destinado a agradar a quem quer que seja; constituo um governo destinado a servir a todos indistintamente, e, para servir, não transigirei com a honra, com a justiça e com a obrigação funcional”.*

*(Jânio Quadros – posse do cargo de prefeito de São Paulo – 08.04.1953).*

*“Não é de genios que precisamos. Do que precisamos é de homens praticos, honestos e dinamicos que não vejam na coisa publica um encosto, um asilo para a mediocridade ou falencia em outros setores da vida, mas uma tarefa a todos os titulos nobre e meritoria, que é a de defender os interesses e os direitos da Nação que cada um tem o dever de tornar mais prospera, mais respeitada e mais digna”.*

*(OESP, Notas e Informações, 12.08.1954).*

### 3.1 Primeiras movimentações enquanto prefeito

Em 28 de março, Jânio e Porfírio foram diplomados como prefeito e vice-prefeito de São Paulo, respectivamente. E a diplomação ocorreu em meio a uma grande greve em São Paulo, que ficou conhecida como a *Greve dos 300 mil*, com reivindicações como melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores urbanos. Além disso, o protesto também visava às altas sucessivas dos preços, piorando a qualidade de vida dos cidadãos. Em relação ao assunto, OESP culpou diretamente Vargas pelo ocorrido, apontando-o como o principal responsável:

Antes de subir ao poder prometeu o sr. presidente da Republica mundos e fundos ás classes trabalhadoras, assegurando-lhes que, dentro em pouco, haveria uma baixa geral nos preços das mercadorias essenciais á subsistencia do povo. Foi s. exa. para a presidencia, renovou as promessas e tudo piorou (...) Desanimados de obter do governo o que este lhes prometera e não lhes dera – a vida barata – os operarios de S. Paulo solicitaram dos patrões aumento de salarios (...) Mais uma prova aí temos da incapacidade do governo atual para atos acertados. A sua capacidade só existe para o erro e para a anarquia.<sup>250</sup>

O periódico também apontou que a crise era insuflada por elementos “ademaristas, getulistas e comunistas”, interessados na expansão dos protestos na capital para desestabilizá-la.<sup>251</sup> No entanto, Jânio declarou apoio aos grevistas, uma vez que as reivindicações levantadas nas manifestações já eram defendidas por ele tanto na Câmara quanto na Assembleia; além disto, Jânio conhecia bem a rotina desses trabalhadores, pois visitava-os frequentemente quando ocupou o Legislativo municipal e estadual. No entanto, sua ausência da capital nesses dias levantaram suspeitas de que arquitetava algo contra os grevistas, além de ter sido divulgado um suposto documento em que Jânio condenava as ações desses trabalhadores; para dirimir quaisquer dúvidas,

<sup>250</sup> OESP, 31.03.1953.

<sup>251</sup> OESP, 01.04.1953.

o prefeito entregou um comunicado ao líder do PDC na Câmara Municipal Franco Montoro (sendo que este leu o documento em plenário), colocando que era totalmente a favor dos grevistas, assim como estava ausente por uma enfermidade que o acometera em vésperas de sua eleição.<sup>252</sup>

Enquanto OESP via a greve como consequência de uma administração política incompetente e de manobras de agitadores sociais, Jânio colocava as manifestações grevistas sob outra ótica, reforçando os direitos dos trabalhadores em relação às melhorias em seus cotidianos; embora o ponto central de ambos fosse o direito à greve, os pontos de vistas eram distintos, pois enquanto OESP indicava a greve como resultado de vários problemas ao longo do tempo, Jânio indicava a greve como uma movimentação legítima por melhorias de vida da população trabalhadora.

No dia 08 de abril de 1953, Jânio tomou posse como prefeito de São Paulo, com Porfírio da Paz como vice. Nessa data, o editorial do OESP elencou os desafios que o novo prefeito enfrentaria em sua administração, bem como as qualidades que o político possuía para lhe dar com esses problemas:

Em ambiente de simpática expectativa, toma posse hoje, perante a Câmara Municipal, o novo prefeito da Capital, sr. Janio Quadros. Qualquer que tenha sido a posição de cada um no dia 22 de março, todos os paulistanos só podem formular, neste momento, ardentes e sinceros votos pelo êxito da administração que se inaugura. Acima dos sentimentos pessoais e das dissensões partidárias, paira o interesse público, o bem da Cidade, o amor que unânimes devotamos a São Paulo (...) Reafirmamos o nosso desejo, que é o desejo do povo paulistano, de uma administração lucida, honesta, diligente e eficaz – á altura da vitória eleitoral que elevou o sr. Janio Quadros ao Executivo Municipal – administração que recupere para São Paulo o tempo perdido pela inépcia, pela politicagem e pela corrupção, num negro período da vida da Cidade, que oxalá se tenha encerrado para todo o sempre.<sup>253</sup>

Como principais metas para seu governo, haveria a busca pela moralização administrativa, buscando empregar funcionários públicos única e exclusivamente através de concursos; uso racional dos bens públicos e exigências de aplicação “total” dos funcionários ao trabalho, além da interferência do Executivo na melhoria do transporte público e do abastecimento de gêneros, já que a cidade possuía grandes problemas relacionados a esses assuntos<sup>254</sup>. Não havia, necessariamente, um plano de desenvolvimento para a cidade, mas sim de reorganização da estrutura já existente; na própria campanha esse aspecto já ficara evidente, uma vez que praticamente todos os discursos de Jânio foram orientados no sentido de colocar em ordem a administração da cidade, ou seja, arrumar aquilo que já existia, mas estava fora do lugar. Com a economia com problemas de desenvolvimento e com uma população cada vez mais heterogênea, a preocupação da administração (pelo menos em seu início) era solidificar melhor as bases já existentes para a cidade ter capacidade

<sup>252</sup> OESP, 02.04.1953.

<sup>253</sup> OESP, 08.04.1953.

<sup>254</sup> CHAIA, op. Cit., p. 79-80.

para um crescimento mais ordenado.<sup>255</sup>

Já sinalizado em sua atuação política anterior, Jânio não era adepto da ideia de partido político, coligações e movimentações do gênero. Embora sempre estivesse ligado ao PDC e sempre tivesse a companhia de Cid Franco e do PSB, não possuía compromissos partidários, mas sim compromissos através de ideias, de suas práticas políticas: *Afirmo aos srs. vereadores, no cumprimento do mandato que também exerci, que procurarei honrar a confiança que me foi outorgada nas urnas e o farei sem consideração de partidos, de grupos ou de interesses subalternos, com o empenho, se necessário, das minhas derradeiras energias.*<sup>256</sup>

Apesar dessa postura apartidária, os atos de Jânio geravam discussões intensas, tanto na Câmara dos Vereadores quanto na Assembleia Legislativa. Na primeira, logo Jânio passou a ser fortemente atacado, principalmente pelo agora opositor PSP, sendo William Salem um dos primeiros a vociferar contra as ações do prefeito:

O sr. William Salem ocupou a tribuna para declarar que o novo prefeito acabava de ludibriar o povo de São Paulo, pois, “contrariando suas reiteradas afirmações em comícios públicos, em jornais e nas rádios, de que não exoneraria nenhum extranumerário, nem faria governo de perseguições políticas, baixou, como primeiro ato, a dispensa de modestos funcionários, precisamente aqueles que haviam, entusiasmados, empunhando a vassoura como símbolo de uma nova crença, longe que estavam de supor serem eles próprios as primeiras vítimas de seu novo idolo”. (...) <sup>257</sup>

Logo após a fala de Salem, o líder da bancada do PDC, o advogado e professor Franco Montoro, respondeu diretamente às acusações levantadas pelo vereador pessepista em seu discurso:

quanto á demissão ou á dispensa, dos quadros do funcionalismo, daqueles extranumerários a que se referiu s. exa., quero dizer que o nobre prefeito não traiu, em uma vírgula sequer, sua palavra. As admissões que ele mandou fossem canceladas são aquelas praticadas com a violação da lei; e nunca s. exa. prometeu manter qualquer situação ilegal. Como cumpridor da lei, deve exigir que todos os atos praticados contra a lei sejam regularizados (...) <sup>258</sup>

Na Assembleia as discussões também afloraram, como foi o caso do deputado Pinheiro Júnior (PTB), acusando Jânio de ser um traidor do povo, por ter prometido várias coisas sem ter condições nenhuma de cumpri-las, tendo em vista a difícil situação econômica pela qual passavam as finanças municipais; o deputado Prestes Franco (que assumira o cargo com a renúncia de Jânio) defendeu veementemente o prefeito, colocando que a acusação do colega do PSP era descabida,

<sup>255</sup> OESP, 12.04.1953. O Editorial dessa data realizou grandes elogios à postura de Jânio, colocando-as como necessárias para o bom funcionamento da capital paulistana.

<sup>256</sup> OESP, 09.04.1953. Esse trecho fez parte do discurso em que tomou posse como prefeito de São Paulo, na Câmara Municipal.

<sup>257</sup> OESP, 25.04.1953.

<sup>258</sup> OESP, 25.04.1953.

pois carecia de informações precisas sobre a atuação do prefeito frente à capital (que ainda estava em seu início)<sup>259</sup>.

Ao assumir seu primeiro cargo no Executivo, Jânio não mudou sua postura: não estava disposto a agraciar seu secretariado com políticos apenas (ou maioria) do PDC, PSB e parte do PTB que o apoiara. A escolha do secretariado foi motivada por critérios considerados técnicos: na opinião do prefeito, assumiriam aqueles que ele julgava mais competentes em cada área. No entanto, seu secretariado acabou atendendo, em parte, as ânsias de todos os partidos “aliados”; logo após tomar posse, nomeou os seguintes mandatários: do PDC, saíram o secretário de Finanças, o advogado Carlos Alberto Carvalho Pinto, e a secretária de Educação e Cultura, a assistente social Helena Iraci Junqueira; do PTB, foi nomeado secretário de Negócios Internos e Jurídicos, o advogado (e ex-membro do PSP) José Adriano Marrey Júnior; do PSB foi escolhido como secretário da Higiene e Saúde Pública o médico Alípio Corrêa Netto. O único nome não partidário foi uma indicação do ex-prefeito Prestes Maia, o engenheiro João Caetano Álvares Júnior, ocupando a secretaria de Obras<sup>260</sup>.

Ao chegar à sala do prefeito, Jânio teria pendurado uma placa com a seguinte frase: “*Jânio Quadros não dá, não tem e não pede empregos para ninguém*”<sup>261</sup>. Tais palavras seriam uma alusão direta às práticas muito comuns na política, sendo que os “apadrinhados” seriam aqueles que conseguiam cargos altamente técnicos ou de confiança não por seus méritos, mas por parentesco ou favores prestados àqueles que ocupavam cargos no Legislativo ou no Executivo; em uma de suas entrevistas coletivas pouco tempo depois de assumir o cargo, Jânio deixou bem claro qual era sua opinião em relação a esse tipo de postura:

Mais adiante, disse o sr. Janio Quadros que, “no mesmo passo se sustenta a excelencia de figuras que “roubam, mas realizam” ou daquelas que, condescendo com o roubo – o que é participar para efeitos morais de todos os seus proventos – ensejam um ilusorio bem-estar material que conduz á ruina, porque á custa dos proprios fundamentos da autoridade representativa”<sup>262</sup>.

A preocupação central de Jânio seria o corte de gastos, buscando contê-los para maiores investimentos em outras áreas. Em um primeiro momento, pediu um levantamento de todos os empregados ligados à prefeitura, e mandou demitir aqueles considerados “inúteis”, que estavam mais para compor número do que para desempenhar cargos de maneira efetiva. Além disso, começou a trabalhar em uma proposta para elevar o preço do transporte público, buscando melhorar suas condições com o dinheiro arrecadado. Essas medidas afetaram sua relação com os

---

<sup>259</sup> OESP, 30.04.1953.

<sup>260</sup> CHAIA, op. Cit., p. 82.

<sup>261</sup> KWAK, op. Cit., p. 72.

<sup>262</sup> OESP, 21.04.1953.

parlamentares e em menor medida com a população. Com essa última, Jânio buscou explicar, visitando os bairros mais pobres, que o aumento seria para melhorar as precárias condições do transporte, além de investir na aquisição de novos veículos para a frota. Já em relação aos parlamentares, a discussão foi mais complexa, pois muitos dos funcionários demitidos e muitos dos cortes proporcionados por Jânio afetavam diretamente políticos de partidos aliados e, principalmente, dos opositores.

A bancada de vereadores era formada por 13 representantes do PSP (28,9%), seguidos do PTB com 6 vereadores (13,3%), UDN e PDC com 5 vereadores (11,1%), PSD e PR com 3 vereadores (4,4%) e PST, PTN, PRP, PRT e PSB com 2 vereadores cada (4,4%). Destes 45 vereadores, 10 apoiavam Jânio (PDC, 3 do PTB e PSB); 11 vereadores formavam o chamado Bloco Independente (4 da UDN, PR, 1 do PTN e 3 do PTB), que não eram declaradamente contrários mas também não caminhavam junto com o Executivo, e os outros 24 vereadores formavam o Bloco de Oposição, com duras críticas à gestão do prefeito, principalmente pelos parlamentares do PSP.<sup>263</sup>

No entanto, no início dos trabalhos Jânio foi bem visto até por parcela significativa dos grupos considerados opositores; em relação à redução de custos, o prefeito foi bastante elogiado tanto pela Câmara quanto pelo próprio OESP (embora alguns reagissem contrariamente, como o já citado caso de Pinheiro Júnior), animados com a perspectiva de um prefeito que estava proposto a, de fato, administrar a cidade, e não de loteá-la:

Percebe-se, claramente, que anima o Executivo o louvável propósito de restringir as despesas publicas, continuou o sr. Cantidio Sampaio. Contudo, o vereador pessepista acha alguns reparos a fazer nas disposições adotadas pelo chefe do Executivo. Em primeiro lugar, discorda da visão que o sr. Janio Quadros tem das finanças municipais, pois entende que a posição financeira do Município nada tem de calamitosa (...) Depois de outras considerações sobre a situação financeira do Município, o orador critica o artigo 3º do recente decreto do chefe do Executivo, em que são vedadas as aquisições de material permanente até o fim do corrente exercício. Acha o sr. Cantidio Sampaio que uma proibição assim radical e indistinta refletirá desfavoravelmente no andamento de importantes obras e serviços (...)<sup>264</sup>

Uma forma encontrada pelo prefeito para “driblar” a oposição foi usar práticas consideradas “personalistas” para obter apoio na Câmara (as mesmas que ele dizia repudiar no Legislativo). Ao ter conhecimento de que temas de seu interesse não receberiam votos suficientes entre os vereadores para serem aprovadas, Jânio convidava todos os líderes de partido ao seu gabinete, estabelecendo assim uma relação pessoal que perpassava os partidos políticos<sup>265</sup>. Com isso, muitos dos projetos de Jânio acabavam sendo aprovados, uma vez que essas lideranças, com poder

<sup>263</sup> CHAIA, op. Cit., p. 91-92.

<sup>264</sup> OESP, 14.04.1953.

<sup>265</sup> OESP, 14.04.1953. Cada líder recebeu uma espécie de “convite” de Jânio, para conversar (conjuntamente) em seu gabinete todas as terças-feiras.

simbólico significativo em seus grupos, geralmente orientavam suas bancadas a votarem com o governo, repassando as possíveis vantagens (benefícios) da realização de tais atos.<sup>266</sup>

Um exemplo da conflituosa relação entre Jânio e o Legislativo foi o processo movido pelo presidente da Câmara, Lino de Matos (PSP), contra o prefeito, acusando-o de desvio de verba pública. Tal fato ocorreu devido a uma série de construções na avenida Campos Elísios, envolvendo pavimentação e melhor canalização da água na região. A Câmara havia autorizado 200 milhões de cruzeiros para serem investidos; no entanto, os custos não cobriram a obra, e o Executivo pediu autorização para a liberação de mais de 300 milhões de cruzeiros. Os vereadores então pediram maiores explicações ao prefeito sobre o ato, e este negou-se a dar explicações pormenorizadas, argumentando que nenhum outro prefeito tinha prestado contas de aumento de obras, e ele não seria o primeiro a fazê-lo.<sup>267</sup>

Embora sua relação com a imprensa tivesse sido pacífica em geral, houve alguns atritos do prefeito com alguns jornalistas, principalmente aqueles que apontavam erros em seu governo. Vários jornalistas foram processados, e Jânio fazia questão de deixar claro que não recebia críticas, mas que era perseguido por aqueles que não queriam ver São Paulo crescer, não queriam permitir que a cidade se desenvolvesse.<sup>268</sup>

Nesse ano de 1953, foi notável a mudança de comportamento do então prefeito. Ao exercer os cargos de vereador e deputado estadual, se batera com outros vereadores e disparava críticas ácidas contra os prefeitos e governadores por buscar autonomia para o Poder Legislativo, mas na condição de prefeito cerceava esse mesmo poder de maneiras direta ou sutil; era um crítico extremamente competente do problema dos governos alheios, mas nunca recebia bem críticas a sua própria forma de governar; demonstrava grande maleabilidade para conversar com a população dos bairros que mais o apoiavam, mas algumas vezes chegava a ser truculento com àqueles que externavam opiniões que não o agradassem. O perfil do Jânio prefeito mudara significativamente em relação ao perfil do Jânio vereador/deputado<sup>269</sup>, consolidando as características autoritárias que Weber apontou como intrínsecas a qualquer liderança carismática, principalmente quando essa ocupava também um cargo de liderança institucional<sup>270</sup>.

Uma das polêmicas de Jânio em relação à liberdade de expressão foi a questão de um médico municipal (Omar Fagundes), que criticou o secretário de Higiene em uma entrevista, sendo punido pelo prefeito por desacato a autoridade pública; tal passagem foi retratada, novamente, pelo deputado estadual Pinheiro Júnior, colocando a contradição da imagem de Jânio, defensor da

---

<sup>266</sup> CHAIA, op. Cit., p. 92-93.

<sup>267</sup> CHAIA, op. Cit., p. 93-94.

<sup>268</sup> CHAIA, op. Cit., p. 99.

<sup>269</sup> CHAIA, op. Cit., p. 93.

<sup>270</sup> WEBER, op. Cit., p. 331-334.

liberdade de expressão enquanto prefeito e intocável enquanto mandatário.<sup>271</sup>

Outro exemplo dessa mudança de postura foi a punição imposta ao servidor e atleta Adhemar Ferreira da Silva, recém-campeão olímpico no salto à distância, batendo o recorde mundial (16 metros e 22 centímetros). Ao pedir um afastamento sem prejuízo em sua remuneração para disputar os jogos sul americanos em 1953, teve a permissão negada por Jânio; inconformado, deu várias entrevistas criticando severamente o prefeito, e por conta dessa postura recebeu suspensão de 5 dias, com prejuízo em seu salário. Jânio justificou a reprimenda, dizendo que:

- “Existe um decreto municipal, vigente, que não autoriza, exceto em casos especialíssimos, o afastamento de servidores, sem prejuízo de seus vencimentos. Tenho recebido as mais variadas solicitações sob os mais variados pretextos, inclusive do governo Federal, para conceder afastamentos de servidores, sem prejuízos de vencimentos, e até hoje não atendi a nenhum e nem atenderei a pedidos dessa natureza (...) Quanto ao processo do sr. Adhemar Ferreira da Silva, verifiquei ter o mesmo abandonado seu cargo sem aguardar a manifestação do governo municipal sobre sua solicitação (...) A coisa estava neste pé quando li a entrevista do sr. Adhemar, injuriosa, não á minha pessoa, mas ao prefeito, o que implica em gravíssima falta, punida por lei. Á vista disso, encaminhei a entrevista ao assistente juridico e não fiz outra coisa que adotar o parecer por ele lavrado (...) Não receio qualquer crítica, porque estou cumprindo com o meu dever e obedecendo a normas que me obrigam a obediencia (...) Nesta Prefeitura não se abrirá precedentes. Estamos aqui para restabelecer as normas morais e para nós ninguém é melhor do que ninguém” (...) <sup>272</sup>

Tal ato causou grande discussão na Câmara, uma vez que os opositores repudiaram-no, enquanto que os partidários do prefeito louvaram sua atitude, colocando que este deveria acabar com as “facilidades” que existiam na política paulistana até então. Após grande discussão no plenário, foi aprovado um Ato de Repúdio contra a ação do prefeito proposta por Cantídio Sampaio (PSP), acusando Jânio de violar uma norma desportiva brasileira (que sempre pedia dispensa dos atletas e, até então, nunca havia tido problema com nenhuma administração).<sup>273</sup>

Vários outros atos do prefeito causaram grande impacto, como a interdição do Jóquei Clube. Desde seu mandato como vereador, Jânio nunca demonstrou simpatias com o local, uma vez que a principal movimentação financeira do lugar eram as apostas, sendo que muitas pessoas perdiam muito dinheiro nestas práticas; além disso, o Jóquei era isento de impostos, pois era um clube com finalidade esportiva (o qual possuía incentivo por parte do governo).

O clube sofreu intervenção da Defesa Civil devido ao estado que uma parte do local estava, justificada por Jânio por oferecer risco de desabamento devido ao grande volume de pessoas;<sup>274</sup> embora a suspensão tenha durado apenas um dia, seu efeito foi, na verdade, mais de

<sup>271</sup> OESP, 04.06.1953.

<sup>272</sup> OESP, 08.05.1953.

<sup>273</sup> OESP, 09.05.1953.

<sup>274</sup> OESP, 20.05.1953.

ordem psicológica, pois o prefeito buscava demonstrar que realmente agiria de maneira enérgica, independente de quem transgredisse a lei. No entanto, houve um rápido entendimento entre as partes, uma vez que o presidente da instituição, o ex-prefeito de São Paulo Fábio Prado, doou parte da área do Jóquei para a prefeitura<sup>275</sup>.

A CMTC também foi um assunto bastante discutido nesse início de governo. Logo que assumiu, Jânio iniciou um levantamento buscando as irregularidades cometidas no órgão para reorganizá-lo, podendo assim oferecer maior qualidade para seus usuários.<sup>276</sup> OESP louvou a medida, criticando fortemente a empresa, chamando-a de “câncer” da sociedade paulistana:

Está o novo governo do Município ás voltas com um problema, que é um cancer – a C. M. T. C. Mal organizada de inicio e depois entregue á sanha voraz da politicagem e do negociismo, a empresa tem atualmente uma direção respeitavel, mas impotente para resolver a questão financeira, simplesmente catastrófica (...)<sup>277</sup>

Uma das medidas adotadas pela prefeitura foi o aumento do capital da autarquia, uma vez que o serviço era deficitário e, segundo Jânio, era necessário o aumento do investimento para dar bases para o bom funcionamento do transporte público em São Paulo.<sup>278</sup> Em tom alarmista, o prefeito declarou, nas páginas do OESP, que não havia muito o que fazer: ou aumentava o valor da passagem para salvar a CMTC ou ela acabaria fechando:

Sentimo-nos, pois, á vontade para declarar aos paulistanos que enfrentamos um dilema: mantemos as tarifas vigentes, que não desejamos majorar, e a C. M. T. C. continuará assim, decompondo-se rapidamente até o colapso, que não demora longe, ou reorganizamos a companhia, para adquirir centenas de novos onibus, cuja reserva já fizemos, ampliando ao mesmo tempo os seus serviços, pela criação de novas linhas, e as suas oficinas e as suas instalações fixas e agasalhando as justas pretensões de seus trabalhadores, reorganizando e racionalizando a sua estrutura com o estabelecimento de novas tarifas.<sup>279</sup>

No entanto, tal atitude não foi bem vista pelo OESP. Embora o periódico compreendesse o porquê do ato, seu editorial também lembrou o perfil de Jânio enquanto legislador e como ele teria reagido a este decreto caso não fosse o prefeito (ou não estivesse apoiando este):

Nessa justificação, usou a linguagem que usaria o sr. Arruda Pereira, se ainda estivesse na Prefeitura, ou o sr. Francisco Antonio Cardoso, se lá tivesse chegado, hipoteses em que não é absurdo pensar-se que o sr. Janio Quadros e os seus amigos e correligionarios dariam implacavel combate a todo e qualquer aumento de tarifas da C.M.T.C. (...) O fato vem demonstrar como é facil fazer oposição e

<sup>275</sup> OESP, 31.05.1953.

<sup>276</sup> OESP, 20.05.1953.

<sup>277</sup> OESP, 14.06.1953.

<sup>278</sup> OESP, 24.06.1953.

<sup>279</sup> OESP, 10.07.1953.

como é difícil ser governo (...) <sup>280</sup>

Após receber inúmeras críticas de vários vereadores sobre o assunto, Jânio foi até à Câmara Municipal para expor a situação, explicando pormenorizadamente o porquê do reajuste e como esse dinheiro seria aplicado (reorganizar a parte financeira da empresa e adquirir novos veículos), sob o risco de fechar a empresa por não conseguir pagar seus próprios custos, causando enorme prejuízo a população paulistana. <sup>281</sup>

O prefeito, mesmo com inúmeras tarefas, manteve contato direto com a população. Continuava com um horário destinado durante o dia para receber populares em busca de soluções para seus problemas; ainda mantinha as visitas aos bairros periféricos paulistanos, acompanhando o desenvolvimento dessas regiões (embora em menor frequência). Com essas práticas, o prefeito buscou não se distanciar da população; em muitos casos, apresentava projetos de lei à Câmara oriundos de reivindicações de populares, considerando o que tinha ouvido dessas pessoas.

Procurou ouvir os inúmeros trabalhadores que estavam em greve no início de seu mandato, bem como tentou solucionar alguns problemas da cidade, tais como o abastecimento de produtos (criou uma comissão para pesquisar as causas dos problemas, ligada à Secretaria de Higiene) <sup>282</sup>; também criou um plano de obras logo no início de seu mandato, visando beneficiar os bairros considerados mais pobres da cidade:

“ - Como medida paralela, estamos visitando distritos de obras. Já visitamos dois e pretendemos visitar outros até totalizar os 5, porque estamos persuadidos de que esse plano de emergencia encorajará a descentralização dos serviços e dos melhoramentos publicos”, afirmou o prefeito (...) declarou o sr. Janio Quadros, informando aos jornalistas que dentro de poucos dias serão iniciadas as obras da avenida Cruzeiro do Sul, cujo leito, embora talvez provisorio, será franqueado ao transito com a maxima brevidade possivel. <sup>283</sup>

Além desse aspecto, o próprio OESP passou a retratar Jânio com grande frequência, tendo um acompanhamento bastante distinto dos outros prefeitos. A partir dos últimos dias de abril de 1953, o periódico passou a publicar uma coluna com regularidade quase diária sobre os atos realizados por Jânio, bem como trechos de suas falas em entrevistas, muitas vezes, exclusivas; embora a coluna não possuísse um nome fixo, estava quase sempre localizada após as seções políticas do jornal, juntamente com acontecimentos da cidade de São Paulo (parte mais “social” da publicação) <sup>284</sup>.

Antes mesmo de assumir a prefeitura, o nome de Jânio já era bastante cotado para a eleição

---

<sup>280</sup> OESP, 11.07.1953.

<sup>281</sup> OESP, 08.08.1953.

<sup>282</sup> OESP, 29.04.1953.

<sup>283</sup> OESP, 01.05.1953.

<sup>284</sup> OESP, 23.04.1953.

para governador, que seria realizada em 1954. Após a eleição de 1953, o governador Garcez havia perdido significativo capital político, também perdendo influência dentro do PSP. Adhemar de Barros voltara a ser a principal força do partido e trabalhava para viabilizar seu nome como candidato a governador. No entanto, Garcez não viu com bons olhos essa movimentação e passou a agir com o propósito de minar novamente a influência de Adhemar, tirando-o da liderança do partido. Tal atitude foi bastante elogiada pelo editorial do OESP:

O Sr. Lucas Garcez teve, antes tarde do que nunca, a coragem de uma definição por que todos ansiávamos há muito. Damos-lhe aqui o nosso aplauso com o sentido de um estímulo para que s. exa. vá até o fim (...) Não tema o sr. Lucas Garcez os demagogos e os corruptos. As reservas morais de São Paulo mantiveram-se intactas apesar de todas as contaminações e são suficientemente poderosas para fornecer a um governo honesto e limpo a sólida base necessária. O civismo paulista, depredado por aventureiros atrevidos e nefandos caudilhos, continua vivo e forte, graças a uma tradição que a malta de piratas não conseguiu destruir (...) Rogamos aos ceus que s. exa. se coloque á altura do momento historico e salve a nacionalidade de perigos que a ameaçam de envenenamento, dissolução e morte.<sup>285</sup>

Com essas manobras, Garcez tentou evitar a candidatura de Adhemar, buscando um nome que agradasse aos outros partidos da base aliada; como tinha perdido espaço, acabou perdendo a disputa e Adhemar consolidou seu nome para disputar o cargo de governador. Com isto, Garcez e os políticos do PSP que o apoiavam desligaram-se do partido em setembro de 1953.<sup>286</sup>

O PDC, envolto com o sucesso eleitoral de Jânio e ampliando suas bases políticas, oficializou o lançamento de sua candidatura ao governo no início de 1954. O prefeito, que negara durante a metade final do ano de 1953 que abandonaria a prefeitura<sup>287</sup>, passou a ver com bons olhos essa nova disputa, visto que seu *habitus* político mantinha-o popular, tendo reais chances de vencer por conta da fragilidade do governador, que perdera espaço dentro do PSP e, dificilmente, teria grande influência no candidato que apoiasse. Indagado sobre se aceitaria realmente participar do pleito, o prefeito deixou claro que seria candidato:

Tenho impressão que aceito. Quem não ficaria lisonjeado, quando a indicação é unânime e parte de homens com a autoridade dos que subscrevem essa deliberação? Quero acreditar que a sorte está lançada. O resto, agora, não é comigo, nem com os companheiros pedecistas. Escapa ao nosso pobre alcance e às nossas limitadas forças. O resto é com o povo.<sup>288</sup>

No entanto, durou muito pouco o clima de euforia e otimismo em relação à candidatura. Os opositores passaram a criticar abertamente o PDC pelo lançamento deste nome, e também Jânio por

<sup>285</sup> OESP, 24.05.1953.

<sup>286</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 81-82.

<sup>287</sup> ARNT, op. Cit., p. 85.

<sup>288</sup> OESP, 08.01.1954.

ter aceitado entrar na disputa estando há menos de um ano à frente da capital paulista. O partido declarou ter antecipado o lançamento do nome de Jânio por conta do adiantamento das outras duas candidaturas – de Adhemar de Barros pelo PSP e de Prestes Maia pela UDN e pelos partidos de base do governo Garcez (candidatura que vinha sendo articulada pelo próprio, como forma de vencer o antigo partido e derrotar Jânio Quadros nestas eleições)<sup>289</sup>. Quanto a Jânio, não o agradara o fato de ter Queiroz Filho, presidente da seção paulista do PDC como seu candidato a vice; queria que o atual vice-prefeito Porfírio da Paz o seguisse na candidatura, buscando assim outros grupos para compor sua campanha além de seu próprio partido. Tanto o prefeito quanto os democrata cristãos foram alvos de duras críticas do OESP:

A opinião publica paulista e todos quantos se preocupam com os destinos de São Paulo ainda não se refizeram da surpresa com que os chocou a recente atitude do Partido Democratico Cristão, lançando inopinadamente a candidatura do sr. Janio Quadros á governança do Estado (...) Ninguém recusará ao sr. Janio Quadros a aura de um prestígio popular na Capital do Estado, prestígio que em boa parte lhe valeu a vitoria retumbante sobre três adversarios, no pleito de março transato. Cumpre, entretanto, não perder de vista que a causa fundamental desse triunfo, naquela conjuntura, foi o tom apartidário da sua campanha, que logrou destarte transformar o candidato no porta-bandeira dos anseios populares, que repudiavam a presença do “ademarismo” nos postos administrativos da Cidade.<sup>290</sup>

Jânio convocou a imprensa para esclarecer a situação, uma vez que o PDC havia impugnado sua candidatura após a péssima repercussão.<sup>291</sup> Entre as várias alegações, colocou que os líderes da seção paulista do partido (o próprio Queiroz Filho e Franco Montoro) estavam buscando uma aliança com o governador Garcez, e teriam indicado seu nome sem seu consentimento; embora empolgado a primeiro momento com a candidatura, acabou recuando tendo em vista o contexto o qual essa candidatura estaria se estabelecendo, com uma ampla coligação e buscando manter a estrutura do atual governo.<sup>292</sup>

Os democratas cristãos da seção estadual então optaram por expulsar Jânio do partido; este apelou ao diretório nacional, buscando apoio para se manter na legenda. O presidente do partido, o deputado federal pernambucano Monsenhor Arruda Câmara foi favorável a manutenção de Jânio, uma vez que ele era a principal força eleitoral da legenda; muitos partidários espalhados pelo Brasil também possuíam essa visão, e por conta disto o diretório nacional optou, em assembleia geral da agremiação, por manter Jânio no partido e como candidato a governador de São Paulo; além disso, o diretório paulista do PDC acabou sendo dissolvido.<sup>293</sup>

No entanto, Franco Montoro e Queiroz Filho recorreram à justiça e retomaram o controle da

---

<sup>289</sup> CHAIA, op. Cit., p. 101.

<sup>290</sup> OESP, 09.01.1954.

<sup>291</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 110.

<sup>292</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 111.

<sup>293</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 111.

seção estadual pedecista, fazendo com que o diretório nacional fosse dissolvido. No fim de 1953, um acordo selou a “paz” entre os democratas cristãos: Monsenhor Arruda Câmara foi reconduzido à liderança nacional, e os líderes paulistas passaram a ter maior influência nas decisões do partido a nível nacional, mantendo a decisão de expulsar Jânio Quadros de suas fileiras<sup>294</sup>; OESP posicionou-se a favor do partido, criticando o prefeito:

O fato é que o sr. Janio Quadros tudo tem feito, nestes ultimos dias, por decair do largo credito de confiança que a maioria do eleitorado da Capital lhe abriu, a 22 de março. Já o lançamento inopinado do seu nome, antes mesmo de atingir o meio-caminho do programa administrativo a que se comprometera em face da população, se não afigurou – como em tempo o asseveramos – um gesto estranho, que não podia favorecer os entendimentos das forças políticas honestas para a escolha de um candidato capaz de as aglutinar (...) Esta serie de fatos revela a extensão dos desserviços que o sr. Janio Quadros prestou a São Paulo (...) <sup>295</sup>

No entanto, Jânio não havia desistido da candidatura, uma vez que sua disputa com o PDC ocorreu, basicamente, porque o partido queria direcionar a construção dessa candidatura, o que foi refutado por ele; os rumos da campanha teriam que ser, necessariamente, de sua inteira responsabilidade. Durante as disputas internas no PDC, Jânio já entrara em contato com vários partidos (incluindo UDN e PTB) para buscar apoio de novas legendas, além de ter tido contato direto com o presidente Vargas, que em um encontro mediado por João Goulart teria se comprometido a apoiar Jânio, desde que este o apoiasse para concorrer à eleição presidencial em 1960.<sup>296</sup>

Sem nenhuma agremiação política, Jânio continuou buscando articulação para sua candidatura e teve o primeiro apoio vindo de seu companheiro de bancada Cid Franco, que liderou as vozes que fizeram com que o PSB formalizasse o apoio à candidatura do prefeito. Pouco tempo após, o PDC formalizou apoio à candidatura de Prestes Maia e o PTN homologava a candidatura do seu mais novo membro, Jânio Quadros, ao governo do estado, tendo Porfírio da Paz como vice.<sup>297</sup> Além destas duas candidaturas, outras duas foram homologadas: a já esperada candidatura de Adhemar de Barros pelo PSP e a candidatura de Toledo de Piza pelo conturbado PTB paulista, que estava dividido em mais dois outros grupos (os mais próximos a Garcez, que apoiavam Prestes Maia; e os mais próximos a Jânio, que o apoiavam). Assim, as eleições seriam disputadas entre um ex-governador com uma estrutura partidária muito bem montada por todo o Estado, um ex-prefeito de São Paulo que possuía apoio (e, conseqüentemente, verbas) do governo estadual, o atual prefeito que, com um alto índice de popularidade (principalmente na capital) buscava consolidar seu nome perante o estado, e a candidatura de um renomado político (deputado e médico), que representava

<sup>294</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 112-113.

<sup>295</sup> OESP, 31.01.1954.

<sup>296</sup> CHAIA, op. Cit., p. 106-107.

<sup>297</sup> CHAIA, op. Cit., p. 109.

uma parte do esfacelado partido trabalhista paulista.<sup>298</sup> A disputa principal ocorreria, basicamente, entre dois desafetos declarados já há algum tempo:

No final, a polarização nessas eleições ocorreu entre as candidaturas de Adhemar de Barros, que contava com a máquina partidária do PSP, e de Jânio Quadros, que se posicionava contra a máquina administrativa estadual. Assim, o páreo eleitoral teria uma acirrada disputa, uma vez que concorriam os dois líderes que mais se destacaram na política paulista e que cultivaram uma forte rivalidade desde o período em que Jânio exerceu o cargo de vereador e Adhemar o de governador de São Paulo.<sup>299</sup>

### 3.2 Conjuntura nacional e estadual: a crise política brasileira

A eleição para governador foi profundamente marcada pela crise no governo federal, com Getúlio Vargas perdendo cada vez mais apoio político no cenário nacional. Com medidas visando fortalecer a produção nacional em detrimento dos investimentos estrangeiros, o presidente acabou desagradando vários políticos, que não viam com bons olhos a tentativa de distanciamento do governo com potências estrangeiras, principalmente os EUA. No contexto da *Guerra Fria*, tal política de Vargas acabou gerando desconfiança do governo estadunidense, preocupado com uma possível perda de controle do desenvolvimento econômico e da política brasileira (que poderia ocasionar uma possível aproximação com a URSS).

Além desse aspecto, mesmo antes de assumir o governo Vargas já contava com uma forte oposição, principalmente da UDN. Boa parte dos udenistas haviam sofrido os efeitos de ser oposição durante o *Estado Novo*, e estavam dispostos a dificultar o governo do político gaúcho ao máximo. A principal voz dessa movimentação foi o jornalista Carlos Lacerda, jovem líder em ascensão que deixara bem claro, em artigo do seu periódico *Tribuna da Imprensa*, qual era sua postura em relação ao ex-presidente: *O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.*<sup>300</sup> Além disso, OESP também se opunha veementemente contra o nome de Vargas, tanto na campanha como na posse; desde a indefinição do PSD (partido do então presidente Dutra) entre ter candidatura própria ou seguir Vargas, o periódico não poupava críticas àqueles que não chegavam a uma definição política, o que acabou contribuindo para a ascensão do nome de Getúlio Vargas:

Nunca houve, no Brasil, um partido que se mostrasse de uma incapacidade política

<sup>298</sup> CHAIA, op. Cit., p. 110-112.

<sup>299</sup> CHAIA, op. Cit., p. 108.

<sup>300</sup> LAURENZA, Ana M. de A. **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: Editora SENAC, 1998, p. 54-55. O texto foi publicado no periódico de Lacerda no dia 01.06.1950.

tão profunda como o P.S.D. Dispondo de elementos para exercer uma influencia salutar no Parlamento e fora dele, nada fez, até agora, em beneficio do País. Tempo e energias vem perdendo em combinações de baixa politicagem sem a visão larga dos problemas nacionais, amarrado ás ambições dos seus chefes e vacilante quando chega a hora das resoluções definitivas (...) O mais curioso nas suas atividades contraditorias é a tentativa de se colocar simultaneamente sob a direção do sr. Presidente da Republica e do ex-ditador, dois inimigos irreconciliaveis, duas influencias que não se podem harmonizar.<sup>301</sup>

Desde o início do mandato de Vargas, OESP publicou, quase que diariamente, críticas à imagem ou ao governo do presidente gaúcho, anotando desde pequenos destemperos até análises bastante negativas sobre o desdobramento político de seu governo. Deixando bem claro que não concordava em nada com Getúlio, os editoriais não o poupavam em nenhum momento, associando-o a quaisquer perturbações no país, seja no meio político ou no meio social:

Quanto mais o sr. presidente da Republica manifesta em publico as suas opiniões e dá conta dos seus projetos, mais cresce no publico a desconfiança de que s. exa. não tem vontade de bem governar o Brasil. O que s. exa. tem é vontade de permanecer no poder. Em cada discurso ha muitas promessas e poucas realizações. Explica-se a desconfiança geral no que diz e no que faz s. exa., porque ha, sempre, nas suas palavras, desprezo pela verdade. Ora, contra a verdade nada se pode. Tudo deve ser feito por ela e não contra ela (..)<sup>302</sup>

Embora vários membros do governo Vargas tenham sido criticados pelo OESP, um nome em especial foi bastante visado pela publicação, considerado o principal “discípulo” do presidente: João Goulart, presidente da seção gaúcha do PTB e um dos principais articuladores da candidatura de Vargas, além de tornar-se, em 1953, Ministro do Trabalho. Principalmente quando assumiu o ministério, sua forma de encaminhar as questões trabalhistas foi bastante contestada pelo periódico, como por exemplo sua proposta de dobrar o salário mínimo, tendo em vista beneficiar os trabalhadores dos grandes centros urbanos; além disso, supostamente, Jango (como era conhecido no meio político) incentivava a realização de greves por todo o Brasil, sendo considerado subversivo por essa sua prática, um perigo ao bom funcionamento da política brasileira:

O povo brasileiro precisa ficar em estado de alerta diante do governo federal. O que está sendo feito na pasta do Trabalho e o que se promete fazer ali demandam a maior vigilancia por parte do povo. O rapazola que se acha á frente daquele Ministerio, parece disposto a subverter completamente a ordem social do Brasil e a fazer do operariado o principal instrumento dessa subversão. As suas atividades, até agora conhecidas, dão-lhe direito á mais completa confiança do Partido Comunista, mas tiram-lhe o direito á confiança dos que não pertencem áquele partido (...) Entregar o Ministerio do Trabalho a um comunista, apoiado na proteção que lhe dedica o chefe do Executivo, é entregar um dos postos mais importantes ao partido que só cuida de arrasar as instituições em vigor para se

---

<sup>301</sup> OESP, 01.04.1950.

<sup>302</sup> OESP, 05.02.1954.

apossar do poder e, com a supressão de todas as liberdades, submeter o povo brasileiro á terrível escravidão sob que estão gemendo a Russia e os países satélites, na Europa, e parte da Alemanha (...) A fomentação de greves e de outros movimentos contrarios á ordem publica é um dos processos ordinarios a que o comunismo recorre para destruir os regimes que lhe são contrarios. A esse processo de política anti-social está o ministro do Trabalho, ao que se afirma, lançando mão para aniquilar a estrutura economica do Brasil e preparar o terreno para o advento de uma ditadura de feição totalitaria (...)<sup>303</sup>

A aproximação entre Jango e os comunistas era bastante comum nas publicações, uma vez que, ao reconhecer o direito à greve dos trabalhadores e discutir aumentos sucessivos de sua renda, a associação era quase que imediata. Sua grande proximidade com Vargas era a cereja do bolo de acusações do OESP, que em fins de 1953 passou a pedir abertamente sua saída da pasta, colocando que a manutenção de Jango nesse posto seria um perigo para todos. Tais críticas mantiveram-se até a saída de João Goulart do ministério, em 23 de fevereiro de 1954.<sup>304</sup>

O ano de 1954 desenrolava-se nas páginas do OESP como um período de intensa agitação política no Brasil por conta da eleição; além disso, a situação econômica brasileira tornava-se cada vez mais complexa, uma vez que o parque industrial brasileiro não conseguia aumentar sua produção e as taxas de importação subiam cada vez mais, acompanhando a subida de preços mundial por conta dos acontecimentos referentes a *Guerra Fria* e de problemas econômicos nas grandes potências. Vargas passou a ser cada vez mais criticado, sendo acusado pelo editorial como o grande responsável pela situação a qual passava o Brasil:

Se o sr. presidente da Republica tivesse consciencia de suas insuficiencias resolveria o caso, simplesmente, abandonando o cargo e confessando ao povo que não sabe o que fazer para dar-lhe aquilo de que necessita. Ninguém é obrigado a permanecer num cargo que está impossibilitado de exercer como deve ser exercido. Nas funções publicas, o homem consciente só permanece enquanto está convencido de que pode cabalmente desempenhá-las.<sup>305</sup>

Com os ânimos acirrados e com perda cada vez maior dos políticos da base aliada, Vargas vinha tendo cada vez menos condições de governabilidade, uma vez que em sua gestão havia um notório descompasso: utilizando os termos da pesquisadora Sônia Draibe, Vargas havia estruturado um Estado com características empresariais, buscando interferir diretamente no ordenamento social através de uma redistribuição de riquezas orientadas pelo ponto de vista político; no entanto, no governo Dutra tal estrutura foi, aos poucos, sendo solapada (embora não destruída), uma vez que a produção do país foi sendo cada vez mais delegada às mãos da iniciativa privada, deslocando do Estado para o mercado a organização econômica. Ao assumir novamente a presidência, Vargas

---

<sup>303</sup> OESP, 19.07.1953.

<sup>304</sup> OESP, 24.02.1954.

<sup>305</sup> OESP, 19.03.1954.

buscou resgatar o caráter do Estado estruturado por ele em um contexto bastante distinto dos anos 30 e 40, com um cenário político mais dividido (e mais complexo):

Na sua concepção, o plano de desenvolvimento econômico e social envolvia, necessariamente, uma ruptura radical com o *status quo*. Pretendia materializar o salto para a industrialização, criando novos blocos industriais e constituindo o setor pesado de bens de produção, sob a liderança da empresa pública, minimizando a participação da empresa estrangeira. Essa estratégia, embora capaz de abrir novas fronteiras de expansão ao capital privado nacional, implicava dinamicamente sua subordinação ao setor público e graus elevados de estatização – evidenciando também um conteúdo nacionalista que não deixou de despertar resistência por parte do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento (...) No plano interno, além das ambigüidades do empresariado industrial, houve cerrada oposição por parte dos setores mercantis ligados ao grande comércio de importação e exportação (...)<sup>306</sup>

Além dessas questões, em 05 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado, em que foi baleado; seu segurança, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, morreu. O crime foi ligado ao segurança pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Mesmo sem provas concretas, OESP associou, de imediato o crime à figura de Vargas, que seria o principal interessado em calar as críticas do jornalista e opositor político:

Manifestação do mais revoltante banditismo foi, indubitavelmente, a agressão que, no Rio de Janeiro, sofreu o bravo jornalista, sr. Carlos Lacerda, quando, em companhia de um filho e de um amigo, major da Aeronautica, foi atacado inopinadamente por um grupo de cinco facinoras, ao aproximar-se de sua residencia. Desse ataque resultaram a morte do oficial da Aeronautica e ferimentos no jornalista. Os facinoras fugiram. Naturalmente, não fizeram a obra por contra propria. Fizeram-na por conta de alguns dos covardes, mais ou menos ligados ao Catete, contra os quais o sr. Carlos Lacerda tem movido uma campanha desassobrada (...) Começa, dessa maneira, a expandir-se, na capital do Brasil, o cangaceirismo político (...) O regime de terror que a gente do governo procura estabelecer no País, numa ditadura disfarçada, tem que ser eliminado no nascedouro (...)<sup>307</sup>

---

<sup>306</sup> DRAIBE, op. Cit., p. 235-236.

<sup>307</sup> OESP, 06.08.1954.



Nos editoriais seguintes, OESP passou a responsabilizar diretamente Vargas, colocando que, se ele não fora o mandante, pecara pelo crime de ter sido permissivo frente a possíveis ameaças que o jornalista já estaria sofrendo de pessoas próximas ao círculo de amigos e familiares do presidente (embora o jornal não tenha especificado nenhum nome).<sup>308</sup> Além da base política, o presidente perdeu o apoio de boa parte dos militares, indignados com o atentado e com o suposto envolvimento de Vargas no crime; imediatamente, as Forças Armadas, assim como o Legislativo (e o próprio OESP) passaram a apontar a renúncia ou o *impeachment* de Vargas como as únicas soluções imediatas para a crise que se instalou:

A situação político-militar é ainda grave e tensa, ao contrário do que a aparente calma poderia fazer supor. Os chefes militares continuam na mesma posição firme, buscando conseguir a unanimidade das forças armadas para impor a renúncia ao sr. Getúlio Vargas assim que os resultados das investigações policiais, aceleradas nas últimas horas, conduzam, como tudo indica, à convicção de que o mandante do crime da rua Toneleros é figura de destaque no governo, com íntimas relações de parentesco com o presidente da República.<sup>309</sup>

Em 23 de agosto, uma reunião com seus ministros culminou em um aconselhamento para o presidente afastar-se do cargo. Na madrugada do dia 24, Vargas recebeu um ultimato de setores do exército pedindo sua renúncia (caso contrário, seria deposto); pouco tempo depois de ler o manifesto das Forças Armadas, Vargas matou-se com um tiro no peito no Palácio do Catete, “deixando a vida para entrar na história”.<sup>310</sup>

Esse acontecimento mudou sensivelmente o rumo da política nacional, uma vez que Vargas passou de vilão à mártir da república brasileira, sendo considerado um herói por boa parte da população. Antes de sua morte, na estruturação das campanhas nas eleições estaduais em 1954, os políticos buscavam distância do político gaúcho, por medo de perder votos; no entanto, após sua morte a imagem de Vargas foi extremamente exaltada por muitos desses políticos, que buscavam aproveitar a nova maré a partir dessa movimentação.

Embora o acontecimento tenha sido da maior gravidade, OESP não alardeou o tema, tratando-o de maneira bastante discreta, não dando especial atenção ao ocorrido na edição do dia seguinte, relatando o caso como um assunto como outro qualquer na política, especificando os possíveis rumos que tal ação teria na política nacional:

---

<sup>308</sup> OESP, 08.08.1954.

<sup>309</sup> OESP, 14.08.1954. O possível nome do círculo pessoal de Vargas era do chefe de sua segurança, Gregório Fortunato.

<sup>310</sup> Palavras finais da Carta testamento deixada por Vargas.

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

**MATOU-SE  
VARGAS!**

**EXTRA**

TIRAGEM - 130.235 - ANO LV - Rua de Janeiro, 24 de Agulha de 1934 - N. 973

2  
Cruzados

**Última Hora**

Directores-Responsáveis:  
ANTONIO GSELHO

Fundador:  
SAMUEL WAIMER

Director Administrativo:  
L. F. BOCATUVA JUNIOR

**O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA:**



**"SÓ MORTO  
SAIREI DO  
CATETE!"**

**A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."**

**ÀS 8,30 HS. DA MANHÃ DE HOJE O MAIOR LIDER POPULAR QUE O POVO BRASILEIRO JÁ CONHECEU ENCERROU DE MODO DRAMÁTICO SUA GRANDE VIDA UM TIRO NO CORAÇÃO — O GENERAL CAIADO AINDA ENCONTROU COM VIDA O PRESIDENTE — DESOLAÇÃO NO CATETE**

Neste solenê Dia de São Bartolomeu, precisamente às 8,30 horas, praticou o suicídio o Presidente Getúlio Vargas, com um tiro de revólver no coração, quando se encontrava em seu quarto particular, no 2.º andar do Palácio do Catete.

O General Celso de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, correu para os aposentos presidenciais, ao ouvir o disparo, e aliá se encontrou o Presidente Vargas agonizante. Chamou as pressas a assistência pública, que dentro de cinco minutos já se encontrava no Palácio do Catete.

Mas o grande Presidente Getúlio Vargas já estava morto. Não pôde ser levado a um leito no Palácio Presidencial. Tudo à constrangida... Membros da família do Presidente, oficiais militares que passaram o Palácio choram a morte de tempo brasileiro.

O povo em massa acorre para o Palácio do Catete, estando repletas as ruas que dão acesso à casa em que se matou, vítima da ignomínia e das empanhas infamantes de adversários rasteiros, o maior estadista que o Brasil teve, neste século. Cenizas de profunda dor estão sendo assistidas na rua. Lê-se o pesar no rosto do povo. O povo brasileiro chora a perda do seu Presidente, por ele recolhido, por ele eleito e que — na crise gerada por seus inimigos — só saiu do Catete morto.

Figura 16 – destaque do jornal *A Última Hora* sobre o suicídio do presidente

Não estava na previsão de quem quer que seja, nem seria desejado pelos homens de sentimentos cristãos o trágico desfecho que teve a crise político-militar oriunda do crime da Rua Toneleros. Na manhã de ontem, o sr. presidente da República pôs termo á existencia com um tiro no coração. Quando s. exa. vivia não poupamos criticas severas aos seus atos e ás suas palavras que nos pareciam condenaveis. Agora que está morto só nos resta descobrir-nos diante da sepultura em que jaz o seu corpo.<sup>311</sup>

As análises da publicação foram mais voltadas à formação do novo governo do que à morte de Vargas, relatando os desafios que Café Filho teria frente às problemáticas pelas quais o país passava nesse momento, buscando encorajar os atos do novo presidente:

Em declarações á imprensa, o presidente Café Filho revelou o seu proposito de organizar um governo de pacificação nacional, com representantes dos maiores partidos e nomes altos que se imponham á confiança do País. A sua escolha inicial do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes - para o Ministério da Aeronautica, aceita pelo grande líder democratico, reforçou as esperanças de uma era de tranquilidade, depois de tantos sobressaltos.<sup>312</sup>

O cenário político paulista passou a contar com mais essa “variável”, sendo que OESP buscou atrelar a candidatura de Prestes Maia com o governo de Café Filho, além de não mais apontar tanto os erros de Vargas (embora pouco tempo depois a publicação voltou a trazer à tona inúmeras acusações contra o ex-presidente). Pelo menos nas páginas do jornal tal ocorrência não teve muito impacto em nenhuma das candidaturas, nem no cenário político em geral.<sup>313</sup>

Em relação à candidatura de Jânio, esta pautou-se, basicamente, nos mesmos pontos estruturados nas suas três campanhas anteriores: *A imagem de candidato pobre, abnegado, com saúde “combalida”, era bem trabalhada por Jânio Quadros, considerado um político diferente, sem suporte partidário e com autonomia e independência em face dos compromissos partidários.*<sup>314</sup>

No entanto, mesmo mantendo essa característica, a candidatura de Jânio também possuía apoio maciço de vários industriais e latifundiários, que expandiram seus negócios durante sua gestão como prefeito, e viam nele alguém competente administrativamente, procurando organizar melhor a cidade e os trabalhadores para aumentar a produção do estado (o que aumentaria seus lucros). Em 31 de agosto, finalmente, filiará-se ao PTN, formalizando o apoio desse partido a sua candidatura, além do PSB.<sup>315</sup>

Sua candidatura não trazia propostas bem definidas de governo: prometia acabar com a corrupção, erradicar a miséria, colocar o estado de São Paulo “nos eixos”, fazer com que a vida da população melhorasse, etc. Além disso, trazia suas frases e atos de efeito, como almoçar junto com

<sup>311</sup> OESP, 25.08.1954.

<sup>312</sup> OESP, 25.08.1954.

<sup>313</sup> OESP, 01.09.1954.

<sup>314</sup> CHAIA, op. Cit., p. 110.

<sup>315</sup> OESP, 31.08.1954.

o operariado, caminhar entre a população ouvindo seus problemas, realizar ataques virulentos contra seus oponentes (incluindo o PDC) e negociar com os políticos do interior, buscando base política para seu futuro governo.

Prometendo “varrer” a corrupção da política, a candidatura de Jânio estruturou-se na possibilidade real de vitória (diferentemente da eleição para prefeito, quando tudo era muito novo e a vitória da eleição não era vista como possível), uma vez que possuía esmagadora votação no pleito anterior e também fora bem votado em todo o Estado para as eleições de deputado estadual, em 1950. Portanto, o tom de Jânio era mais incisivo nesse período: sabia, melhor do que nunca, que sua imagem e possível vitória dependeriam da firmeza com que faria aquilo que era prometido.

OESP aumentava, conforme ia se aproximando à data do pleito, a propaganda para o candidato da UDN, e os ataques a Adhemar de Barros. Principalmente a partir do início de setembro, o tom eleitoral tomou conta de boa parte do jornal, que passou a abrir seu espaço tanto para propagandas políticas quanto para discussões político-partidárias. Embora muitos políticos defendessem o adiamento das eleições por conta do suicídio de Vargas, a data foi mantida por Café Filho, e o ritmo das campanhas também continuou no mesmo tom.

As propagandas de apoio a Prestes Maia tiveram grande espaço dentro da publicação, bem como textos falando (e elogiando) sobre sua candidatura, colocando-a como a verdadeira salvação de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil:

**diga: Eu Quero**

Lutar para dar ao meu Estado, na esfera Federal, o respeito, o prestígio e acatamento a que tem direito – livrando-o dos que pretendem transformá-lo em palanque de onde possam oferecer à Nação o triste espetáculo dos seus desmandos ou das suas politiquices e palhaçadas.

Para isso, trabalharei por **PRESTES MAIA**. Farei e aconselharei a defesa de Prestes Maia nas reuniões de que participar, nos clubes, nos escritórios, nas oficinas e nas fábricas; orientarei colegas, amigos e conhecidos sobre como proceder para eleger o candidato de que São Paulo precisa: **PRESTES MAIA**.

**...e**  
**PRESTES MAIA**  
**será eleito**  
**porque Você quis!**

Figura 17 – Propaganda favorável a Prestes Maia, no dia 23.09.1954.

Em relação à oposição a Adhemar, OESP agiu de maneira sistemática para desconstruir a candidatura de seu inimigo político. Pouco tempo depois a publicação colocou, na capa de sua edição (que era reservada, geralmente, a assuntos internacionais) um “lembrete” de uma crítica de Adhemar a Vargas, procurando demonstrar que o candidato a governador, embora se fizesse passar por aliado, era na verdade um grande crítico do falecido presidente<sup>316</sup>:

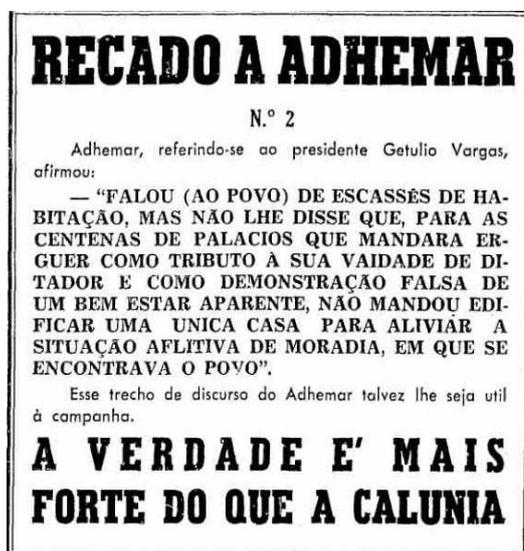


Figura 18 – “lembrete” do OESP a Adhemar e a população

No mesmo dia dessa publicação, uma propaganda passou a circular quase que diariamente pelas páginas do OESP, fazendo uma espécie de quadro comparativo entre os três principais candidatos, elencando os pontos positivos e negativos de todos eles, de maneira “imparcial”<sup>317</sup>:

<sup>316</sup> OESP, 01.09.1954.

<sup>317</sup> OESP, 01.09.1954.



## Compare os 3

### Este é o teste da AMBIÇÃO

1. É desprendido, pondo o bem coletivo acima dos interesses pessoais?
2. É "carreirista", isto é, faz da vida pública pretexto para a conquista de posições?
3. Merece confiança, por haver sempre cumprido os compromissos que assumiu?
4. É coerente, não mudando seu pensamento segundo as conveniências políticas do momento?
5. Quer governar São Paulo ou fazer de São Paulo trampolim para a presidência da República?

### Este é o teste da SINCERIDADE

1. É honesto, cumprindo intransigentemente sua palavra, só obediente à elevação e utilidade de propósitos?
2. É "negocista" e procura obter para si quanto puder?
3. É "filhoista", escolhendo seus colaboradores exclusivamente pelo critério do parentesco ou do compadrismo?
4. É leal, não procurando, em suas críticas, atingir a dignidade de outrem, nem fazendo afirmações que não possa provar?
5. Quer governar São Paulo ou fazer de São Paulo trampolim para a presidência da República?

### Este é o teste da CAPACIDADE

1. É formado e obteve êxito em sua profissão?
2. Tendo ocupado postos administrativos, idealizou e executou obras de relevante interesse público?
3. Como candidato, as soluções que apresenta para os nossos problemas são baseadas em argumentos sérios, técnicos, ou não passam de jogo de palavras?
4. Seria capaz de abandonar suas pretensões em benefício de outro candidato que reputasse melhor qualificado?
5. Quer governar São Paulo ou fazer de São Paulo trampolim para a presidência da República?
6. Quem é o seu companheiro de chapa e que respostas ele sugere às perguntas dos testes da ambição, da sinceridade e da capacidade?

Suas conclusões é que valem. O resto... é espreteza ou demagogia!

**e tome por si mesmo  
a resolução  
de votar no melhor**

Ninguém tem o direito de lhe impor nomes. Mas Você tem o dever de servir sua terra, opondo a verdade à mistificação, a honestidade à falta de escrúpulos, a capacidade construtiva ao desejo de mando para a satisfação de apetites pessoais. Analise os homens que disputam o seu voto. Pese fatos à luz da sua vontade e da sua inteligência. Condene os que tiveram a oportunidade de servi-lo — e não o serviram. Tome depois sua decisão, seguro de que seu voto é o de um homem livre — porque Você escolheu conscientemente.

## CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO ELEITORAL

Campanha Apartidária dos Amigos de São Paulo

Figura 19 – ideia de responder ao questionário, contra a espreteza (Jânio) e a demagogia (Adhemar)

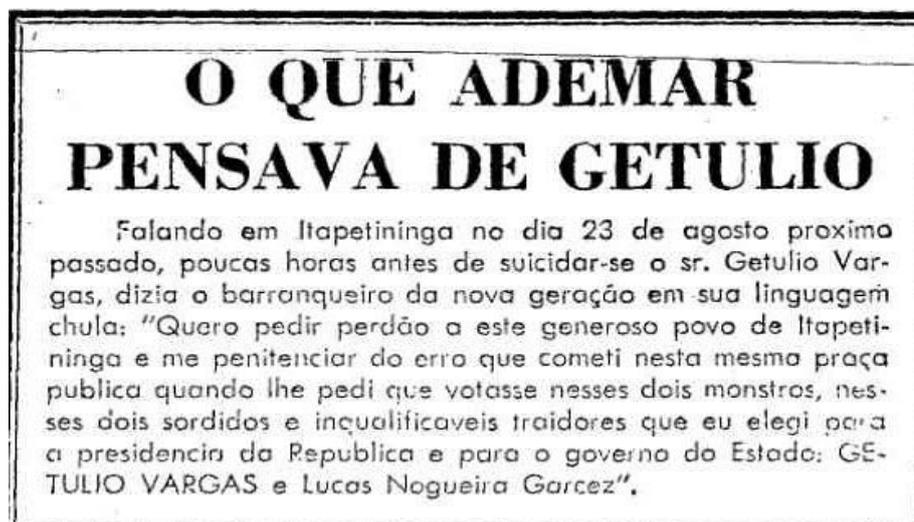


Figura 20 – maior ênfase nas críticas de Adhemar à Getúlio. Publicação do dia 07.09.1954.

Em junho, o jornalista Paulo Duarte tinha publicado uma série de artigos cujo título era *O meu destino será o Catete*, com inúmeras críticas pormenorizadas ao então candidato. Em 09 de setembro, Duarte publicou um texto intitulado *O seu destino não será o Catete*, fazendo críticas ainda mais contundentes a Adhemar em face de um novo caso de corrupção que, embora muito já se

comentasse, começava nesse momento a ser investigado pelo Ministério Público, o caso dos carros Chevrolet<sup>318</sup>, no qual durante seu período como governador, Adhemar teria comprado, de maneira irregular, inúmeros carros, tendo ocorrido casos de desvio de verba e apropriação indébita durante o processo de aquisição. Esse seria um elemento a mais no OESP contra o então candidato, que passou a pedir abertamente a sua prisão:

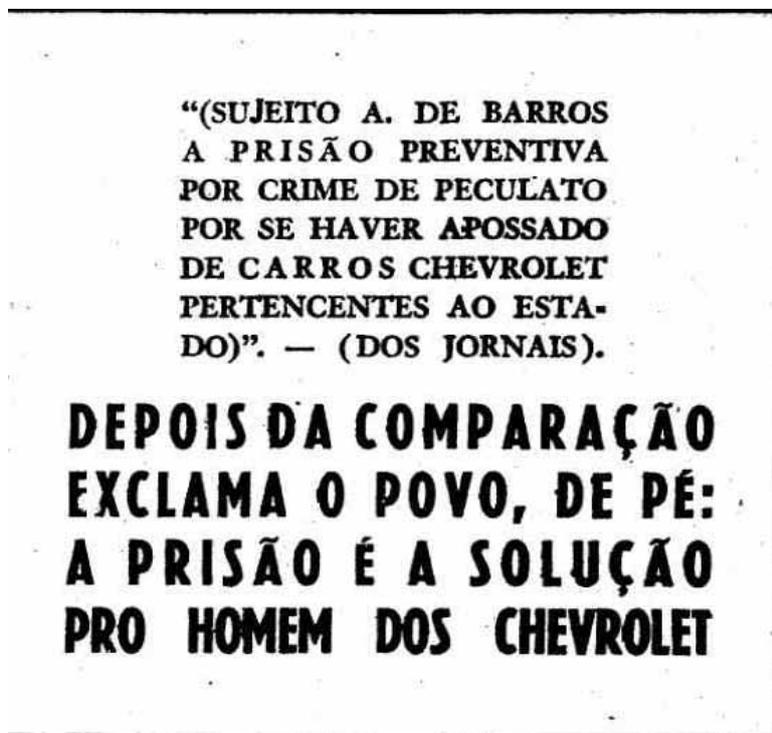


Figura 21 – nota do jornal pedindo a prisão de Adhemar, em 11.09.1954.

Além das inúmeras críticas contra a figura política do ex-governador, as propagandas intensificaram-se; no quadro comparativo entre os três candidatos favoritos, Adhemar foi “tirado” da disputa, por conta de suas irregularidades administrativas:

---

<sup>318</sup> OESP, 09.09.1954.

**Compare os 2**

**e tome por si mesmo a resolução de votar no melhor**

Ninguém tem o direito de lhe impor nomes. Mas Você tem o dever de servir sua terra, opondo a verdade à mistificação, a honestidade à falta de escrúpulos, a capacidade construtiva ao desejo de mando para a satisfação de apetites pessoais. Analise os homens que disputam o seu voto. Pese fatos à luz da sua vontade e da sua inteligência. Condene os que tiveram a oportunidade de servi-lo — e não o serviram. Tome depois sua decisão, seguro de que seu voto é o de um homem livre — porque Você escolheu conscientemente.

Mentiu aos seus correligionários, que precisaram expulsá-lo do Partido que o elegeu.

Mentiu ao povo, dizendo-se autor das "15 grandes realizações" que ninguém viu.

Fretende continuar a mentir, usando processos demagógicos já desmoralizados (barba crescida, cabelos compridos, caspa artificial, doenças imaginárias).

Chevrolet, Chevrolet, Chevrolet, Chevrof Chevrolet, Chevrolet, Chevrolet, Chevrol Chevrolet, Chevrolet, Chevrolet, Chevrol

Caixinha, Caixinha, Caixinha, Caixinha Caixinha, Caixinha, Caixinha, Caixinha Caixinha, Caixinha, Caixinha, Caixinha

Trampolim, Trampolineiro, Trampolinices Trampolim, Trampolineiro, Trampolinices Trampolim, Trampolineiro, Trampolinices

Honesto. À frente da Prefeitura, conduziu-se com absoluta proibidade, que até seus inimigos políticos reconhecem e respeitam. Não aumentou impostos em 10 anos de administração.

Realizador. Embelezou a cidade, engrandecendo-a com as maiores realizações urbanísticas de que S. Paulo se orgulha.

Capaz. Seus conhecimentos técnicos, por todos proclamados, são a garantia de uma administração esclarecida e capaz de solucionar os problemas que afligem o povo.

Suas conclusões é que valem. O resto... é esperfeza ou demagogia!

**CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO ELEITORAL**  
Campanha Apartidária dos Amigos de São Paulo

Figura 22 – Adhemar fica de fora da comparação; a parcialidade fica clara. Publicado no dia 23.09.1954.

As gravuras ridicularizando a figura de Adhemar também foram constantes, principalmente nos dias mais próximos à eleição. O candidato começou a ter um espaço nas páginas do OESP quase tão grande quanto o de Prestes Maia, embora possuindo um enfoque totalmente diferente:

**DEUS BRASILEIRO**

ofereceu aos seus patricios, a fim de consolá-los de tantas desgraças aventureiras, três coisas das quais cada paulista poderá escolher duas

**INTELIGENCIA, HONESTIDADE E ADEMARISMO**

De modo que quem escolher:

**INTELIGENCIA E ADEMARISMO, NÃO PODERA' SER HONESTO**

**HONESTIDADE E ADEMARISMO, NÃO PODERA' SER INTELIGENTE**

**INTELIGENCIA E HONESTIDADE NÃO PODERA' SER ADEMARISTA**

Os paulistas que o escolham. Estamos num regime de liberdade. Cada um pode ser o que bem entende. A té gatuno. E pode também ser inteligente e honesto...

Figura 23 – Uso da lógica para justificar não votar em Adhemar – 01.10.1953.



Figura 24 – imagem do dia 28.09.1954

Embora em menor quantidade, houve algumas propagandas para Jânio, fortalecendo a ideia de que o político possuía, de certa forma, algum trânsito entre os editores do OESP, demonstrando a força de seu capital político:



Figura 25 – pequena nota fazendo propaganda de Jânio e de sua coligação

Mesmo com os inúmeros ataques a Adhemar e com o grande destaque dado a Prestes Maia (e as críticas aos outros candidatos), o jornal lamentou o nível da campanha, considerado “injusto” e “baixo”. Sem citar nomes, o editorial se posicionou contra os termos ofensivos usados por pessoas contra os candidatos, além das trocas de insultos entre eles mesmos:

Raramente, ter-se-á contemplado espetáculo tão triste. A propaganda desceu ao nível mais baixo. Com exceção de candidatos, como o sr. Prestes Maia, educados (...) a generalidade dos que disputam cargos de governo e de representação deu a mais lamentável copia dos seus recursos intelectuais e de sua tempera moral (...) injurias, calunias, toda sorte de achincalhes eram trocados, entre os homens que se propõem a ser a expressão da política paulista (...) Do verdadeiro concurso de mediocridades, que se estabeleceu, o que se apurou é que mal governado estará S. Paulo se, por um erro do eleitorado, o escolhido, entre os candidatos ao cargo de governador, deixar de ser o sr. Prestes Maia (...)<sup>319</sup>

Na edição do dia da eleição, uma propaganda curiosa estampava a capa do OESP. O jornal pedia para os eleitores de Jânio refletirem e, ao invés de votar em seu candidato deveriam votar em Prestes Maia, pois assim manteriam um bom político na prefeitura e outro bom político no governo, afastando qualquer possibilidade de Adhemar de Barros chegar ao poder:

<sup>319</sup> OESP, 01.09.1954.

**JANISTA AMIGO**

*VOCÊ JÁ MEDITOU?*

**PRESTES MAIA** – GOVERNADOR

**JANIO QUADROS** – PREFEITO

derrotamos **ADHEMAR** fazendo

**PRESTES MAIA** – GANHAR

*QUEM EM JANIO VOTAR*

estará ajudando **ADHEMAR**

*VOTE EM*

**P R E S T E S M A I A**

*E MANTENHA*

**JANIO QUADROS**

**NA PREFEITURA PARA**

**2 Administradores Honestos**

**GOVERNAREM SÃO PAULO**

Figura 26 – OESP incitando uma “dobradinha” entre Jânio e Prestes Maia

Nesse mesmo dia, ocorreu a votação e, desde o início da apuração, a disputa entre Jânio e

Adhemar foi extremamente acirrada. Como resultado final, Jânio foi eleito com 660.264 votos (34,2%), contra 641.960 votos de Adhemar de Barros (33,3%), 492.518 votos de Prestes Maia (25,5%) e 79.783 votos para Toledo Piza (4,1%); também tiveram, entre brancos e nulos, 54.414 votos (2,8%).<sup>320</sup>

Se na vitória da eleição de 1953 Jânio já acumulara um capital político relativamente grande, nessas eleições ele consolidou-se como o principal nome da política paulista, e um potencial líder a nível nacional. Por mais que a margem de votos tenha sido pequena, a vitória do prefeito evidenciava que seu capital político era superior ao dos outros candidatos, impondo grande derrota especialmente a Adhemar de Barros: este, que já perdera parte significativa de sua influência na briga com Garcez, sofreu duro impacto com a derrota, uma vez que chegar novamente ao governo de São Paulo seria um trunfo eleitoral para alavancar sua candidatura à presidência da República, cuja eleição ocorreria no ano seguinte. Em relação ao atual governador, sua segunda derrota consecutiva para Jânio Quadros sepultou, de vez, suas pretensões de liderança política; embora fosse bem visto por parcela significativa dos políticos, tal simpatia demandava muito mais de seu perfil técnico do que seu perfil político. Após essas eleições e do fim de seu mandato, Garcez acabou se retirando da vida política, dedicando-se ao seu trabalho como engenheiro e professor.

O resultado, assim como nas eleições para prefeito da capital paulista, foi bastante lamentado pelo OESP. Bastante decepcionado com a resultante das eleições, o jornal sentia muito por um dos defeitos mais graves (ao seu ver) da democracia brasileira: a falta de capacidade dos eleitores, que não haviam aprendido ainda a votar, desperdiçando a chance de eleger o candidato mais probo, mais honrado daquelas eleições (que perdia novamente, assim como o Brigadeiro Eduardo Gomes perdera duas vezes):

Pelos seus merecimentos, pelos seus predicados de homem publico, pela sua capacidade profissional, revelada na remodelação desta Cidade, pela retidão do seu caráter, pela sua probidade, estava acima de qualquer dos outros candidatos (...) O eleitorado ainda não aprendeu, parece-nos, a distinguir entre o bom e o mau. Tanto o trigo como o joio se lhe afiguram a mesma coisa. Fazíamos melhor idéia de seu discernimento (...) a grande votação que recebeu o chefe da corrupção administrativa em São Paulo, o ex-governador que está sendo processado por crime de peculato, o explorador do jogo em todas as suas modalidades, o criador da cobrança de porcentagens aos que tinham dinheiro que receber do Tesouro (...) O que, em parte, salvou o eleitorado foi não ter assegurado a vitória a esse cidadão. O escolhido, até agora, foi o menos pior. Fazemos votos por que, no futuro, o eleitorado, do menos pior, suba para o melhor. Até lá não esmoreçamos na propaganda cívica e na doutrinação política. Precisamos educar esses homens que dispõem dos votos sem saber onde têm a cabeça, a fim de que a nossa democracia escape ao perigo, que a ameaça, de soçobrar na ignorancia e na cegueira das massas (...)<sup>321</sup>

<sup>320</sup> CHAIA, op. Cit., p. 112-113. Dados retirados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

<sup>321</sup> OESP, 06.10.1954.

A citação acima é bastante elucidativa da postura do jornal perante a situação política brasileira. Via o sistema democrático como algo muito importante e eficaz. No entanto, a escolha política ainda não havia sido aprendida pela maioria da população. Embora não defendesse a anulação das eleições, OESP defendia (como o fizera desde praticamente sua fundação) a *educação* do povo, ou seja, que este aprendesse o suficiente para votar nos candidatos “corretos”, demonstrando um caráter autoritário bastante significativo, em que o ouvinte não nega o discurso do outro diretamente, mas busca desqualificá-lo de todas as formas possíveis, provando que o discurso é inválido<sup>322</sup>.

Nas edições seguintes, assim como na campanha para prefeito no ano anterior, OESP continuaria se lamentando pela derrota de seu candidato; na esfera política, o jornal deu destaque às declarações do deputado estadual Lincoln Feliciano, que dizia que a população não sabia votar e o voto deveria ser proibido, causando grande discussão no plenário.<sup>323</sup>

Nessas eleições ocorreram, basicamente, duas disputas: a disputa pelo governo e pela hegemonia política do estado. A primeira, uma disputa eleitoral pautada no histórico político de cada um, bem como nos pontos que defendiam; a segunda evidenciou uma disputa simbólica, no qual o foco era agregar o maior número de lideranças à candidatura própria, buscando ter maior influência e controle sobre a política paulista e parte significativa da política nacional.

No entanto, Jânio perdeu número significativo de votos na capital nessas eleições, como apontou Chaia (com base nos dados do TRE). Nas eleições para prefeito, Jânio obteve 284.922 votos entre 424.396 votos válidos; nesta eleição (cerca de 1 ano depois), obteve 271.545 votos entre 647.765 votos válidos.<sup>324</sup>

Embora seja difícil fazer uma comparação direta entre essas duas eleições (que possuíam caráter bastante distinto), é necessário frisar que, diferente da eleição para a prefeitura, existiam dois nomes de grande capital político na disputa com Jânio: tanto Adhemar quanto Prestes Maia já haviam estado no poder, e possuíam grupos significativos de apoio civil. Além disto, a eleição para a prefeitura constituía-se uma novidade para os paulistanos, enquanto que a eleição para governador já era, de certa forma, um hábito (hábito este dominado politicamente pelo PSP nas eleições anteriores).

Foi com esse forte capital político e com um poder simbólico imenso que Jânio Quadros assumiu o governo em 25 de janeiro de 1955, tendo renunciado dias antes à prefeitura de São Paulo.

---

<sup>322</sup> BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, op. Cit., p. 94-104.

<sup>323</sup> OESP, 07.10.1954.

<sup>324</sup> CHAIA, op. Cit., p. 113-114.

### 3.3 Governo do estado

No dia 22 de outubro, Jânio reuniu a imprensa e concedeu uma entrevista coletiva, enfatizando fatos relacionados à sua mais recente vitória e sua trajetória política, bem como seus planos como governador. Em um primeiro momento, o governador eleito procurou elogiar a imprensa, embora condenando ataques que recebia de alguns órgãos considerados “injustos” por ele:

“Eu vos convoquei – acentuou s. exa. – para uma conversa franca e singela. Vamos falar na intimidade. Tenho em alto apreço esse veiculo poderoso de comunicação de ideias, que é o jornal. Não obstante, contra determinados setores da imprensa, tenho também minhas queixas. Hoje, ainda, li na revista “O Cruzeiro” uma serie de coisas a meu respeito (...) Não obstante, sinto pela imprensa toda a admiração que o bom democrata deve experimentar.<sup>325</sup>

Após a vitória, Jânio viajou para a Europa, visitando Paris e Roma, entre outros países. Essa viagem foi um dos assuntos abordados na entrevista, assim como sua posição perante os partidos políticos e a próxima eleição presidencial. Também comprometeu-se a dar maior autonomia aos municípios, reformar o quadro policial, sanar as finanças do estado, estimular a produção do café, combater o jogo e a prostituição, entre outras coisas que já tinha abordado durante a campanha; no meio da entrevista, um dos repórteres (não identificado pelo OESP) perguntou qual era a opinião de Jânio em relação a uma reportagem (de autoria não identificada) que ele se parecia com Hitler; como resposta, o governador eleito disse: “*Não li, acrescentou. Mas quem a escreveu deve ser alucinado como o proprio Hitler*”.<sup>326</sup>

O jornal pareceu não receber bem a entrevista de Jânio. No editorial no dia seguinte à publicação, as palavras foram bastante intensas em relação à postura do político na entrevista e perante o próprio OESP:

Com a entrevista que concedeu anteontem á imprensa, o governador eleito do Estado deu-nos mais a impressão de alguém que regressasse ao País após alguns anos de vilegiatura em plagas estrangeiras, do que propriamente de quem se acha em vespas de ausentar-se para lá (...) Porque a verdade é esta: a oposição que movemos á sua candidatura não resultava de antipatias pessoais, que não alimentamos, nem de interesses particulares que s. exa. pudesse ferir. Fundamentava-se – e sentimo-nos ainda plenamente á vontade para dizê-lo – na ausencia quase absoluta de provas de sua capacidade para o exercicio do alto e espinhoso cargo que ambicionava (...) Mas como as campanhas desse genero, no nosso País, não se desenvolvem, infelizmente, sobre planos de governo e projetos de reformas, mas através da eloquencia de arengadores, nem sempre dos mais substanciais, não estranhamos que s. exa. reservasse, para expô-lo depois, o plano

<sup>325</sup> OESP, 23.10.1954. A Revista *O Cruzeiro*, criada em 1928, fora incorporada aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Ver SODRÉ, op. Cit., p. 388.

<sup>326</sup> OESP, 23.10.1954.

de sua política estadual. Compreensível seria, portanto, a nossa curiosidade diante do primeiro ensejo que se apresentava ao governador eleito do Estado, para transmitir à imprensa seus planos de ação. E compreensível, certamente, há de ser também nossa estranheza diante do arrazoado de coisas vagas com que s. exa. entendeu por bem encher os papéis de apontamentos dos repórteres e satisfazer à expectativa dos que esperavam dele opiniões e idéias sobre os graves problemas da situação que atravessamos (...) <sup>327</sup>

Além das fortes críticas a Jânio, OESP demonstrou publicamente sua grande insatisfação perante todos os eleitos no estado, destacando que apenas uma pequena minoria valeria a pena, além de condenar os “forasteiros” que foram eleitos (cuja expressão máxima era o próprio Jânio, de origem mato-grossense):

Confessamos, lealmente, que não contamos que a esse mandato seja dada execução brilhante. Se existem, entre os escolhidos, alguns homens de valor, o certo é que, na maioria, não se destacam nem por virtudes morais nem por predicados intelectuais. O que neles domina é a mediocridade (...) Se nem todos encontram motivos para amar São Paulo, motivos que só existem entre os paulistas de nascimento, todos têm os seus interesses vinculados ao Estado que os elegeu (...) De uma representação mediocre não se podem esperar coisas extraordinárias. Podem-se esperar, entretanto, coisas mais ou menos sofríveis. <sup>328</sup>

Durante sua estadia na Europa, Jânio concedeu entrevista à imprensa portuguesa sendo novamente condenado pelo OESP, por “muito falar e nada dizer”. <sup>329</sup> Além disso, OESP terminou o ano de 1954 com intensas críticas aos partidos e aos políticos de maneira geral, poupando apenas os partidários da UDN e de algumas legendas próximas, como o PR e o PDC. Próximo da posse, o editorial do jornal novamente não poupou críticas a Jânio:

Do governador, cuja administração começará dentro de poucas horas, não esperamos, infelizmente, muita coisa reconfortadora. As desconfianças que as suas atividades políticas despertaram, ainda não desapareceram. Continuamos a achá-lo um político mais preocupado com a sua carreira do que com os interesses da coletividade, vario e oscilante nos seus propositos e nas suas atitudes, presa de um messianismo demagogico deveras inquietador, disfarçando, sob as asas do anjo da paz e da bondade, a cauda de um satanás, ávido de postos e de glórias. <sup>330</sup>

Ao voltar, no início de 1955 para o Brasil, Jânio encontrou, assim como em seu curto período como prefeito, um Legislativo com uma minoria favorável ao seu governo: das 75 cadeiras, o PSP mantinha a maioria, com 17 deputados eleitos; o PSD se fortalecera, e conquistara 11 cadeiras; o PTB, mesmo dividido (ou tripartido), obteve 8 cadeiras; PR, UDN e PTN conquistaram 7 vagas cada; PSB e PDC com 4 deputados cada um; PRP, PST e PRT com 3 representantes cada e

---

<sup>327</sup> OESP, 24.10.1954.

<sup>328</sup> OESP, 26.10.1954.

<sup>329</sup> OESP, 10.11.1954.

<sup>330</sup> OESP, 30.01.1955.

o PI, com 1 cadeira.<sup>331</sup>

Já a composição do secretariado de Jânio não trouxe grandes surpresas, com pessoas às quais já haviam trabalhado, indicando os seguintes nomes: o jurista Marrey Júnior (que foi secretário de Negócios Internos e Jurídicos), do PTB, para a secretaria da Justiça; o advogado Carvalho Pinto (ex-secretário de Finanças), do PDC, ficou com a secretaria da Fazenda; o farmacêutico Scalamandrê Sobrinho (ex-secretário da Saúde), do PTB (que logo depois se transferiu para o PTN) assumiu também a secretaria da Saúde; João Caetano Álvares Júnior (ex-secretário de Obras) assumiu a secretaria de Viação e Obras Públicas. Além destes, compuseram o quadro de secretários: Cruz Martins (Agricultura), Castilho Cabral, do PTN (Trabalho, Indústria e Comércio – ex-aliado de Adhemar no PSP); Cunha Bueno, do PSD (Governo – candidato a vice-governador na chapa de Prestes Maia); Gal. Onorato Pradel (Segurança); e a professora Carolina Ribeiro (Educação).<sup>332</sup>

Com um secretariado pluripartidário e com grande popularidade, Jânio colocou como lema de seu governo realizar atividades com “autoridade moral, honestidade e trabalho”, focando a moralização da administração pública e a recuperação econômica do estado. Quanto a este último aspecto, Jânio prometia bastante rigor, confiando a Carvalho Pinto a tarefa de cortar gastos de todas as maneiras possíveis, visando ao equilíbrio fiscal das finanças do estado:

A reforma administrativa implicou a extinção da Secretaria do Trabalho e da Administração, além de proceder à demissão de mais de 10 mil funcionários e à cobrança de oito horas de trabalho diárias dos funcionários em todas as repartições públicas e de outras medidas que visavam fiscalizar o trabalho desses funcionários. Porém, o mais importante dessa reforma foi o estabelecimento de um esquema de centralização, integrando planejamento e controle governamental das contas das autarquias e sociedades, em que o Estado se fazia presente como acionista. Todo esse processo seria comandado pela Secretaria de Finanças.<sup>333</sup>

Carvalho Pinto passou a ser o nome forte do governo, pois todas as finanças relacionadas aos gastos públicos (incluindo as outras secretarias) passariam pelo seu crivo antes de chegar ao governador. Nesse início de governo, as relações foram particularmente tensas entre o secretário de Finanças e os outros, por conta das instruções de Jânio de reduzir ao máximo os gastos estatais; Carvalho Pinto era chamado pelo governador de “professor”, e pelos secretários de “ditador”.

Tal política, já desempenhada na prefeitura, era expandida ao governo do Estado tendo como principais características: evitar o aumento de impostos, para conter a inflação; tentar resolver todos os problemas administrativos através das finanças existentes, não criando novas dívidas, gastando o básico, cortando serviços e funcionários considerados “desnecessários”; volta aos pagamentos

<sup>331</sup> SAMPAIO, op. Cit., p. 162. Dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>332</sup> CHAIA, op. Cit., p. 115.

<sup>333</sup> CHAIA, op. Cit., p. 138.

pontuais as suas dívidas, pois muitos pagamentos atrasados foram herdados do governo anterior; e, por fim, fiscalização de todos os serviços e servidores públicos, buscando o bom emprego do dinheiro oriundo de impostos.<sup>334</sup>

Jânio teria pendurado novamente uma faixa, dessa vez em frente ao palácio dos Campos Elísios, com os seguintes dizeres (logo após sua posse, no dia 31 de janeiro de 1955): “*O Governador cancelou as audiências por trinta dias, a fim de sair às ruas para combater o roubo e a corrupção*”; e realmente foi às ruas, fazendo várias visitas “surpresas” a repartições e departamentos públicos, buscando averiguar a situação de trabalho das pessoas e como a “coisa pública” estava sendo tratada.

Ainda com apoio popular significativo, Jânio procurava deixar bem claro sua posição enquanto político, ressaltando a todo o momento que, enquanto governador, ele seria a principal referência de autoridade no Estado. Em nome do moralismo e do controle dos gastos da administração pública, o governador não via com bons olhos as críticas direcionadas ao seu governo, muito menos a sua pessoa. Assim como já havia demonstrado durante sua breve gestão como prefeito, a relação com o Legislativo e com seus subordinados mudou sensivelmente; enquanto vereador e deputado, Jânio se colocou como um árduo defensor da liberdade de expressão, do acompanhamento sistemático do Executivo em prol de seu bom funcionamento, entre outras coisas. No entanto, enquanto governador, processou e demitiu vários funcionários públicos que declararam abertamente que não nutriam simpatia com seu tipo de gestão e procurava driblar novamente as votações da Assembleia, uma vez que muitos de seus problemas no Legislativo eram cuidados diretamente com os líderes dos partidos ou diretamente com a população.

As eleições presidenciais começavam a ganhar corpo, e o nome de Jânio Quadros começou a ser considerado como uma possibilidade real. No entanto, o atual governador mal assumira e teria que renunciar de novo, gesto feito recentemente com a prefeitura. Assim, os principais candidatos à presidência disputavam quem seria o candidato do Jânio Quadros, uma vez que ele era considerado um ótimo puxador de votos e estava praticamente impedido de sair candidato por conta de suas recentes movimentações políticas.

Para essa eleição, os três nomes com maiores chances de vitória eram: Juarez Távora, ex-tenente, da UDN; Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais, do PSD; e Adhemar de Barros, ex-governador paulista, do PSP. O quadro eleitoral, profundamente marcado pelo suicídio de Vargas, seria novamente um teste de forças para Jânio: se conseguisse angariar vários votos para o candidato apoiado, seria uma forma de manter as diretrizes para fortalecer seu poder simbólico, fazendo com que o seu capital político aumentasse ainda mais ou sofreria queda.

Seguindo a tendência na eleição para governador em 1950, Jânio apoiou o candidato da

---

<sup>334</sup> CASTRO, op. Cit., p. 121-122.

UDN, que também era apoiado pelo PDC. Tal postura desagradou alguns políticos próximos ao governador, principalmente aqueles ligados aos trabalhistas, uma vez que as linhas de atuação dos udenistas e dos trabalhistas eram bastante distintas (fossem do PTB, PTN ou das agremiações menores).<sup>335</sup>

No entanto, o apoio ocorreu por negociações de Jânio com o presidente Café Filho. Tal acordo não ocorreu, necessariamente, por afinidades partidárias: o governador precisava de ajuda financeira para reestruturar o estado e Café Filho buscava manter influência no processo sucessório, empenhado em angariar o apoio de Jânio para a candidatura de Juarez Távora.<sup>336</sup> Além da questão financeira, Jânio indicou nomes para compor o ministério de Café Filho (que, embora do PSP, estava rompido com Adhemar e bastante próximo da UDN, a qual ajudou a articular os inúmeros pedidos de *impeachment* de Vargas, o qual também havia rompido), indicando os nomes de José Maria Whitaker para o ministério da Fazenda, Otávio Marcondes Ferraz para o ministério da Viação e Obras Públicas e o nome de Alcides Vidigal para a presidência do Banco do Brasil.

Jânio pediu dois meses de licença para se dedicar a candidatura de Juarez Távora. Enquanto o candidato percorria o Norte e o Nordeste angariando votos (que eram seus redutos eleitorais), Jânio percorreu todo o estado de São Paulo, investindo principalmente nas cidades do interior, onde havia uma forte influência de Adhemar de Barros.<sup>337</sup> Jânio já havia apoiado a UDN nas duas eleições presidenciais anteriores, e não nutria grandes simpatias pelo PSD nacional, nem pela figura de Juscelino Kubitschek.

No entanto, a candidatura de Juarez Távora não era bem vista por vários setores da UDN, incluindo a seção carioca, que era a mais influente dentro do partido. O general já tinha sua candidatura garantida, pois havia sido lançada pelo PDC; no entanto, se visualizasse alguma chance de vitória, teria que receber apoio de um grande partido a nível nacional, e PSD e PTB já estavam engajados na candidatura de JK e Távora sempre fora membro da UDN.<sup>338</sup> Nenhum nome dentro do partido era unanimidade, e o general já contava com o PDC e o PSB na sua campanha, além da simpatia de Jânio Quadros e apoio do governo federal. Logo, mesmo os udenistas mais insatisfeitos acabaram aderindo à campanha.

Em 03 de outubro de 1955, a população foi às urnas e, terminada a apuração, o candidato do PSD Juscelino Kubitschek foi eleito com pouco mais de 3 milhões de votos (cerca de 36%), ficando Juarez Távora em segundo com pouco mais de 2,6 milhões de votos (cerca de 30%), Adhemar de Barros em terceiro, com pouco mais de 2,2 milhões de votos (pouco mais de 25%) e Plínio Salgado em quarto lugar, com pouco mais de 700 mil votos (cerca de 8%). Para vice-presidente, João

<sup>335</sup> ARNT, op. Cit., p. 98-100.

<sup>336</sup> CHAIA, op. Cit., p. 130-131.

<sup>337</sup> CASTRO, op. Cit., p. 133-139.

<sup>338</sup> BENEVIDES, 1981, op. Cit., p. 92-96.

Goulart, do PTB, foi eleito com quase 3,6 milhões de votos (aproximadamente 45%), contra aproximadamente 3,4 milhões de votos do udenista Milton Campos (cerca de 42% dos votos), seguido do ex-trabalhista e neo pessepista Danton Coelho, com pouco mais de 1,1 milhão de votos (cerca de 14%).<sup>339</sup>

Em São Paulo, no entanto, Adhemar de Barros foi o grande vencedor da disputa, recebendo mais de 850 mil votos (pouco mais de 44% dos votos do Estado, e 39% dos votos de Adhemar no total), contra pouco mais de 620 mil votos de Juarez Távora (aproximadamente 32% dos votos do Estado e 24% dos votos no total), 240 mil votos de Juscelino Kubitschek (cerca de 12% dos votos do Estado e 8% dos votos no total) e Plínio Salgado com cerca de 160 mil votos (cerca de 8% dos votos do Estado e 22% do total de votos). Para vice-presidente, Milton Campos foi o mais votado em São Paulo, com quase 730 mil votos (cerca de 37% dos votos do Estado e 21% do total), tendo Danton Coelho, com pouco mais de 600 mil votos (cerca de 31% dos votos do Estado e 53% do total), e João Goulart com pouco mais de 380 mil votos (cerca de 20% dos votos do Estado e aproximadamente 11% do total).<sup>340</sup>

Embora Juarez Távora e Milton Campos tenham tido votação expressiva em São Paulo, não foram superiores a Adhemar de Barros. Tal aspecto pode ser considerado de duas formas em relação a atuação de Jânio: por um lado, não conseguiu vencer Adhemar, demonstrando que o tradicional político do PSP, ao contrário do que muitos pensavam (incluindo o próprio governador), continuava muito forte no estado. Por um outro aspecto, Jânio não venceu, mas ajudou os candidatos da UDN a terem muitos votos que provavelmente seriam para Adhemar, enfraquecendo assim a candidatura do ex-governador, já que ter boa votação no maior colégio eleitoral do país significava ter um desempenho eleitoral nacional, no mínimo, razoável. Embora a UDN não possuísse fortes bases partidárias em São Paulo, sua expressiva votação nessa eleição demonstraram, de certa forma, que o capital político de Jânio também era bastante grande: dificilmente sem esse apoio Távora receberia votos do interior de São Paulo, além de muitos trabalhadores que acabaram votando por conta da influência do governador do estado.

Pouco antes desta eleição ocorreu um outro pleito em São Paulo, para a escolha do novo prefeito da capital, já que tanto Jânio Quadros (antigo prefeito) como Porfírio da Paz (antigo vice-prefeito) tinham renunciado aos seus cargos para assumir o governo e vice-governo do estado, respectivamente. William Salem, presidente da Câmara Municipal de São Paulo e membro do PSP, ocupava interinamente o cargo de prefeito, e se encarregou da estruturação da disputa; organizada rapidamente em fins de 1954 e início de 1955, teve como candidatos a sucessão: o jornalista e

<sup>339</sup> BUSSETO, op. Cit., p. 115-116. Danton Coelho era presidente do PTB paulista; contrariando o diretório nacional, anunciou apoio à candidatura de Adhemar, sendo expulso do partido e aderindo às fileiras do PSP.

<sup>340</sup> Dados retirados de [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/representacao\\_politica/1956/rep\\_polit\\_1956m\\_aeb\\_118\\_1.pdf](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1956/rep_polit_1956m_aeb_118_1.pdf). Acesso em 06.dez.2011.

deputado federal Emílio Carlos, do PTN (principal articulador da entrada de Jânio no partido), o deputado federal Rogê Ferreira, do PSB, o senador Lino de Matos, pelo PSP (com apoio do PTB), o radialista e deputado estadual Homero Alves (UDN), o deputado federal Loureiro Jr. (PRP) e o presidente do diretório paulista do PDC, Queiroz Filho.

O governador não declarou apoio a nenhum dos candidatos formalmente, embora dois candidatos usassem muito sua figura: Emilio Carlos e Rogê Ferreira. Embora o primeiro fosse o candidato oficial do partido, não houve grande empenho de Jânio na campanha, uma vez que estava mais focado nos desdobramentos da campanha de Juarez Távora. Assim, com o apoio maciço do PTB paulista e a pulverização dos eleitores de Jânio em várias candidaturas, nas eleições do dia 22 de maio de 1955, Lino de Matos venceu com sobras, tendo mais de 190 mil votos (aproximadamente 46%), com Homero Alves em segundo, com pouco mais de 90 mil votos (cerca de 22%), Emílio Carlos em terceiro, com pouco mais de 80 mil votos (aproximadamente 20%), seguido de Rogê Ferreira, com pouco mais de 40 mil votos (10%), Loureiro Jr. com pouco mais de 11 mil votos (aproximadamente 3%) e Queiróz Filho com 132 votos fecharam a apuração<sup>341</sup>, demonstrando assim que o PSP ainda tinha força eleitoral, embora com apoio fundamental do PTB.<sup>342</sup>

Após essas duas eleições, o PSP ganhou uma sobrevida e Jânio Quadros demonstrou não ser tão hegemônico assim no estado, uma vez que essa imagem foi muito forte após a vitória nas eleições para a prefeitura. Embora com um respeitado capital político, o Jânio atual era bastante diferente daquele que comia junto com os trabalhadores, ou que os recebia sempre; esse novo político era alguém que, embora não limitado a nenhuma agremiação partidária, sabia dialogar com elas quando lhe era útil; sabia como administrar bem uma região, com um estilo moralista e autoritário que não era muito próximo de seu estilo acolhedor dos tempos de Legislativo. Além disso, o cenário social paulista ficava cada vez mais heterogêneo, com vários grupos buscando representação política na cidade (e no estado).

---

<sup>341</sup> Busetto, op. Cit., p. 116. Queiroz Filho retirou sua candidatura antes das eleições, passando a apoiar Homero Alves; no entanto, alguns eleitores acabaram indicando seu nome na cédula de votação.

<sup>342</sup> Sampaio, op. Cit., p. 88.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja arriscado falar em uma cultura política única para uma região – no caso de São Paulo, uma cultura política paulista – comentar sobre culturas políticas distintas também torna-se um risco, mas talvez um risco necessário. No período de democratização do país até o fim da década de 1950, o estado de São Paulo foi dominado, eleitoralmente, por duas culturas políticas distintas. De um lado, um simbolismo baseado em valores considerados “tradicionais” na sociedade paulista: valorização da família e dos amigos, tratamento íntimo a todos, conversas individuais, condições diferentes para cada um; em outro aspecto, a valorização daquilo que é justo, ou seja, o que está na lei tem que ser cumprido, não debatido; a manutenção da moral não se faz através de admitir o que é errado para consertar depois, mas sim seguir o que é certo, sempre; e, o principal: todos tem os mesmos direitos perante a justiça.

A cultura política relacionada ao *habitus* de Jânio Quadros, referente ao forte moralismo e a manutenção da aplicação da justiça a todos, teve ampla aceitação entre uma parte considerável dos trabalhadores urbanos das grandes cidades e dos municípios em crescimento, uma vez que os aspectos defendidos por Jânio iam de encontro aos seus anseios. Afinal, trabalhavam bastante, ganhavam seu salário de maneira digna, pagavam todos seus impostos, mas não tinham direito a uma rua com asfalto, a um reconhecimento social de que sua função era importante, a uma maior valorização por conta dos empregadores, etc. Assim, Jânio encontrou respaldo eleitoral na parcela da população que aumentava cada vez mais sua participação econômica na sociedade mas continuava excluída, de certa forma, das representações sociais no cotidiano e, principalmente, sem participação política.

Os partidos com base em modelos políticos anteriores ao período da democratização continuavam tendo respaldo eleitoral, mas estavam fadados a perder espaço caso continuassem com o mesmo discurso sempre. No caso do OESP, o jornal criado como uma manifestação favorável à república no século XIX entrou no período de democratização brasileira bradando contra o então presidente Vargas e o interventor político que violara suas instalações, Adhemar de Barros. O principal anseio do jornal não era, necessariamente, a democracia como sistema político, mas sim se livrar das amarras políticas impostas: se ser democrata era estar contra Vargas e Adhemar, viva a democracia! Caso contrário, haveria inúmeras restrições ao sistema democrático, desorganizado e dando margem para problemas de ordem estrutural, como a falta de capacidade da população para votar, por exemplo.

Após as eleições e a “normalização” política com a promulgação de uma nova Constituição em fins de 1946, OESP voltou seu discurso para uma maior reflexão em relação ao panorama político brasileiro, com enfoque na política paulista. Assim, a publicação fazia questão de informar,

refletir e atuar na política paulista (e nacional), posicionando-se politicamente e buscando a manutenção de valores considerados “tradicionalistas” (manutenção das bases cristãs e liberais da sociedade da elite paulista), em contraponto com o “perigo comunista” e os “populistas demagogos”.

Conforme a ascensão política de Jânio foi se consolidando no cenário político paulistano, sua imagem foi ficando mais constante no OESP, embora não necessariamente com uma visão positiva. Afinal, Jânio representava alguns valores diferentes daqueles considerados tradicionais, embora mantivesse muitos destes elementos vivos em sua atuação política: ao mesmo tempo em que transgredia o vestuário com roupas amassadas e um grande descuido com a própria aparência, prezava pela moralidade da sociedade e a manutenção dos bons costumes familiares; ao mesmo tempo em que tratava seus adversários com pouco apreço e com palavras ofensivas, defendia os direitos daqueles que mais precisavam de maneira enfática, sem dar margem para as vantagens de uns em relação aos outros.

Conforme o capital político de Jânio Quadros foi aumentando e seu poder simbólico se expandindo, OESP foi dando mais atenção ao político, tendo um sentimento de atração e repulsa ao mesmo tempo, uma vez que Jânio não compartilhava seu *habitus* mas trazia vários elementos deste, tendo alguns pontos em comuns. Tal postura não era uma exclusividade do jornal: tanto na cidade de São Paulo quanto em outras cidades, a atração e a repulsa entre duas culturas políticas distintas eram cada vez mais intensas: era o novo, o diferente que atraía e assustava o antigo, a tradição.

Entre as permanências e rupturas na História, uma nova forma de pensar-se o espaço em que se vive ganha vida, embora não mude tudo: pelo contrário, a mudança ocorre na medida em que estruturas básicas são mantidas (mesmo que aparentemente), mudando muitas vezes apenas a forma; o embrulho pode ser trocado, mas mexer no conteúdo já é, de certa forma, um complicador maior.

Ao ser eleito governador, Jânio tornou-se uma figura de maior vulto dentro do OESP: já não era visto de maneira tão distinta assim pelo jornal, pois não era mais uma personagem estranha dentro da política e sociedade paulista, mas sim alguém com poder simbólico o suficiente para manter o equilíbrio entre as diferentes culturas políticas. As práticas mais tradicionalistas de Jânio, embora criticadas em um primeiro momento pelo jornal, demonstraram-se bastante eficazes em seus fins, fazendo com que OESP não se preocupasse tanto assim com os meios; a eficácia do governo justificou, de certa forma, os mandos e desmandos de Jânio, bem como sua conturbada relação com a imprensa (sendo que muitas vezes o governador boicotou os grandes veículos jornalísticos).

Nessa relação, portanto, Jânio passou do excêntrico professor de classe média baixa ao honrado doutor, futuro presidente do país. Sua rápida ascensão política (e a mudança do discurso do

jornal) são indicadores do contexto ao qual estavam inseridos: agente de seu tempo, o político trouxe consigo os anseios e as permanências de uma parcela da população que não se via, necessariamente, representada na política: bem ou mal, acabou sendo o canal (embora não o único) mais representativo desses grupos nesse período.

Mais do que analisar o discurso de um periódico em relação a um político, a intenção do trabalho foi compreender melhor como esses discursos diferentes (na forma, não tanto na essência) se cruzaram e qual foi a resultante dessa intersecção de duas culturas políticas distintas.

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

\_\_\_\_\_. **Una disciplina segmentada: escuelas y corrientes en las ciencias políticas**. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública: Fondo de Cultura Económica, 1999

ARNT, Ricardo. **Janio Quadros – O Prometeu da Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BENEVIDES, Maria V. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs). **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLOCH, MARC. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º ed. 2007.

BORGES, Vavy P. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista – História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Difel/Bertrand Brasil: Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BUSSETO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os arautos do liberalismo: 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. e PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARONE, Edgard. **A quarta república: documentos (1945-1964)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias***. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP Assis, 2005.

CASTILHO, Cabral. **Tempos de Jânio e outros tempos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Coleção Retratos do Brasil; 11).

CASTRO, Viriato de. **O fenômeno Jânio Quadros**. São Paulo: 1959.

CHACON, Vamireh. **Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937 – 1964**. Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

CHAIA, Vera L. **A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)**. Tese (Doutorado). São

Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

D’ALESSIO, Marcia B. M. **Problematique nationale et populisme dans le Bresil de Getúlio Vargas**. Paris: Université de Paris I, 1979

D’ARAÚJO, Maria C. S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos; 90).

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editôra da Universidade de S.Paulo, 1971.

DEBERT, Guita G. **Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. **O Populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947 – 1953)**. Caderno AEL, v. 11, n.20/21, 2004.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em S. Paulo**. São Paulo: USP, 1973.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. 3º ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3), p. 35-39

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

\_\_\_\_\_. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

- \_\_\_\_\_. (org). **O populismo e sua história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela C. **A invenção do trabalhismo.** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões.** In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F. B.; GOUVEA, Maria de F. S (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005
- \_\_\_\_\_. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito.** In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HECKER, Alexandre. **Socialismo Sociável: História da esquerda democrática em São Paulo (1945 – 1965).** São Paulo: Ed. da Unesp, 1998 (Prismas).
- HISTORIOGRAFIA ATUAL – RUPTURA COM O MARXISMO E O ESTRUTURALISMO. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.; GOUVEA, Maria de F. S. (org). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 64).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85).
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil.** 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- KWAK, Gabriel. **O Trevo e a Vassoura.** São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- LAURENZA, Ana M. de A. **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano.** São Paulo: Editora SENAC, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Soraia H. C. **Julio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política. O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. In: LOCKE, John. **Locke**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Coleção Os Pensadores.

MAGALHÃES, Felipe S. **Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951)**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 271-290, dez. 2007

MARTINS, Ana L.; LUCA, Tânia R. de (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLÃO NETO, João. **Janio Quadros: 3 estórias para 1 história**. São Paulo: Renovação, 1982.

MESQUITA, Julio. **A guerra: (1914-1918)**. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Terceiro Nome, 2002, 4 v.

MOTA, Carlos G.; CAPELATO, Maria H. R. **História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981**. São Paulo: Impress, 1980.

MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)**. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002.

NASSER, David. **Jânio, a face cruel**. S.I: Cruzeiro, 1966.

NOBRE, Freitas. **História da imprensa em São Paulo**. Importadora Americana, 1956.

PEREIRA, Luiz C. B. **Pactos políticos do populismo à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRADO, Maria L. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Populismo na América Latina (Argentina e México)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20º ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

QUADROS NETO, Jânio. **Jânio Quadros: memorial à história do Brasil**. São Paulo: Rideel, 1996.

REIS FILHO, Daniel A. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SADEK, Maria T. A. **A trajetória de Jânio Quadros**. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). **As Eleições Municipais de 1985**. São Paulo: IDESP, 1986.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Editora, 1982.

SILVA, Carlos E. L. da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sunnus, 1991.

SILVA, Hébber R. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Nelson W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.; GOUVEA, Maria de F. S. (org). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964**. 3 ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

STUART MILL, John. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: Escala, 2006.

TORLONI, Hilário. **A verdade nua e crua sobre a Administração Jânio Quadros (1955 a 1958)**. São Paulo: Fulgor, 1960.

VALENTE, Nelson. **Jânio da Silva Quadros: o estadista!** São Paulo: Edicon, 2011.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

WALMSLEY, Silvana M. **Origens do janismo**. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade de Campinas, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, 2 v.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, Francisco. **Raízes sociais do populismo em São Paulo**. Revista Civilização Brasileira, 02 abr. 1965.